



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ACLEILTON LUCIO GANZERT FILHO

**A INFORMALIDADE E O SETOR INFORMAL EM
LONDRINA:
MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES INFORMAIS A PARTIR
DOS CENSOS DE 2000 E 2010**

Londrina
2013

ACLEILTON LUCIO GANZERT FILHO

**A INFORMALIDADE E O SETOR INFORMAL EM
LONDRINA:
MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES INFORMAIS A PARTIR
DOS CENSOS DE 2000 E 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dra. Simone Wolff.

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

G211i Ganzert Filho, Acleiton Lúcio

A informalidade e o setor informal em Londrina: mapeamento das atividades informais a partir dos censos de 2000 e 2010 / Acleiton Lúcio Ganzert Filho. – Londrina, 2013.
107 f. : il.

Orientador: Simone Wolff.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais– Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Trabalho por conta própria – Teses. 2. Atividades informais – Teses. 3. Informalidade – Setor informal – Teses. 4. – Teses. I. Wolff, Simone. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316.3342

ACLEILTON LUCIO GANZERT FILHO

**A INFORMALIDADE E O SETOR INFORMAL EM LONDRINA:
MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES INFORMAIS A PARTIR DOS
CENSOS DE 2000 E 2010.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dra. Simone Wolff

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Simone Wolff
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Ronaldo Baltar
UEL – Londrina - PR

Prof. Dra. Ângela Araújo
UNICAMP – Campinas - SP

Londrina, 3 de maio de 2013.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os meus amigos e familiares pelo apoio que me deram para a realização deste trabalho. Em especial minha mãe, Maria das Neves e meu pai, Acleilton.

Agradecer a Prof. Dra. Simone Wolf, orientadora do trabalho, e, aos companheiros do GENTT pelas discussões e ricas contribuições.

Quero também agradecer aos membros da banca. Primeiramente, o professor Ronaldo Baltar pelo modo franco de expor suas opiniões e críticas. Em segundo lugar, a professora convidada Ângela Araújo (UNICAMP), por aceitar o convite e pelas contribuições na banca.

Agradeço também os colegas de turma, pessoas muito competentes e talentosas e que contribuíram, direta ou indiretamente, para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

GANZERT FILHO, A. L. **A informalidade e o setor informal em Londrina**: mapeamento das atividades informais a partir dos Censos de 2000 e 2010. 2013. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2013.

RESUMO

O presente trabalho tem como preocupação central analisar a informalidade e o setor informal no município de Londrina a partir dos Censos de 2000 e 2010. Tal enfoque demandou, para nossos propósitos, um inventário do debate sobre a utilização do par conceitual *formal/informal*, e a reconstrução sintética dos impactos da rápida capitalização da agricultura e do processo de urbanização de Londrina. A hipótese que norteia a pesquisa é a de que a velocidade da urbanização marcada pela desagregação das atividades cafeeiras, assim como do processo de formação da indústria no município e de sua relação com as tendências da economia nacional e internacional, serviu como força condicionadora para a alocação das atividades informais, influenciando, desta forma, sua atuação em determinados setores de atividades econômicas. Parte do trabalho representa, também, um esforço de mensuração empírica das atividades informais na cidade, o que considerando a ausência de dados sobre tais atividades desagregadas por municípios, consistiu em mais um objetivo específico da pesquisa.

Palavras-chave: Trabalho por conta própria. Atividades informais. Informalidade. Setor Informal.

GANZERT FILHO, A. L. **The informality and the informal sector in Londrina:** mapping of informal activities from the Census of 2000 and 2010. 2013. 107p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2013.

ABSTRACT

This study has as a central concern analyze informality and the informal sector in Londrina from Census 2000 and 2010. Such an approach demanded, for our purposes, an inventory of the debate on the use of conceptual pair formal / informal, and synthetic reconstruction of the impacts of rapid capitalization of agriculture and urbanization process of Londrina. The hypothesis that guides the research is that the speed of urbanization marked by the breakdown of coffee activities, as well as the process of formation of industry in the county and its relation to economic trends nationally and internationally, served as strength conditioning for allocation of informal activities, influencing thus its performance in certain sectors of economic activity. Part of the work also represents an effort to empirical measurement of informal activities in the city, which considering the lack of disaggregated data on such activities by municipalities, consisted of over a specific goal of the research.

Keywords: Work on your own. Informal activities. Informality. Informal Sector.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEBRAP	Centro Brasileiro de Planejamento
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CESO	Centro de Estudios Socioeconómicos
CIET	Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DER	Departamento de Estradas e Rodagens
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECINF	Economia Informal Urbana
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JUCEPAR	Junta Comercial do Paraná
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PJ	Pessoa Jurídica
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PREALC	Programa de Emprego e Renda para a América Latina e o Caribe

RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RM	Região Metropolitana
SEDLAC	Sócio-economic Database for Latin American and the Caribbean
SIMEI	Simple Nacional
TI	Tecnologia da Informação

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil: Coeficiente de Gini entre 1981 e	48
Gráfico 2 – Grau de Informalidade no Brasil entre 1992 e 2009.....	49
Gráfico 3 – Percentual de pessoas empregadas e por conta própria no Brasil entre 1992 e 2007.....	51
Gráfico 4 – Percentual de pessoas empregadas e por conta própria no Brasil entre 2001 e 2009.....	51
Gráfico 5 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria e empregadores no Brasil entre 2000 e 2010	52
Gráfico 6 – Percentual de vínculos ativos em 31/12 por setor de atividades (IBGE) em Londrina no ano de 2010	62
Gráfico 7 – Índice de Theil para Londrina entre 1970 e 2000.....	69
Gráfico 8 – População residente urbana e rural em Londrina entre 1970 e 2000.....	71
Gráfico 9 – Investimentos realizados no ano na agropecuária em Londrina entre 1970 e 1996.....	72
Gráfico 10 – Despesas com salários por setor de atividades em Londrina entre os anos de 1975 a 1995.....	74
Gráfico 11 – Total de tratores nos estabelecimentos agropecuários em Londrina entre 1970 e 1995.....	74
Gráfico 12 – Total de estabelecimentos agropecuários em Londrina entre os anos de 1970 e 1995.....	75
Gráfico 13 – RAIS Vínculos ativos 31/12 por Grande Setor de Atividades em Londrina entre 1985 e 2010	76
Gráfico 14 – Total de empregos formais em Londrina entre 1996 e 2010	80
Gráfico 15 – Percentual de pessoas por categorias de ocupação em Londrina no ano 2000.....	82
Gráfico 16 – Percentual de pessoas por categorias de ocupação no Brasil e em Londrina no ano de 2010	83
Gráfico 17 – Categorias de ocupação do processo de informalidade em Londrina 2000 – 2010.....	84
Gráfico 18 – Percentual de pessoas por categorias de ocupação do processo de informalidade em Londrina entre 2000 e 2010.....	84

Gráfico 19 – Grau de Informalidade em Londrina para os anos 2000 e 2010.....	85
Gráfico 20 – Total de empresas optantes pelo SIMEI para os anos de 2000 e 2010 em Londrina	86
Gráfico 21 – Percentual de empresas optantes no SIMEI por forma de atuação em Londrina no ano de 2013	87
Gráfico 22 – Taxa de Desemprego no Paraná e no Brasil entre 1999 e 2009.....	91
Gráfico 23 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria e por grupo de horas trabalhadas em Londrina 2010.....	92
Gráfico 24 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria no Brasil e em Londrina no ano de 2010	92
Gráfico 25 – Percentual de assalariados sem carteira por grupo de horas trabalhadas em Londrina no ano de 2010	93
Gráfico 26 – Percentual de assalariados sem registro por grupo de horas trabalhadas no Brasil e em Londrina no ano de 2010	94
Gráfico 27 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria e por sexo no Brasil e em Londrina no ano de 2010.....	95
Gráfico 28 – Percentual de assalariados sem carteira, por sexo no Brasil e em Londrina no ano de 2010	95
Gráfico 29 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria por nível de instrução no Brasil e em Londrina no ano de 2010	96
Gráfico 30 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria e por nível de instrução em Londrina no ano de 2010.....	96
Gráfico 31 – Percentual de assalariados sem carteira por nível de instrução no Brasil e em Londrina no ano de 2010	97
Gráfico 32 – Percentual de assalariados sem carteira por nível de instrução em Londrina no ano de 2010	97
Gráfico 33 – Total de empresas optantes no SIMEI por faixa etária em Londrina no ano de 2013	98

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Principais correntes teóricas sobre as atividades informais segundo Cacciamalli (1982).....24
- Quadro 2** - Vínculo ativo em 31/12 por grande setor de atividade (IBGE) em Londrina no ano de 201081
- Quadro 3** – Percentual de assalariados sem carteira assinada por seção de atividade econômica em Londrina no ano de 2010 88
- Quadro 4** – Percentual de trabalhadores por conta própria por setor de atividade econômica em Londrina para o ano de 201089

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O DEBATE SOBRE O SETOR INFORMAL E A INFORMALIDADE: ALGUMAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS	24
1.1 O DEBATE SOBRE A INFORMALIDADE, O SETOR INFORMAL E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA	29
1.2 A INFORMALIDADE E O SETOR INFORMAL: ASPECTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS	42
2 O DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL DE LONDRINA: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS NA CONFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	63
2.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DO PERFIL ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA E REGIÃO.....	63
3 A INFORMALIDADE E O SETOR INFORMAL EM LONDRINA	82
3.1 TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA E ASSALARIADOS SEM REGISTRO EM LONDRINA EM 2000 E 2010.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho buscou analisar o comportamento do setor informal e da informalidade a partir de aspectos do desenvolvimento histórico do município de Londrina, fatores que influenciaram, em menor ou maior grau, a realidade econômica da cidade, e elementos da composição de seu mercado de trabalho. O objetivo é compreender a dinâmica do setor informal e, de maneira geral, da informalidade dentro de uma perspectiva diacrônica, isto é, através das conexões entre a história do desenvolvimento urbano-industrial do município e sua realidade atual.

Com base na literatura específica, entendemos por setor informal as atividades compreendidas na categoria trabalho por conta própria e nos empregadores informais (até 05 empregados), enquanto que a informalidade diz respeito a algo mais amplo e abrange não apenas o setor informal, mas também os assalariados sem registro, que podem, por sua vez, estar tanto no setor informal como no setor formal do mercado de trabalho.

Nosso trabalho utiliza os dados dos Censos de 2000 e 2010 e do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE para o mapeamento das atividades informais no município, embora a construção teórica e o entendimento da dinâmica de tais atividades também estejam referidos as transformações sintetizadas no ano de 1975, conforme a periodização realizada por Bragueto (2007) em sua análise do desenvolvimento da indústria no “aglomerado urbano industrial de Londrina” (Cambé, Ibiporã, Araçongas, Apucarana e Rolândia). Para o autor, o ano de 1975 representa o marco da desagregação das atividades cafeeiras na região, o que no nosso entendimento possui um peso considerável na formação urbana da cidade e, especificamente, na estruturação do seu mercado de trabalho. No plano simbólico, há também a chamada “geada negra¹”, que aconteceu no mesmo ano e representa outro marco deste processo.

Tal período está, assim, representado como o momento em que as atividades econômicas da região e, conseqüentemente, do município de Londrina, baseadas, sobretudo na produção agrícola, passaram por transformações que estabeleceram uma nova base para a relação entre agricultura e indústria, seguindo as transformações da economia nacional orientadas para incentivar a produção industrial e tê-la como pólo dinâmico. É este o sentido

¹ Segundo Bragueto (1996:03), o ano de 1975 foi marcado por um fenômeno natural, “[...] quando ocorre uma geada que destrói toda a produção cafeeira”. Esta geada marcou o imaginário das gerações futuras por representar um símbolo da transição rumo à industrialização das lavouras e o incentivo das lavouras “modernas”.

da integração da economia de Londrina e do seu particular desenvolvimento industrial, seja no campo ou na cidade.

Estritamente com relação as noção de *formal/informal* e, no plano conceitual, trabalhamos sobre o espólio do amplo debate acerca das atividades informais, buscando responder a questões tais como: Qual a participação das atividades informais no conjunto da economia de Londrina? Onde estão concentradas tais atividades? Como o caráter do desenvolvimento histórico, isto é, da urbanização e da capitalização da agricultura, influenciaram na alocação dessas atividades em determinados ramos?

Partimos do pressuposto de que as atividades informais correspondem a uma estrutura de formação do capitalismo dependente. Isto permite por um lado a coexistência entre atividades de corte nitidamente capitalista, baseadas na oposição capital/trabalho assalariado, e outras como o trabalho por conta própria e o trabalho autônomo. Por outro lado, formas de superexploração da força de trabalho, onde a situação de informalidade consiste basicamente no não cumprimento da legislação trabalhista. Em ambos os casos, os aspectos jurídicos remetem a apenas uma face do problema.

Assim, o aumento ou diminuição da informalidade – este aspecto conjuntural desta dinâmica – informa apenas por meio de quais estratégias estão sendo ensejadas as formas de exploração da força de trabalho, mas não toca nas questões estruturais de formação do mercado de trabalho urbano do país e, nem tampouco, do caráter do desenvolvimento capitalista.

Nossa hipótese é a de que embora haja um discurso político que valoriza o momento de diminuição da informalidade – o que é empiricamente comprovado –, ela não enseja uma maior homogeneização das formas de inserção da força de trabalho. Desta maneira, o trabalho assalariado convive com o trabalho por conta própria, seja na produção de bens ou na produção de serviços através do trabalho por conta própria e do trabalho autônomo, seja no não cumprimento da legislação e/ou nas relações de emprego disfarçada. É, também, parte da hipótese acima o entendimento de que a economia de Londrina responde às tendências da economia nacional e internacional, o que permite, por exemplo, a efetividade da aplicação prática de políticas de desenvolvimento local.

A apresentação da problemática na qual a dinâmica das atividades informais está inserida demanda a importância de destacar suas relações com o desenvolvimento da indústria. Deste modo, na América Latina, o entendimento e os inúmeros esforços de compreensão do caráter da industrialização e suas conseqüências para a estruturação do

mercado de trabalho é objeto de muitas análises no interior das Ciências Sociais desde os anos 1950².

Os processos de formação e conformação da indústria nos países da região produziram efeitos de bastante monta para a transformação das relações entre agricultura e indústria, alterando, desse modo, a base técnica da produção agrícola e, ao mesmo tempo, forjando o conjunto da força de trabalho necessária para a expansão das atividades industriais que se desenvolviam. No Brasil os investimentos que foram feitos sob o discurso e a crença no progresso planejado através da industrialização permeou, assim, tanto políticas nacionais como estaduais e, também, municipais.

Pode-se afirmar, segundo Kowarick (1977), que os estudos sobre os impactos da rápida industrialização vivida por alguns países da América Latina, assim como o entendimento do caráter do desenvolvimento capitalista na região e, especificamente, no Brasil, já haviam produzido um vasto material sobre a estrutura do mercado de trabalho urbano das cidades antes mesmo deste problema ganhar força, a partir da década de 1970, nas discussões da OIT e sob o par conceitual *formal/informal*.

Com o intuito de desenvolver um arcabouço teórico que permitisse a intervenção prática na realidade da América Latina, reduzindo a amplitude do fenômeno e, ao mesmo tempo, valorizando aspectos dinâmicos do setor informal, a Organização Internacional do Trabalho - OIT e, por conseguinte, o Programa de Emprego e Renda para a América Latina e o Caribe - PREALC, buscaram compreendê-lo a partir do próprio padrão de desenvolvimento capitalista nas economias *periféricas*.

Deste modo, realizamos além de um balanço do debate sobre as atividades informais, um inventário das características do desenvolvimento urbano-industrial de Londrina. Na identificação da alocação das atividades informais realizamos um trabalho de levantamento e preparação de dados estatísticos junto às fontes oficiais, tais como o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, IPEADATA, IPARDES, etc. Para a caracterização da informalidade³ buscamos trabalhar com as seguintes categorias: trabalhador por conta própria, assalariado sem registro.

² Ver Kowarick (1977) e Prandi (1978).

³ Consideramos, conforme Cacciamalli (2000) que são categorias centrais do processo de informalidade: os assalariados sem registro e o trabalhador por conta própria. Assim, ficam excluídos nesta definição os empregadores informais. Na literatura específica, como nas pesquisas do IBGE, esta categoria compreende os empregadores com até 04/05 empregados (varia de um trabalho para outro) e, por ser um corte arbitrário, sua aplicação também se restringe aos trabalhos que se dedicam exclusivamente a análise da informalidade no setor informal

Londrina e algumas cidades da região possuem uma história bastante jovem. Durante o primeiro quartel do século passado companhias de colonização negociavam terras no estado de São Paulo e, posteriormente, no Paraná. A atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), uma empresa de capital britânico, caminhou nesse sentido. Após a aquisição de uma grande extensão de terras na bacia dos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema⁴, e também da estrada de ferro São Paulo – Paraná, a empresa foi a maior responsável pela oferta de terras, pela construção da estrada de ferro, pela fundação de diversas cidades ao longo da ferrovia e, de maneira direta, por boa parte do perfil econômico, social e urbano dessas cidades.

Em um período relativamente curto de tempo, pouco mais de 70 anos, a região norte do estado do Paraná foi o palco de um desenvolvimento urbano bastante acelerado. Aglomerados populacionais, comerciais e, também, produtivos, deram lugar a cidades como Londrina, Maringá, Apucarana, Rolândia, Araçongas, Cambé, Ibiporã, etc., com grande fluxo migratório vindo dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Nordeste, assim como de outros países, especialmente Alemanha, Itália e Japão. Contribuiu, também, como parte desse processo intenso de transformações, o exacerbado êxodo rural vivido pela região e, de maneira geral, por todo o país e pela América Latina.

Londrina é uma cidade com aproximadamente 500.000 habitantes⁵, a segunda em termos populacionais do estado do Paraná e a quarta maior cidade do sul do país. Com uma massa de assalariados medidos pelos indicadores da população economicamente ativa (PEA - ocupados e desocupados) de 275.978 pessoas, a cidade tem como os setores do comércio e dos serviços como principais empregadores, concentrando a maior parte dos vínculos ativos há décadas.

No que diz respeito à informalidade, de um total de 261.930 pessoas ocupadas na semana de referência (dados do Censo 2010), 37.862 são empregados sem carteira de trabalho assinada, 52.608 são trabalhadores por conta própria e 3.358 são trabalhadores não-remunerados (trabalhadores em ajuda a membro familiar). Embora esta forma de mensurar a informalidade não seja consenso, se somarmos os dados acima temos um total de 93.828 pessoas em situação de informalidade, ou seja, por volta de 35/40% dos ocupados. Isso sem contar o número de empregadores informais (até 05 empregados), que,

⁴ Ver Arias Neto (2008)

⁵ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

como já dito, não foram contemplados neste trabalho, mas se o fossem, certamente aumentaria esses índices⁶.

Entretanto, para apresentarmos o fenômeno da informalidade não basta que sejam sobrepostos dados, é preciso compreender o modo como ela se processa, quais as configurações das diferentes formas de exploração da força de trabalho no que concerne às formas de extração da mais-valia (relativa e absoluta) que vieram a influenciar o seu surgimento, reinvenção, diminuição, etc., e, também, o modo como sua dinâmica responde às tendências conjunturais da economia nacional e internacional.

Para a compreensão do modo como as categorias de ocupação acima comparecem na análise das atividades informais, é importante destacar que a informalidade é um fenômeno que envolve atividades bastante heterogêneas. Cacciamali (2000) nos auxilia a refletir sobre o modo como a informalidade congrega tais atividades.

A autora sublinha que na compreensão do *processo de informalidade*, embora estejam contempladas distintas categorias de ocupação, a análise deve operar um corte, separando os determinantes da existência e dinâmica da categoria *assalariados sem registro* daqueles relacionados a categoria *trabalhadores por conta própria*. Isto porque, segundo ela, enquanto a condição de *assalariados sem registro* diz respeito ao mercado de trabalho, a categoria *trabalhadores por conta própria* remete ao mercado de bens e ao auto-emprego.

Contudo, mesmo através do “corte” proposto por Cacciamalli (2000), a informalidade permanece um conceito bastante amplo, isto é, ainda compreende categorias de ocupação que tem processos sociais diversos atuando nas suas dinâmicas. É, entre outros, por este motivo que as análises restritas ao *setor informal* deixavam de abarcar os assalariados sem registro e outras situações dentro do mercado de trabalho formal, tais como o subemprego, a subcontratação, os processos de terceirização, as cadeias produtivas de subcontratação de cooperativas de trabalho, Pessoa Jurídica, etc.

Ao mesmo tempo, as análises atentas às transformações econômicas vivenciadas pelo mercado de trabalho e, de maneira geral, por toda a economia brasileira durante a década de 1990, mostraram que é possível caminhar no sentido contrário, isto é, analisar a informalidade sem se ater as categorias de ocupação que são predominantes no

⁶ Nas pesquisas sobre a economia informal urbana, desenvolvidas pelo IBGE nos anos de 1997 e 2003, e também em diversos trabalhos sobre o setor informal, utiliza-se a categoria *empregadores informais* (até 05 empregados) como parte do setor informal.

setor informal, tais como o trabalho por conta própria, o empregador informal (até 05 empregados) e os trabalhadores não-remunerados (em ajuda a membro domiciliar).

Essas duas grandes perspectivas para a interpretação das atividades informais nos possibilitam, ora tratar do *setor informal* a partir de um enfoque que o relaciona a um elemento do mercado de trabalho – neste caso a *informalidade* pode ser analisada a partir das situações de emprego que se realizam a margem da legislação trabalhista e, por sua vez, uma maior atenção analítica aos processos de flexibilização e desregulamentação da legislação, e/ou, diretamente, o não cumprimento da legislação trabalhista⁷.

Ora, pode-se abordar o *setor informal* relacionando-o ao mercado de bens e ao auto-emprego. Deste modo, a *informalidade* pode ser analisada a partir das unidades produtivas do *setor informal*, isto é, o trabalho por conta própria e os empregadores informais (até 05 empregados). As análises realizadas sob este prisma privilegiam os processos históricos de conformação da indústria, sobretudo porque operam com o pressuposto de que tais categorias de ocupação atuam nos espaços permissíveis criados e recriados pela dinâmica das atividades especificamente capitalistas⁸.

Buscando não despendar esforços em analisar aquilo que já foi analisado, mas também não deixar de lado nuances importantes do debate, nosso trabalho caminhou dentro de uma espécie de “atalho” teórico, nos valendo de alguns trabalhos através dos quais nos interamos do inventário já realizado do debate. É dessa forma que, nesse primeiro momento, os trabalhos de Cacciamalli (1982 e 2000), Beloque (2007), Kowarick (1977), Prandi (1978), Tavares (2002a e 2002b) e DIEESE (2011) foram incorporados na nossa análise.

A compreensão das atividades informais também requer um exercício de abstração por meio do qual seja possível desvelar os aspectos político-ideológicos por detrás das formulações teórico-metodológicas presentes no amplo leque conceitual desenvolvido ao longo dos anos e a partir de diferentes matrizes teóricas.

A análise da relação entre as formas jurídicas (formal/informal; assalariado *com* e *sem* registro, trabalhador autônomo, por conta própria, Pessoa Jurídica, etc.) e o mundo da produção é dinâmica, por isto a correlação de forças entre as classes impulsiona ora para um conjunto de normas de caráter mais progressista, ora mais conservador, e, algumas vezes

⁷ Esta é a perspectiva adotada por Ramos e Ferreira (IPEA, 2006), por exemplo.

⁸ Esta é o modelo interpretativo utilizado pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE nas pesquisas Economia Informal Urbana – Ecinf (1997 e 2003).

até mesmo, retrógrado⁹. É, também, por meio desta dinâmica que as classes se constroem no seu sentido concreto, na luta. Tal postura teórica, por sua vez, impossibilita qualquer *essencialismo* na definição das classes sociais, ao menos no que tange aos processos de construção da identidade de classe, ou de formação da classe *para si*. Com base nisto e conforme Bensaid (2008, p.35), é possível afirmar que não há em Marx uma “definição classificatória e normativa das classes”.

O amplo debate dentro da Sociologia e, em específico, na sociologia do trabalho sobre a informalidade, além de inúmeros trabalhos e pesquisas na área de Economia não contribuíram para a criação de um consenso na compreensão das atividades informais. Deste modo, com exceção da ótica sob a qual a OIT¹⁰ aborda o setor informal e a informalidade, pode-se afirmar que não há concordância sobre a utilização dos termos.

Parte da literatura específica passou a problematizar, recentemente, o modo como algumas correntes interpretativas operacionalizavam a noção de *informalidade*. Para esses autores, o atrelamento da informalidade às unidades produtivas e o modo dualista de interpretação da informalidade, isto é, as análises que operam com uma perspectiva de integração opondo, geralmente, um setor (formal, moderno, dinâmico) a outro (informal, o tradicional/arcaico, sem dinamismo), restringiam a análise. Assim, aspectos dessa relação no chamado “mercado formal”, tais como o subemprego, a subcontratação, a “*relação de emprego disfarçada*”¹¹, etc., acabavam não sendo contempladas

Mesmo em estudos como os de Cacciamalli (1982), nitidamente concebidos sob o intento de desenvolver uma crítica às correntes interpretativas baseadas no dualismo, não é difícil perceber a informalidade ainda atrelada apenas às unidades produtivas do setor informal¹².

Esta característica das análises nas quais a informalidade permanece restrita às unidades produtivas do setor informal, isto é, os trabalhadores por conta própria e os

⁹ A utilização dos termos retrógrado, progressista e conservador é, aqui, perspectivada a partir daquilo que se pode considerar como ampliação/retração ou até perda de direitos trabalhistas e/ou proteção social.

¹⁰ Na realização da 17ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET, 2003), a OIT passou a se referir ao setor informal – complementando uma nota de 1993 – em função não apenas do funcionamento e da organização das unidades produtivas, o que restringia a análise à alocação do emprego no setor produtivo, mas também a partir da situação de informalidade, o que permite analisar o fenômeno entre os postos de trabalho assalariados do mercado formal.

¹¹ Para Krein (2007:158) a relação de emprego disfarçada “[...] ocorre quando estão presentes as características do trabalho assalariado, mas a contratação da prestação do serviço é feita sem contemplar os direitos trabalhistas e previdenciários vinculados a ele. Ou seja, está contida uma relação de subordinação do trabalho, mas a forma de contratação não é dada por um contrato de trabalho regular, ou seja, trata-se de uma simulação”.

¹² Seus trabalhos mais recentes já não possuem tal característica. Trabalhando a partir da ideia de *processo de informalidade* e, atenta as tendências do capitalismo contemporâneo, a autora ampliou seu entendimento sobre a informalidade.

empregadores informais, seja dando ênfase à tecnologia utilizada, o que permite o corte *moderno/tradicional* – ou mesmo àquele presente nos primeiros trabalhos do Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC) –, contribuíram para que grande parte dos estudos negligenciasse a informalidade dentro do próprio mercado formal. Assim, quando as análises da informalidade se restringiam a esses agentes, a informalidade no setor formal não era dimensionada.

É nesse sentido que a noção de “emprego informal” passa a povoar as resoluções da OIT (1997) e, conseqüentemente, das agências públicas de pesquisa. De certa forma, esse processo representa um avanço no trato da questão, pois culmina na incorporação de diversos elementos críticos em torno da concepção do setor informal e da informalidade. É, também, a partir disso que nosso trabalho procurou não se restringir a pensar a informalidade como situação cingida às unidades produtivas do setor informal.

Assim, seguindo alguns relativos consensos definidos pela OIT nas Conferências de Estatísticos do Trabalho, partiremos da noção de que ao se falar em setor informal estamos operando com unidades produtivas, enquanto que ao tratar do emprego informal fazemos referência a postos de trabalho.

A noção de informalidade é, assim, ampliada para dar conta não apenas da forma como as unidades produtivas do setor informal se comportam na dinâmica subordinada da sua relação com o setor formal, mas também da situação de informalidade enquanto fruto tanto das recentes transformações experimentadas pelo país sob o movimento de reestruturação produtiva, como de uma dimensão precária intrínseca à realidade do trabalho na sociedade capitalista.

De maneira geral, o impacto de quase uma década de transformações macroeconômicas orientadas pela perspectiva neoliberal, unido a reestruturação produtiva, se fez sentir no processo de “flexibilização” do padrão de regulação do trabalho no Brasil hoje. Contribuindo, desse modo, para a quase triplicação do índice de desemprego no país durante a década de 1990¹³ e para o aumento dos índices de informalidade. Aspectos relacionados ao modo como o setor informal e a informalidade se desenvolveram durante a década de 1990 no país contribuíram para que o Brasil entrasse no século XXI apresentando índices crescentes desses fenômenos.

¹³ Segundo a pesquisa realizada por Krein (2007), temos no Brasil uma variação muito grande do índice de desemprego na década de 90. O autor apresenta dados do PED/DIEESE/SEADE segundo os quais o índice de desemprego passa de 8,9% em 1999 para mais de 20% em 2003.

De acordo com a análise realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) com base na Ecinf (Economia Informal Urbana) 2003, pesquisa realizada pelo IBGE, de um total de ocupações de 90,9 milhões no país em 2005, 58,8% eram informais, enquanto que o número de ocupações formais era de 41,2%.

Todavia, a informalidade não pode ser compreendida apenas por uma atribuição negativa. Segundo Cacciamalli (1982), não é correto afirmar, por exemplo, que todos os trabalhadores com baixos níveis de renda se encontram no setor informal. De certo modo acontece, em casos específicos, até o contrário, isto é, trabalhadores informais em determinadas condições do exercício de suas atividades – propriedade dos meios de produção, gradações de qualificação (serviços especializados de manutenção técnica), habilidade em conduzir o instrumento de trabalho¹⁴ -, conseguem ter rendas mais altas que a média dos postos de trabalho assalariados do mercado formal. É este o caso, por exemplo, vivenciado pelos produtores de bens e serviços que atuam em nichos de mercado, onde as relações de clientela e o caráter *artesanal* do processo de trabalho muitas vezes garantem um retorno maior na comercialização daquilo que é produzido.

A ausência de dados sobre as atividades informais¹⁵ desagregados por municípios indica, em nossa perspectiva, a importância que tal esforço representa para a compreensão da realidade econômica de dada região e município. Assim, embora haja dados sobre o comportamento das atividades informais no país, eles ainda são muito limitados para se compreender a realidade de tais atividades nos municípios de cada unidade da federação. Os trabalhos concentram-se nas regiões metropolitanas definidas pelo IBGE e nas unidades da federação.

Nas pesquisas realizadas em âmbito nacional (Ecinf 1997 e 2003/IBGE) é possível perceber que a construção dos instrumentos de análise, do desenho amostral e do levantamento dos dados, além de muito dispendiosa¹⁶, não possui dados desagregados por microrregiões e municípios.

¹⁴ Conforme Cacciamalli (1982), este é o caso, por exemplo, onde o trabalhador informal atende a nichos de mercado garantidos pelas relações de clientela, tradição, ou existência da necessidade de atender ao mercado de luxo, bens produzidos com “exclusividade”, etc.

¹⁵ Referimos-nos, aqui, a pesquisas específicas sobre as atividades informais com dados desagregados por municípios e que não são capitais e suas regiões metropolitanas.

¹⁶ As duas pesquisas realizadas pelo IBGE em âmbito nacional para a análise do setor informal (Economia Informal Urbana – Ecinf 1997 e 2003) são resultado de um longo período de maturação de um plano de análise e compreensão de tais atividades. As análises tiveram início em 1990 com base nos Censos Econômicos de 1985, concentrando-se nas microempresas. Em 1994 foi aplicado um plano piloto no município do Rio de Janeiro, compreendendo todas as fases da pesquisa que viria a se realizar em 1997. Assim, somente em 1997 é que foi realizada a primeira Ecinf, com os resultados sendo publicados de maneira

Nossa atenção esteve voltada, assim, para essa parcela das atividades econômicas. Buscamos compreendê-la, também, através da sua expressão relativa no total da PEA, sobretudo a partir de um referencial teórico que permita fornecer não apenas um quadro da atual condição dessas atividades, mas, também, da dinâmica das suas relações com as atividades especificamente capitalistas ao longo de um período histórico.

Desta maneira, questões ligadas às formas de mensuração empírica tanto do setor informal como da informalidade, assim como algumas consequências das opções teóricas deste trabalho orientaram nossa compreensão no sentido de abordar o setor informal e a informalidade dentro de uma perspectiva diacrônica, isto é, de um período histórico. Tal escolha é fruto do modo como interpretamos as limitações inerentes aos modelos de mensuração empírica de tais fenômenos, ou seja, o modo como eles se propõem a analisar a realidade, quase sempre, a partir de um modelo sincrônico.

Foi a partir desse entendimento que o intento inicial de compreender os determinantes da composição do mercado de trabalho no município de Londrina esteve atravessado pela necessidade de acompanhar a maneira pela qual se deu o processo de capitalização da agricultura, seus impactos na configuração das atividades econômicas e na formação do espaço urbano da cidade, além da busca pelo entendimento das conexões entre as tendências da economia internacional e o desenvolvimento econômico de Londrina.

Seguindo o modo como Cacciamalli (1982) caracteriza as correntes teóricas mais críticas de análise das atividades informais, consideramos o setor informal como setor subordinado ao padrão de desenvolvimento das grandes empresas capitalistas. Para a autora o setor informal não consegue avançar no “terreno produtivo” ocupado por firmas capitalistas. Desta forma, ocupa os espaços ainda não colonizados, criados, recriados ou abandonados pela produção capitalista. Tal concepção do setor informal como setor dinâmico, porém, subordinado e intersticial aos padrões do desenvolvimento capitalista pode ser uma alternativa teórica aos modelos duais e dual-estruturalistas.

A recente incorporação de alguns desses elementos críticos pela OIT repercutiu no modo como o DIEESE e o IBGE apresentam o debate sobre o setor informal e a informalidade, fato que tornou a noção do setor informal um tanto mais consensual. É importante destacar que tal consenso geralmente está circunscrito aos instrumentos de coleta de dados estatísticos. Assim, segundo o DIEESE (2011), enquanto o setor informal

completa apenas em 1999. Embora na Ecinf 1997 fosse demonstrada a intenção de realizar a pesquisa por quinquênio, a segunda edição da pesquisa somente foi realizada em 2003, sendo seus resultados completos divulgados apenas em 2005.

compreende os trabalhadores por conta própria e os empreendimentos dos empregadores informais, o trabalho informal, “constitui-se do agrupamento dos assalariados sem carteira e dos trabalhadores autônomos (composto de trabalhadores por conta própria, empregadores informais e trabalhadores não remunerados)”. Isto significa que o conceito de informalidade é mais amplo do que o de setor informal.

No que diz respeito ao nosso objeto, a atenção esteve direcionada para a análise das condições econômicas em que se desenvolveu o aparato urbano-industrial de Londrina, suas particularidades e o modo como o setor informal e, especificamente, a dinâmica do trabalho informal compareceram nesse contexto.

No primeiro capítulo, nosso objetivo esteve circunscrito a apresentação do debate sobre as atividades informais, o que permitiu a formação de um arcabouço teórico-conceitual para abordar a dinâmica de tais atividades. No mesmo capítulo, a pesquisa bibliográfica sobre as diferentes abordagens das atividades informais auxiliaram nas opções de recorte metodológico para o trabalho de levantamento de dados estatísticos e, de maneira geral, de mensuração empírica destas atividades.

Assim, nesta parte do trabalho o leitor encontrará um balanço sobre as diferentes perspectivas teórico-analíticas que se debruçaram sobre a análise da informalidade e do setor informal. Os dados estatísticos utilizados foram coletados do Censo 2010 e do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego tendo como variáveis a PEA (População Economicamente Ativa), o número de assalariados sem carteira assinada e o número de trabalhadores por conta própria. Estas categorias de ocupação foram escolhidas com base no inventário conceitual antes efetuado acerca das concepções e mensuração da informalidade e, especificamente, do setor informal. Deste modo, com algumas diferenças, elas são as mesmas utilizadas pela OIT (1997), o DIEESE (2011), o IBGE¹⁷, Cacciamali (1982; 2000)¹⁸, Kowarick (1977), etc., além de outros trabalhos preocupados em analisar as atividades informais.

¹⁷ As pesquisas sobre a economia informal realizadas pelo IBGE, Ecinf (1997) e Ecinf (2004), possuem dados que não estão desagregados por municípios. Tais dados estão circunscritos ao setor informal, por este motivo não utilizam as categorias *trabalhadores não remunerados*, *trabalhadores domésticos* e *assalariados sem carteira*.

¹⁸ Sua tese de doutoramento (1982) analisa o setor informal de São Paulo e privilegia a categoria *trabalhador por conta própria*. Embora possua outros trabalhos que não se restringem ao setor informal, mas sim a informalidade ou pelo menos aquelas categorias consideradas principais, isto é, *os assalariados sem carteira* e *os trabalhadores por conta própria*.

Ainda no primeiro capítulo abordamos algumas características da estrutura do mercado de trabalho no Brasil, buscando relacionar aspectos históricos da conformação da indústria na América Latina e no Brasil com a dinâmica da economia internacional e, assim também, estabelecer as possíveis conexões entre estes aspectos *macro* e o perfil do mercado de trabalho em Londrina.

O segundo capítulo busca apresentar o modo como se desenvolveram os elementos urbano-industriais da região e, especificamente, da cidade de Londrina. Neste capítulo abordamos a história do desenvolvimento do município e de algumas cidades da região a partir do comportamento de suas atividades econômicas. Assim, nossa intenção foi de apreender o perfil econômico do município a partir do processo de desagregação das atividades cafeeiras e de conformação da indústria, tendo-os como pressupostos para o entendimento das atividades informais assim como do comportamento do comércio e dos serviços. A hipótese desenvolvida aqui foi a de que o curto período de existência da cidade e o modo como foi realizada sua integração com o pólo dinâmico da economia nacional, influenciou diretamente a oferta de serviços e, por conseguinte, a conformação das atividades informais.

Desta forma, utilizamo-nos, basicamente, dos trabalhos de Braguetto (2002; 2007), Arias Neto (2008), Oliveira (2009) e Raggio (1985) na compreensão dos elementos de expansão das atividades agropecuárias, de conformação da indústria, e de formação do espaço urbano do município. Os dados utilizados neste capítulo buscam apresentar, de maneira geral, aspectos do rápido processo de formação da cidade de Londrina e de seu mercado de trabalho urbano.

Como o processo de formação da cidade esteve ligado diretamente às atividades agropecuárias, alguns destes dados retratam as despesas com salários por grande setor de atividades econômicas, pessoal ocupado por grande setor de atividades, evolução do emprego formal em Londrina, investimentos realizados a cada 05 anos na agropecuária, total de tratores a cada 05 anos nos estabelecimentos agropecuários do Paraná, o percentual de vínculos ativos por setor de atividades em Londrina a cada 05 anos, o percentual de vínculos ativos por tamanho do estabelecimento, população residente total, urbana e rural entre 1970 e 2000 em Londrina, total de estabelecimentos agropecuários em Londrina a cada 05 anos, etc.

O terceiro capítulo consiste na apresentação e identificação, através de dados estatísticos, do percentual das atividades informais no conjunto da economia de Londrina a partir dos anos 2000 até 2010. Para tanto, nos utilizamos, basicamente, dos dados dos Censos do IBGE e da base de dados do MTE.

1 O DEBATE SOBRE O SETOR INFORMAL E A INFORMALIDADE: ALGUMAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS

As noções de *formal/informal* surgem na década de 1970 nas publicações da OIT (OIT, 1972 *apud* Cacciamali, 1982) e do Programa de Emprego e Renda para América Latina e Caribe (PREALC) (PREALC, 1978 *apud* Cacciamali, 1982). Este é um aspecto do debate que, embora apresentado de maneira específica de autor para autor, está sob relativo consenso. A intenção da OIT e do PREALC em operacionalizar com o par conceitual *formal/informal* caminhou no sentido de substituir as noções de *moderno/tradicional*, categorias bastante utilizadas pelos estudos de caráter dualista que se desenvolveram no Brasil e, de maneira geral, na América Latina até, principalmente, meados de 1970.

Cacciamalli (1982) nos auxilia na compreensão das principais linhas interpretativas que se dedicaram a análise das atividades informais no período em questão. O modo como Cacciamalli (1982) concebe as características de cada grupo em disputa pela utilização e entendimento da informalidade e do setor informal pode ser sintetizado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Principais correntes teóricas sobre as atividades informais segundo Cacciamalli (1982)

X	1º Grupo	2º Grupo (OIT/PREALC)	3º Grupo (Análises de orientação marxista)
Produção	Dual	Dual/Estratificada (“novo dualismo”)	Totalidade
Relação Formal/Informal	Dual	Dual/Estratificada (“novo dualismo”)	Subordinada/Intersticial
Escopo da análise	<i>Estabelecimento</i> Produtivo (Tecnologia de Produção)	Formas de Organização da Produção	Formas de Organização da Produção
Setor Informal	Entendido como formas <i>arcaicas</i> de operacionalizar a produção. Entendido a partir do corte moderno/tradicional.	Baixo nível de produtividade; trabalhadores independentes (exceto profissionais liberais). Sua magnitude depende da força de trabalho não absorvida pelo Setor	Considerado como esfera da produção subordinada ao padrão e ao processo de desenvolvimento capitalista; composto pelo conjunto de trabalhadores por conta própria, unidade de produção com base em

		Formal.	trabalho domiciliar, ajudantes e/ou trabalhadores que ocasionalmente trabalham para esse grupo.
Informalidade	Existe para <i>estabelecimentos</i> informais	Existe para <i>estabelecimentos</i> informais	Existe para <i>estabelecimentos</i> informais

Fonte: Elaboração própria

Segundo a perspectiva da autora, os próprios documentos da OIT e do PREALC apresentavam uma visão crítica acerca da noção de setor *tradicional*, então utilizada para indicar a existência de um setor da economia sem dinamicidade, operando com pequenas escalas e com tecnologia *arcaica*, e/ou atrasada. Assim, o termo *tradicional* sugeriria, segundo a crítica da OIT, uma diminuta valorização dos aspectos tradicionais, negligenciando este elemento como potencialidade e especificidade do desenvolvimento. O intento de desenvolver uma conceituação com vista a uma intervenção prática na realidade da América Latina reduzindo o fenômeno e, ao mesmo tempo, destacando aspectos dinâmicos do setor informal, indicou, para a OIT e, por conseguinte, para o PREALC, a necessidade de compreender este setor a partir do próprio padrão de desenvolvimento capitalista nas economias *em desenvolvimento*.

De uma maneira bastante próxima da análise de Cacciamalli (1982), Beloque (2007) indica que a leitura realizada pelos autores do PREALC e da OIT sobre a América Latina sugere que o desenvolvimento da indústria na região originou um descompasso entre as tecnologias de produção, os produtos, a necessidade e os recursos disponíveis, imputando a tal realidade a escassa condição de criação de postos de trabalho produtivos¹⁹. Para os autores vinculados a OIT e ao PREALC o resultado desse conjunto de fatores foi a tendência cada vez maior em desconsiderar o problema da heterogeneidade da estrutura produtiva da região e, com isto, uma atuação condescendente das políticas regionais no que concerne ao problema do desemprego.

Beloque (2007) em sua leitura das publicações da OIT e do PREALC identifica outro problema que, de certa maneira, se soma à questão do desenvolvimento

¹⁹ Conforme Kowarick (1977, p.60), tal fenômeno está relacionado com o fato da industrialização tardia ter por base uma tecnologia poupadora de força de trabalho, isto é, justamente o contrário dos processos de industrialização dos países de capitalismo avançado, onde a tecnologia voltada a produção demandava um número sempre maior de trabalhadores assalariados.

industrial latino-americano²⁰, isto é, o da absorção da força de trabalho ofertada. Isso se explica pelo fato de que durante as décadas de 60 e 70 a região se viu diante de um intenso fluxo migratório das zonas rurais para áreas urbano-industriais. Os trabalhadores que acabavam deixando as zonas rurais devido ao avanço tecnológico das técnicas de produção dos bens agrícolas não conseguiam ser “absorvidos” pelos setores produtivos urbanos. Não só a baixa criação de empregos acometia a realidade latino-americana, como também esse fluxo migratório agravava a situação do desemprego e da chamada “informalidade”.

O problema apontado pela autora nesta perspectiva é que o setor informal adquire as características de setor econômico criado pelo excedente de força de trabalho do setor organizado do mercado de trabalho. Deste modo, conforme a crítica de Beloque (2007: 23), “em resumo, é um segmento dos trabalhadores desempregados que não consegue colocação nas ‘empresas organizadas’ e recorre à autocriação de empregos para garantir a sua subsistência, criando, dessa forma, um ‘setor econômico informal’.

Cacciamalli (1982) também se posiciona de maneira crítica sobre esse modelo interpretativo. Para ela, embora haja diferenças no modo como a OIT e o PREALC compreendem o fenômeno da informalidade, ambos corroboram com os modelos interpretativos que operam sob a tríade pobreza/migração/setor informal. O resultado mais imediato é que muitos trabalhos deixam de considerar o setor informal a partir da análise das diferentes formas de organizar a produção, para tê-lo como reservatório de indivíduos com baixo nível de renda e baixa qualificação para sua inserção no mercado de trabalho formal.

Se analisarmos o excerto de um documento do PREALC, podemos perceber claramente o conteúdo da crítica das autoras à concepção do setor informal como resultado do excedente de força de trabalho não absorvido pelo setor formal e, por conseguinte, sua associação direta àqueles indivíduos com baixos níveis de renda. Diz o documento:

De fato, o nível de emprego, ou melhor, o número de pessoas ocupadas, depende neste mercado [informal] da magnitude da força de trabalho não absorvida pelo Setor Formal, da economia e das oportunidades que têm essas pessoas de produzir ou vender alguma coisa que lhes retribua alguma renda (PREALC 1978 *Apud* Cacciamalli 1982; 1978, p.10-11 – [grifo nosso]).

A análise das publicações e estudos do PREALC durante a década de 1970 realizada por Cacciamalli (1982) identifica, também, além das já enunciadas críticas,

²⁰ As generalizações contidas neste trabalho ao se referir a América Latina como um todo não permitem que sejam negligenciadas as particularidades de cada país da região. Isso porque se tornou uma prática comum nas Ciências Sociais à referência a América Latina sem diferenciação, como um bloco homogêneo.

incrementos analíticos importantes. Segundo a autora, nestes documentos são enfatizados aspectos *relacionais* entre o setor formal e o setor informal.

O que podemos perceber, a partir disto, é a estreita relação entre a produção teórica do PREALC e o fomento de políticas de emprego e renda para a América Latina naquele período. Esse aspecto, embora compreenda um esforço de atuação no sentido de proporcionar um quadro detalhado da realidade econômica e, especificamente, das características da inserção da força de trabalho, carrega elementos das análises funcionalistas²¹.

Assim, por exemplo, publicações do PREALC citadas por Cacciamalli (1982) demonstram que a intenção de abordar as atividades informais incorporando à análise o perfil do mercado – se mais ou menos competitivo ou se mais ou menos concentrado –, deram margem para que as atividades informais fossem caracterizadas a partir de dois subgrupos: i) atividades funcionais; ii) atividades marginais.

As atividades funcionais seriam aquelas que, estando em condições mais favoráveis de atuação – devido a sua maior produtividade em relação às atividades marginais –, podem resistir à concorrência capitalista, o que por sua vez legitima o fomento de políticas direcionadas para estimulá-las. Já as atividades marginais seriam aquelas que sendo incapazes de resistir aos impactos da penetração das atividades capitalistas, demandaria para os ocupados a busca por capacitação a fim de que possam se integrar em segmentos mais dinâmicos.

Um olhar mais atento a essas pesquisas nos revela, assim, que a contextualização do debate sobre a utilização dos conceitos de *formal/informal* para caracterizar algumas formas de organizar e participar da produção (categorias de ocupação) deve levar em conta o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, de maneira geral, das economias *dependentes*. Isto é necessário à medida que compreendemos as diferenças entre o desenvolvimento da indústria nos países centrais e o mesmo onde tal processo se realizou tardiamente, como é o caso do Brasil.

Kowarick (1977, p.60) sublinha que “no capitalismo ‘clássico’, as formas históricas que marcam a inserção da força de trabalho no sistema produtivo, com o

²¹ Para os nossos propósitos e, segundo Kowarick (1977, p.44-45), “O funcionalismo privilegia a categoria analítica do *equilíbrio* entre as diversas partes constitutivas da sociedade. [...] Em outros termos, impera a ideia de que as estruturas sociais possuem funções e que estas servem para manter o conjunto da sociedade de modo relativamente ordenado. [...] Mas, dado o postulado de que a sociedade é composta por partes que tendem a se ajustar, o não integrado, por oposição, adquire o estatuto teórico de *disfuncional*”.

surgimento do sistema manufatureiro e depois com a grande indústria, operam no sentido de universalizar o trabalho assalariado.

Assim, segundo Hobsbawm *apud* Kowarick (1977, p. 60),

A marginalidade é algo familiar para o historiador dos países desenvolvidos, mas como um fenômeno transitório, não permanente. Se deu marcadamente nos fins da Idade Média na Europa Ocidental, quando os proletários potenciais se converteram não em trabalhadores reais, mas numa massa de indigentes.

Deste modo,

No caso brasileiro, o desenvolvimento capitalista significou coisas distintas em cada uma das três fases que marcam a evolução interna do capitalismo. Em nenhuma delas tivemos uma réplica do desenvolvimento capitalista característico das nações tidas como *centrais* e *hegemônicas* (quanto à irradiação e à difusão do capitalismo no mundo moderno). Ao contrário, nas três situações sucessivas o desenvolvimento capitalista apresenta os traços típicos que ele teria que assumir nas nações tidas como *periféricas* e *heteronômicas*, fossem ou não de origem colonial (FERNANDES, 2006, p. 261)

Vale destacar que os primeiros trabalhos que buscaram compreender a heterogeneidade das formas de inserção da força de trabalho não operavam com o par conceitual *formal/informal*. Em tais trabalhos, sobretudo no período pós 2ª Guerra Mundial e em alguns países da América Latina, a expressão *marginalidade urbana* é, entre outras, bastante empregada para caracterizar a condição excludente vivida por parcelas da população dos centros urbanos, seja no que tange ao mercado de trabalho ou mesmo a habitação, educação, saúde, etc.

Em vista disto, mesmo antes das expressões *formal/informal*, muitos trabalhos buscaram compreender a realidade latino-americana a partir de características específicas do desenvolvimento capitalista na região. No Brasil, por exemplo, além das teorias da modernização (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL), os estudos do Centro Brasileiro de Planejamento (CEBRAP), uns mais, outros menos, detinham-se em questões acerca da relação entre as atividades especificamente capitalistas e as atividades *tradicionais*. É possível afirmar que a própria historicidade dos termos *formal/informal* remonta a um momento desse amplo debate.

Embora seja difícil uma demarcação precisa do momento de origem de tais análises, podemos afirmar que ele tem um impulso inicial com as citadas *teorias da marginalidade*, nome que congrega muitos trabalhos sobre as populações marginais, bairros

marginais, área marginal, etc., e que pode ser identificado como uma subárea das teorias do desenvolvimento.

De acordo com Kowarick (1977) a abordagem realizada pelas *teorias da marginalidade* tinha como foco a análise de aspectos do processo de urbanização dos grandes centros urbanos, marcados pela especulação imobiliária e, conseqüentemente, pelo afastamento de um grande contingente de indivíduos para as zonas de periferia dessas cidades. Em um primeiro momento, a análise da marginalidade detinha-se no problema habitacional, isto é, em um dos efeitos das migrações internas no período que se seguiu a Segunda Guerra Mundial. A superação dessa abordagem restrita aos elementos “físico-ecológicos” (Kowarick, 1977:13) foi possível graças à incorporação de fatores sócio-econômicos na análise da marginalidade.

Entretanto, embora tal incorporação represente um avanço para o trato da questão, ainda mantinha uma visão estereotipada de tais atividades, que eram consideradas como um estrato distante do dinamismo dos padrões *modernos* e das formas urbano-industriais. De todo modo, o avanço interpretativo contribuiu para o desenvolvimento do tema da marginalidade, da sistematização de características das populações marginais, entre outros aspectos importantes para esta questão.

Sua disseminação, porém, não afixou uma conceituação consensual e uniforme. Bastante ao revés disso, serviu, sim, para a polissemia do termo, o que acabou por torná-lo pouco explicativo, amplo e com significados, às vezes, diametralmente opostos. Desse modo, mesmo havendo relativos consensos sobre certas características do setor informal e da informalidade, o debate ainda permanece aberto e, desta forma, acumula contribuições das mais diversas perspectivas analíticas.

1.1 O DEBATE SOBRE A INFORMALIDADE, O SETOR INFORMAL, E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

O debate sobre as condições do desenvolvimento do capitalismo no país – enquanto grande tema – reuniu preocupações não apenas ligadas às especificidades das formas de inserção da força de trabalho, mas também questões relacionadas à formação política e às relações entre classes e Estado²².

²² Ver Baltar 2000.

Para os nossos propósitos, é importante destacar que as análises que buscaram identificar as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina caminharam em ao menos duas direções: ora dando ênfase para os elementos específicos das economias *dependentes*, isto é, o ritmo, vigor e a estrutura do desenvolvimento próprio desses países; ora buscando abordá-los a partir de categorias adequadas a história político-econômica dos países centrais, o que quase sempre corroborou com uma interpretação etapista, pautada em fases sucessivas nas quais os países necessariamente deveriam passar para alcançar o desenvolvimento.

Deste modo, as diferentes matrizes teóricas e, conseqüentemente, as diferentes perspectivas de intervenção prática na realidade econômica matizam o amplo espectro sob o qual se originou e se propagou o par conceitual *formal/informal*. Isto explica a necessidade, presente nos muitos trabalhos²³ dedicados à análise do setor informal e da informalidade, de dedicar um capítulo ou mesmo a primeira parte do trabalho, exclusivamente ao trato do debate sobre as similitudes e diferenças na utilização e concepção destes conceitos.

Esta forma de conceber a organização dos trabalhos posicionando o leitor no interior do debate conceitual está diretamente ligada ao fato de que os diferentes modelos interpretativos que empreenderam esforços para a compreensão das atividades “informais” também representam sintetizadores de debates mais amplos. Situados nesse nível de abstração, eles extrapolam os limites das definições teóricas e das categorias de mensuração empírica, confrontando, assim, principalmente aspectos metodológicos e, por conseguinte, posicionamentos político-ideológicos.

Kowarick (1977) ao tratar desta questão nos explica como, por exemplo, no âmbito de uma problemática metodológica, surgem grandes correntes de interpretação das *atividades informais*. Diz o autor:

E a este nível [macro sociológico], toca diretamente a temática do ‘desenvolvimento-subdesenvolvimento’, cuja explicação, *grosso modo*, se reparte em duas grandes vertentes interpretativas, a saber: de um lado o modelo funcionalista que, em termos de mudança social, aglutina as versões que gravitam em torno da *teoria da modernização*; de outro, a análise histórico-estrutural, diretamente tributária do pensamento marxista e que redundou no conjunto de estudos que se convencionou chamar de *teoria da dependência*. (KOWARICK, 1977, p.17) [grifo do autor].

Assim, enquanto no âmbito das teorias da modernização temos os trabalhos desenvolvidos pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), no que

²³ Conforme Cacciamalli, 1982, 2000; Beloque, 2007; Kowarick, 1977; Leibante, 2010; DIEESE; 2011; Lima e Soares, 2002; Prandi, 1978.

diz respeito às teorias da dependência²⁴ podemos citar os trabalhos da Cesó (Centro de Estudios Socioeconómicos)²⁵, que corresponde ao esforço de desenvolver um arcabouço teórico alternativo aos modelos dual e dual estruturalista de abordagem do desenvolvimento capitalista latino-americano.

Na busca por uma visão mais panorâmica do debate teórico no qual o setor informal e a informalidade estão inseridos pudemos notar que, embora haja diferenças e similitudes entre os diversos modelos interpretativos, todos são subjacentes a um debate mais amplo: o caráter do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. De outro modo, também demandam o entendimento da natureza da relação entre atividades econômicas de corte nitidamente capitalista, isto é, baseadas na oposição capital/trabalho assalariado, e outras atividades que não possuem tal característica, como é, especificamente, o caso do trabalho autônomo, do trabalho por conta própria e dos empreendimentos informais (microempresas que empregam até 05 empregados).

Nestes termos o ponto fundamental é encontrar respostas para saber em que medida a criação e a preservação de um mercado de trabalho heterogêneo possui uma *funcionalidade* – mesmo contraditória – para o sistema econômico brasileiro e sua inserção internacional. Também é a partir disto que se pode verificar a distância ou proximidade do caso de Londrina em relação às tendências nacionais e internacionais e, no que diz respeito à dinâmica de sua estrutura produtiva e de seu mercado de trabalho.

É importante destacar que embora algumas atividades econômicas, tais como o trabalho por conta própria e o empreendimento informal (unidades de produção de tamanho micro ou pequeno com até 05 empregados), não operarem a partir da nítida oposição entre capital e trabalho assalariado, ou mesmo em condições tipicamente capitalistas, não significa que elas se localizam *fora* do modo de produção capitalista. Deste modo, apesar de não operarem com elementos especificamente capitalistas, tais atividades estão totalmente integradas a dinâmica deste modo de produção.

Em um plano macro e, de acordo com Oliveira (1972, p. 32),

²⁴ Segundo Marini (1979, p.21) “[...] ao me referir à economia dependente, tenho em vista a forma atual que esta assumiu depois que, em seu seio, se conformou um setor de produção para o mercado interno que assumiu progressivamente o papel hegemônico na dinâmica econômica”.

²⁵ O Cesó reuniu contribuições de diversos autores dedicados a compreender o desenvolvimento capitalista na América Latina e suas relações com as economias centrais. Dentre eles, podemos citar: Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Orlando Caputo e Roberto Pizarro. No Brasil autores como Fernando Henrique Cardoso, Lucio Kowarick, José Reginaldo Prandi, etc. podem ser considerados tributários diretos do pensamento desenvolvido pelo Cesó.

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo.

De outro modo, a *funcionalidade* da preservação da estrutura heterogênea do mercado de trabalho brasileiro, fator que integra distintas modalidades produtivas e diferentes formas de inserção da força de trabalho, também pode ser problematizado em um contexto mais atual. Desta maneira, a abertura comercial e financeira do país no período pós-desenvolvimentismo e os ajustes estruturais sugeridos pelo Banco Mundial e pelo FMI no fim da década de 1980 e durante os anos 1990²⁶ podem ser interpretados como recursos permanentes na dinâmica da expansão capitalista no contexto internacional. Isto é, a necessidade da criação do *outro*, seja em âmbito nacional a partir da manutenção do exército industrial de reserva, seja no plano internacional a partir dos mecanismos da *acumulação por espoliação*²⁷.

As formas revestidas do *novo*, que em suma dão movimento para os estados assumidos pelo exército industrial de reserva (população latente, flutuante e estagnada), e que na prática remontam aos aspectos violentos da acumulação primitiva de Marx (...), unem, neste caso, problemas da reprodução expandida e mecanismos da “acumulação por espoliação”, atualizando as características do desenvolvimento desigual e combinado²⁸ e, ao mesmo tempo, da integração da economia nacional ao sistema econômico internacional.

Este fator de integração contraditória é, assim, indicado por Harvey (2005) ao analisar os mecanismos da “acumulação por espoliação”. Para o autor, os processos de expansão do capital necessitam lançar mão de um estoque de ativos (inclusive força de trabalho) passíveis de serem desvalorizados, seja por meio da administração de crises, da expropriação de bens públicos, de privatizações, etc.

²⁶ Segundo Amaral (p.69), “É possível dizer que, concretamente, o primeiro momento que emblematize essa nova configuração da acumulação de capital na periferia é a crise da dívida dos países subdesenvolvidos no início dos anos 1980”.

²⁷ Segundo Harvey (2005, p.) deve-se entender a *acumulação por espoliação* como um processo de mudanças nas quais o capital sobreacumulado de algumas partes do mundo busca “[...] liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)”.

²⁸ Conforme Trotsky (1978, p.25) “O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do processo histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas.

A contrapartida da *necessidade* de integração das economias *dependentes* ao sistema econômico internacional no contexto neoliberal é a de permitir, seja por meio do Estado (desregulamentação dos mercados ou, de maneira geral, dos ajustes estruturais), ou através dos processos de reestruturação produtiva, que dentro de um quadro de “falta de oportunidades de novos investimentos lucrativos” no cenário internacional, isto é, de crise de sobreacumulação, o capital possa se valorizar novamente, porém com o custo social da precarização do trabalho e da preservação da heterogeneidade do mercado de trabalho.

No plano ideológico, como outra face deste mesmo processo, surgem os diversos discursos sobre a necessidade de reduzir os custos com a contratação da força de trabalho, de reduzir a burocracia com o contrato por prazo indeterminado, de ajustar as relações de emprego as necessidades da atual estrutura produtiva, de promoção da formalização via microempreendedorismo individual, de facilitadores para a transformação de pessoas físicas em pessoas jurídicas, etc.

Assim, como ideologia, tais discursos deixam de revelar a preservação da heterogeneidade da inserção da força de trabalho como uma face precária de cobertura de direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que fomentam o empreendedorismo sem levar em conta as diferenças que separam grandes investidores e especuladores de trabalhadores por conta própria e autônomos que se auto-empregam para gerir suas atividades.

O espaço ocupado pelas atividades dos trabalhadores por conta própria, por exemplo, são estruturados e reestruturados a partir da dinâmica especificamente capitalista em determinados ramos. Um vendedor ambulante, por exemplo, enfrenta dificuldades de continuar a exercer sua atividade se uma empresa organizada em termos capitalistas ocupa aquele espaço econômico. Do mesmo modo, muitos trabalhadores autônomos, compreendidos em uma relação de prestador de serviço, ganha também a autonomia de arcar com os custos de seu plano de previdência, mesmo que toda a sua atividade seja direcionada para atender a um único contratante.

Isto lança luz para o entendimento do modo como as atividades informais ocupam espaços intersticiais, muitas vezes em nichos de mercado ou mesmo em cadeias produtivas onde podemos assistir a reinvenção do trabalho a domicílio, do salário por peça, etc.

Araújo e Amorim (2001) nos fornecem um exemplo a partir da análise das atividades ligadas ao ramo de confecções do município de Campinas/SP. De acordo com ela,

A indústria de confecção, por ser um ramo industrial baseado no uso intensivo de mão-de-obra, cuja produção se desenvolveu com poucas inovações técnicas, limitadas à máquina de costura industrial e ao trabalho manual, caracterizou-se desde seus primórdios pelo uso contínuo de diversas formas de trabalho subcontratado, principalmente do trabalho a domicílio (ARAÚJO e AMORIM, 2001, p.270).

Aspectos muito semelhantes puderam ser observados por Pereira (2006) em sua análise dos processos de trabalho na indústria de confecções da região de Londrina. Ao tratar do assunto, afirma a autora:

A subcontratação de trabalhadores domiciliares como uma fonte externa que alimenta o capital tende a ser um recurso cada vez mais utilizado pelas empresas do setor de confecções, principalmente por reduzir custos e em especial com o fator mão-de-obra. A subcontratação de trabalhadores a domicílio, em se tratando do setor confeccionista, pode ser também utilizada como um recurso das empresas para suprir, em certa medida, deficiências na estrutura organizacional ou tecnológica (PEREIRA, 2006, p.83).

Contudo, a associação das situações de informalidade no interior do mercado formal, isto é, o subemprego, a subcontratação, a relação de emprego disfarçada, etc., a *atividades não especificamente capitalistas* poderia suscitar a idéia de que se considera o assalariamento padrão (contrato de trabalho formal, por tempo indeterminado) como a única relação especificamente capitalista. Tal associação é, em nossa compreensão, equivocada, sobretudo porque é sabido, desde os escritos de Marx, que o modo de produção capitalista se utiliza de diferentes formas de articulação entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta, assim como das suas respectivas formas de remuneração, isto é, o salário por peça e o salário por tempo.

Beloque (2007, p.41) ao abordar o problema afirma:

Da condição dos trabalhadores assalariados dos países centrais, no pós-guerra, resulta a identificação do 'padrão de integração social' ao emprego. Mais precisamente o emprego do tipo homogêneo, estável, esteio de 'conquistas cumulativas', estabelecido com 'empresas organizadas em termos capitalistas' e associado a direitos sociais, ou seja, o emprego tornou-se referência, 'padrão' de inclusão social.

A autora sublinha que a partir dessa perspectiva, as atividades econômicas que se desenvolvem ao largo desse padrão passaram a ser conceituadas como informais e, enfatiza que tal abordagem deixa pressuposto que o retorno ao padrão de emprego vivido

pelos trabalhadores assalariados dos países centrais durante os *trinta gloriosos*²⁹ resolveria o problema da informalidade e do desemprego.

Dessa forma, segundo a autora, a complexidade dos fenômenos é reduzida aos seus aspectos técnicos, isto é, não foge à idéia de que uma política econômica planejada poderia recuperar o equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho. Ela destaca, ainda, que tal perspectiva também retira do debate a necessidade da análise da natureza da organização produtiva no modo de produção capitalista e do embate entre capital e trabalho assalariado, mesmo quando o pagamento da força de trabalho está amparado em direitos sociais.

Em que pese suas observações, não se pode, contudo, desconsiderar o fato de que a própria existência da informalidade, seja no mercado formal ou no setor informal, diz respeito a uma contradição do ordenamento jurídico do desenvolvimento capitalista. Assim, embora em essência tais atividades não possam ser reduzidas a sua dimensão jurídica (formal/informal), ao menos na aparência elas são resultado direto da ausência e/ou do desvio das proteções trabalhistas e das obrigações legais exigidas para o funcionamento das unidades produtivas.

Desta maneira, o fato de a informalidade congrega distintas atividades deve ser considerado no trabalho de construção teórica e no entendimento da dinâmica de tais atividades. É importante lembrar que, assim como Cacciamalli (2000), consideramos o trabalho por conta própria e os assalariados sem registro como categorias centrais do “processo de informalidade”. Na mesma trilha dos trabalhos de Prandi (1978) e Kowarick (1977) compreendemos a dinâmica de uma parcela do trabalho por conta própria, sobretudo aquelas ocupações ligadas a produção de bens e serviços e ao comércio, a partir do conceito de *exército industrial de reserva*.

Na conceituação clássica de Marx [...] sobre o *exército industrial de reserva*, ele é estratificado em ao menos três *populações*³⁰: 1) a primeira é chamada de “população estagnada”, e, assim como Kowarick (1977), podemos relacioná-la com o trabalho a domicílio e com o artesanato; 2) a segunda consiste em uma “população latente”, onde marcadamente se encaixam os trabalhadores ligados ao trabalho autônomo no comércio e na produção de bens e serviços; 3) o terceiro estrato é aquele chamado de “população

²⁹ Período entre os anos 1945-1975, onde se verificou um crescimento acelerado dos países centrais tanto em termos de consumo, produção, como também de investimentos.

³⁰ Embora Marx (1988: 198) faça referência a um quarto segmento, a saber, o chamado *lumpemproletariado*, ele mesmo admite que “[...] ela [superpopulação relativa] possui continuamente três formas: líquida, latente e estagnada”.

líquida (flutuante)”, o qual podemos relacionar com a massa de força de trabalho diretamente disponível para os movimentos de expansão e retração das atividades industriais.

Nestas formas de ocupação a dinâmica do processo de expansão das empresas capitalistas cria e recria os espaços permissíveis para as atividades informais. Os primeiros dois estratos compreendem ocupações e atividades organizadas a partir do auto-emprego, o que nos permite recobrar, aqui, o conceito de *capitalista de si mesmo*. Nele Marx (1985) indica a contradição presente na estrutura de produção capitalista onde modalidades produtivas distintas se combinam, colocando lado a lado atividades baseadas na oposição capital/trabalho assalariado, isto é, de corte nitidamente capitalista, e outras nas quais dificilmente – a não ser pela sua relação comercial com o mercado capitalista – podem ser consideradas tipicamente capitalistas.

De acordo com Marx (1985, p. 113):

O trabalhador independente, para dar um exemplo, é o seu próprio assalariado, os seus próprios meios de produção defrontam-lhe na sua imaginação como capital. Na sua condição de *capitalista de si mesmo*, auto-emprega-se como assalariado. Semelhantes anomalias são farto campo para as mais ocas dissertações em torno do trabalho produtivo e improdutivo. [grifo nosso]

Beloque (2007), entretanto, argumenta que tal noção é em si uma contradição teórica, pois ao mesmo tempo em que Marx a formula, também a nega ao afirmar que a especificidade das condições de realização da relação capital/trabalho assalariado compreende de um lado o possuidor de capital e, de outro, o possuidor de força de trabalho, livre e despossuído.

Nós, entretanto, partilhamos de outra interpretação. Não acreditamos na existência de formas capitalistas e não-capitalistas em sentido “puro”, mas exatamente no amálgama histórico de formas diferentes e, não obstante, complementares em diversos momentos do processo histórico.

Assim, de acordo com Bensaid (2008, p.35):

As classes não são *definidas* somente pela relação de produção na empresa. Elas são *determinadas* ao longo de um processo em que se combinam as relações de propriedade, a luta pelo salário, a divisão do trabalho, as relações com os aparelhos de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos.

Ainda oferecendo um tratamento teórico para alguns pressupostos dos processos de formação das classes sociais, afirma o autor:

As classes se auto-produzem, seguindo um processo de cristalização de interesses coletivos, de uma consciência desses interesses e de uma linguagem para expressá-los. Elas se situam no ponto de encontro entre um conceito teórico e uma declaração que nasce da luta (BENSAID, 2008, p.37).

Há, na dinâmica das relações sociais de produção e das forças produtivas, alternância da hegemonia de um modo de organizar e participar da produção a outro, o que permite a co-existência de modalidades produtivas distintas, assim como de um processo mais ou menos aberto de constituição das classes em sentido amplo. Gentilini (2012, p.156) ao comentar as análises de Bensaid (2008) e tratando de aspectos da luta de classes neste âmbito, afirma:

No caso da crítica da razão histórica, Bensaid apresenta uma nova escrita (ou escuta) da história que estaria implícita no pensamento marxista. Para ele, mais do que “necessidades históricas” contra as quais nada se pode fazer, Marx sublinha o papel do contratempo, da não-contemporaneidade entre esferas jurídicas, econômicas, políticas, sociais ou o que ele chama de “discordância dos tempos”. [grifo nosso]

É, também, a partir destas considerações que podemos compreender as articulações concretas dos conceitos de *subsunção formal do trabalho no capital* e *subsunção real do trabalho no capital*, desenvolvidos por Marx (1985). No primeiro, isto é, na *subsunção formal do trabalho no capital*, o autor busca explicitar o momento de penetração da estrutura de produção especificamente capitalista sobre modos “pré-capitalistas”. Para tanto, faz referência a um momento no qual os modos de organização e participação na produção ainda não foram transformados por completo segundo as necessidades do processo de acumulação do capital. Nesse momento, o que temos é a subordinação formal – pois não altera a base técnica de produção – de modos tradicionais, “seja porque o produtor atua como empregador de si mesmo, seja porque o produtor direto tem que fornecer sobretrabalho a outrem.” (MARX, 1985:94).

Por outro lado, na situação da *subsunção real do trabalho ao capital* há uma transformação do próprio processo de trabalho. Com ela as forças produtivas sociais podem ser postas em movimento com a incorporação da ciência e da maquinaria na produção, assim como uma escala sempre ampliada da produção. Uma vez desenvolvidas as forças produtivas do trabalho, a massa da produção, a massa da população e a massa da sobrepopulação, o modo capitalista de produção, tende desenvolver ramos industriais onde a produção em pequena escala ainda perdura. Nesse movimento há uma *tendência* do capital de se apoderar de todos os ramos onde ainda subsiste a *subsunção formal*.

Tal tendência, contudo, não é uma regra rígida. Como já citamos anteriormente, a permanência de unidades de produção sob a subsunção formal no espaço econômico depende também de fatores como: qualificação e habilidade no manuseio do instrumento de trabalho, baixa capacidade de criação de postos de trabalho assalariados no mercado formal, relações fiéis de clientela, qualidade do bem e/ou serviço produzido, etc.

Em outros termos, significa dizer que esse não é um processo absoluto na história, isto é, que uma vez ocorrido não torna a se repetir. Bastante ao contrário e, considerando as diferenças regionais e locais, podemos perceber que ele ocorre de maneira ininterrupta, criando, (re) criando e, muitas vezes, *destruindo* modos de produção diferentes. Este parece ser o sentido assumido pela expansão do capital no período pós-1973 e, por conseguinte, da integração desigual das economias dependentes no sistema internacional.

Desta forma, muitos trabalhos dedicados às análises das atividades informais passaram a problematizá-las a partir das transformações ocorridas no contexto da reestruturação produtiva e da implementação dos modelos de política econômica neoliberais, postos em marcha no período pós-1973 nos países centrais e, no caso dos países latino-americanos, nos últimos anos da década de 1980³¹ e durante a década de 1990. É este o mote da noção de *nova informalidade*.

O contexto da chamada *nova informalidade*³², isto é, a incorporação de contingentes de trabalhadores antes no mercado formal, contém elementos importantes para a compreensão não apenas das citadas condições que levam a preservação de processos de trabalho pouco ou nada intensivos em tecnologia, tais como aqueles realizados por sapateiros, costureiros, marceneiros, etc., ou mesmo o trabalho realizado pelas categorias ocupadas no comércio e serviços, como os vendedores ambulantes, os camelôs, alfaiates, garçons, engraxates, cabeleireiros, taxistas, eletricitas, etc., mas também atividades marcadas pela força de trabalho qualificada, como é o caso da *informalização* mediante a transformação do trabalhador autônomo em Pessoa Jurídica (PJ).

Para Lima e Soares (2002), o conceito de *nova informalidade* indica a existência de novas modalidades produtivas e de inserção da força de trabalho em um contexto de flexibilização da legislação trabalhista. Deste modo, afirmam os autores:

³¹ Com exceção do Chile, país submetido às medidas neoliberais sob uma ditadura já no início da década de 1970. Para mais, ver Anderson (1995).

³² Ver Lima e Soares (2002)

Seria o retorno do ônus da reprodução da força de trabalho na própria família e o enfraquecimento da regulação sobre o mercado de trabalho. Poderíamos chamar isto de ‘nova informalidade’, por incorporar contingentes de trabalhadores antes no mercado formal e protegido. Juntam-se aos trabalhadores do ‘velho informal’ autônomos de todos os tipos e atividades [...] A ‘nova’ informalidade pode ser considerada como sinônimo da flexibilidade dos novos tempos. (LIMA E SOARES, 2002, p.167).

A *nova informalidade* aponta para as transformações que acometeram a economia internacional a partir da década de 1970 com o fim do período de crescimento verificado nos países centrais, a chamada crise do modelo fordista (BIHR, 1998) e, por conseguinte, novos problemas de sobreacumulação, isto é, a dificuldade do processo de acumulação capitalista encontrar novos investimentos lucrativos para garantir o fechamento do ciclo de valorização (HARVEY, 2005, p.116).

Desta forma, são consideradas a partir dos processos de reestruturação produtiva e da aplicação de medidas econômicas baseadas no ideário neoliberal³³. Este conjunto de fatores contribuiu para a alteração das condições nas quais a força de trabalho pode ser empregada e, assim, também na combinação de modalidades produtivas.

Nas economias centrais e onde os modelos de Estado de Bem Estar Social existiram efetivamente, os problemas provocados “[...] pela crise do regime de acumulação do capital que havia servido de base material para o compromisso fordista” (Bihir, 1998: 69) exigiam que transformações institucionais e na estrutura produtiva fossem levadas a cabo, a fim de equacionar o problema da redução da taxa média de lucro. Tal tendência de queda da taxa média de lucro está para Bihir (1998: 69), diretamente relacionada a quatro elementos: 1) diminuição dos ganhos de produtividade; 2) elevação da composição orgânica do capital; 3) saturação da norma social de consumo; 4) desenvolvimento do trabalho improdutivo.

Neste sentido, afirma o autor:

Isto [retomada da acumulação] exige um ajuste de contas entre os capitalistas. De fato, quando a taxa de lucro diminui, é no sentido de haver excedente de capital na sociedade. Conseqüentemente, é preciso destruir uma parte do capital social: eliminar as empresas menos rentáveis, fazer reestruturações técnicas, financeiras, jurídicas. Essa ‘repartição de perdas’ entre capitalistas efetua-se normalmente por intermédio da concorrência, mas a política econômica pode também contribuir para isso, através da restrição do crédito, da compressão de subvenções e de comissões públicas, da determinação da taxa de câmbio, etc. (BIHR, 1998, p.76)

³³ Segundo Batista (1995) “A avaliação objeto do Consenso de Washington abrangeu 10 áreas: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; 10. propriedade intelectual.

E mais,

Por outro lado, o saneamento da situação exige ‘fazer os trabalhadores pagarem a crise’, baixando os salários reais diretos, reduzindo o financiamento dos elementos socializados do processo de consumo, de forma que ele seja menos oneroso para o capital, de modo geral desordenando progressivamente o conjunto da relação salarial fordista. (BIHR, 1998, p.76)

Assim, não apenas o exemplo da Terceira Itália, onde o incentivo “as experiências industriais descentralizadas e informais” (TAVARES, 2002b, p.59) pode ser tido como signo da reestruturação produtiva, mas também outros países como Suécia, Alemanha, Japão, Vale do Silício – EUA³⁴ podem servir de ilustração para tal processo, evidenciando não apenas a tendência a *parcialização* do trabalho no interior do mercado formal, mas também, da reinvenção de modalidades produtivas, tais como o trabalho a domicílio e, de maneira geral, o trabalho por conta própria.

Todavia, embora os processos de precarização do trabalho reforcem a necessidade de compreender os fatores conjunturais ligados à dinâmica e as tendências da economia internacional, é importante ter em vista que a heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho no Brasil é um fenômeno multifacetado e, de certo modo, anterior a tendência internacional de *informalização* verificada a partir dos processos de flexibilização e desregulamentação dos mercados de trabalho³⁵.

Por este motivo, a análise conjuntural deve levar em conta os aspectos históricos que marcam o desenvolvimento da indústria e as formas de inserção da força de trabalho nas economias dependentes.

Parece-nos que não é possível identificar a especificidade da relação entre as atividades do setor informal e as atividades “formais” capitalistas apenas a partir das expressões jurídicas do mercado: formal/informal. As expressões formal/informal assumem suas formas concretas nas relações entre “um” modo especificamente capitalista de organizar a produção e outros que a despeito de estarem, na maior parte das vezes, já subordinados totalmente ao capital, objetivamente não operam com os elementos característicos da produção capitalista. É a partir destes elementos que podemos conectar *os fios invisíveis da produção capitalista* às suas manifestações jurídicas.

Segundo Fernandes *apud* Kowarick (1977, p.104),

³⁴ Ver Tumolo (1997, p.332).

³⁵ Segundo Prandi (1979) para o total de ocupados em atividades não-agrícolas em 1940, 36,4% era de trabalhador por conta própria. Na década seguinte, 1950, este número cai para 22,6%, e se mantém em 20,6% em 1970. Esses números não incluem os empregadores e os trabalhadores não-remunerados (em ajuda a membro do domicílio).

A articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento [...] podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global... Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e complementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do ‘cálculo capitalista’ do agente econômico privilegiado.

É, também, neste sentido, que podemos compreender o enfoque dado por Marcelino (2007) ao tratar das ambigüidades no uso do termo *flexibilidade* quando se analisa o caso brasileiro. Segundo Lima *apud* Marcelino (2008, p.86)

A flexibilização das relações de trabalho pressupõe a eliminação de entraves à contratação e demissão de pessoal, assim como a redução de gastos com direitos sociais: recolhimento de impostos para previdência social, assistência médica etc. A discussão sobre a flexibilização tem como referência o welfare-state, o estado providência do capitalismo avançado, dominante na Europa Ocidental e América do Norte até a década de 80 com elevada proteção social aos trabalhadores e forte presença sindical. No Brasil, a discussão sobre flexibilização parte do princípio de que existe uma rigidez na legislação que não corresponde à realidade. A CLT, a partir de sua criação na década de 40, beneficiou os trabalhadores dos setores urbano-industriais “modernos” da economia, sendo estendido aos demais trabalhadores somente nos anos 80.

Convém destacar – como Lima e Soares (2002) acertadamente o fazem – que no caso do Brasil e, de certo modo, dos países latino-americanos, estas tendências não constituem algo marcadamente *novo*. Neste sentido,

Nada de novo, se pensarmos nos países periféricos, nos quais amplos contingentes de trabalhadores sempre estiveram no informal e sempre dependeram da família para sua reprodução como força de trabalho. Devemos considerar, ainda, que os processos de formalização, nos países periféricos, não chegaram a atingir a maioria dos trabalhadores, tendo crescido no período de 50-70 e declinado em seguida. Entretanto, muda a perspectiva, a informalidade deixa de representar algo transitório para constituir-se em definitivo. (LIMA E SOARES, 2002, p.167)

Entretanto, se por um lado o aspecto heterogêneo da estrutura do mercado de trabalho no Brasil é algo já conhecido, por outro, algumas indicações de Harvey (2003), Bernardo (2004) e Bihl (1998) nos auxiliam a problematizar o contexto da economia internacional e, por conseguinte, identificar o que cenário neoliberal traz de *novo* para o entendimento da dinâmica das atividades informais.

1.2 A INFORMALIDADE E O SETOR INFORMACIONAL: ASPECTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS

Os esforços de análise das atividades informais tal como são realizados pelas agências públicas de pesquisa contribuem para o avanço do conhecimento sobre a realidade empírica das pessoas ocupadas em atividades informais. Assim, por exemplo, nas definições do aporte conceitual das duas pesquisas Economia Informal Urbana – ECINF (1997 E 2003), realizadas pelo IBGE, sua conceituação é a seguinte:

Na operacionalização estatística desta definição, decidiu-se que pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias (IBGE: ECINF 1997-2003)³⁶.

Tal definição é de uma dimensão técnica e, assim, é eficiente para um trabalho empírico descritivo. Não se pretende, entretanto, desenvolver uma reflexão aprofundada das possíveis conexões entre estes aspectos censitários e a dinâmica das atividades informais no plano da relação entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção.

Deste modo, apesar das ressalvas contidas nas Notas Técnicas de ambas as pesquisas sobre a não intenção de levar em conta apenas a questão legal das atividades informais, o alcance da pesquisa está circunscrito às categorias formal/informal. Estas, por sua vez, são expressões de relações mais amplas, nas quais estão inseridas as localidades, as regiões e que correspondem a sua integração no território nacional e na economia internacional.

A base para o corte formal/informal é o aspecto jurídico, esta questão de legalidade da atividade, seja do pagamento de impostos, e/ou do não cumprimento da legislação trabalhista. Analisada em si, isto é, de maneira restrita à questão de legalidade, a compreensão da informalidade circunscreve-se aos seus limites jurídicos. Deste ângulo, seu significado não ultrapassa as fronteiras que a definem como um problema de arrecadação e de não-cumprimento da legislação trabalhista. A esta dimensão do fenômeno correspondem os esforços de mensuração empírica realizados pelas agências de pesquisa e compreendidos em políticas públicas.

³⁶ Esta definição tem por base o já citado consenso entre estatísticos na 17ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho.

Pode-se dizer que a definição estatística do setor informal para as pesquisas realizadas pelo IBGE privilegia a delimitação das unidades de produção com base no seu aspecto jurídico, senão diretamente, pelo menos na medida em que não se propõe ir além desta dimensão do fenômeno.

Há também trabalhos sobre as atividades informais realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, muitas vezes em parceria direta com o IBGE. Em um destes trabalhos nos é possível recortar a seguinte definição para as atividades informais:

[...] considera como pertencente ao setor informal o contingente de trabalhadores que não estão protegidos pela legislação trabalhista na sua inserção no mercado de trabalho, em contraste com os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, os servidores públicos estatutários e os militares (IPEA, 2006, p.472).

Analisando a definição utilizada pelos autores do artigo acima citado, podemos reter que a delimitação do setor informal também privilegia o corte jurídico, isto é, *com/sem* carteira, assim como restringe o setor informal a sua dimensão expressa no mercado de trabalho. As conseqüências imediatas disto é que o trabalhador por conta própria, por estar referenciado apenas ao mercado de trabalho, deixa de recobrar o debate sobre o desenvolvimento do capitalismo no país, distanciando-o da problemática que remete aos elementos do processo de industrialização, de urbanização, da estrutura de regulação do emprego, e demais fatores em particular em uma economia dependente.

Isto, porém, não deve impedir que percebamos o conteúdo crítico da análise desenvolvida pelos autores:

Há que levar em conta que o patamar [informalidade] é bastante elevado, de sorte que pouco mais da metade da força de trabalho ocupada está inserida no setor informal, além de ter sido significativo o crescimento das práticas informais no âmbito das RMs. É importante ter clara a gravidade da situação, até porque algumas vezes a informalidade é defendida como “uma solução, e não um problema”. Vale lembrar, boa parte dela – o assalariamento sem carteira – é, na verdade, ilegalidade, visando ao não-pagamento de encargos. Adicionalmente, o trabalho autônomo por vezes é sinônimo de trabalho precário, resultado de uma estratégia de sobrevivência em circunstâncias em que o mercado de trabalho não consegue gerar empregos de qualidade, no sentido de adequados às dotações e às habilidades da força de trabalho, em quantidade suficiente (IPEA, 2006, p.486) [grifo nosso].

Todavia, como os limites da problematização estão circunscritos à dimensão jurídica das atividades informais, sua crítica também não vai além destes aspectos. Deste modo, a própria constatação dos autores de que o crescimento da informalidade nas regiões metropolitanas durante o período entre 1991 e 2005 “é mais que compensado pela difusão de

práticas trabalhistas ao abrigo da legislação nas áreas-não metropolitanas” (IPEA, 2006, p.486) parece revelar apenas uma das faces do problema.

De outro modo, e tão importante quanto, é necessário um esforço por meio do qual possamos expandir as noções de formal e informal para além de seus limites jurídicos, isto é, para além de uma questão de legalidade, relacionando-as à dinâmica da consolidação do capitalismo no país e às questões da funcionalidade da preservação de uma estrutura heterogênea de inserção da força de trabalho. Isto nos permite analisar a informalidade a partir de outras escalas.

Pode-se por meio disto, estabelecer conexões entre a informalidade e o papel do país na divisão internacional do trabalho, na mundialização do capital, na reestruturação produtiva no contexto de crise do modelo fordista, dos processos de modernização, de industrialização, etc. Elucidar estes aspectos na compreensão da dinâmica da informalidade é, também, ydesmistificar os discursos sobre o empreendedorismo, terceirizações, pejetismo, entre outros que são inseridos na disputa político-ideológica das estruturas de poder.

Neste sentido, as afirmações de Oliveira (2009) recobram a necessidade de extrapolar estes limites. Assim, conforme o autor:

É oportuno retomar esses aspectos atinentes à teoria dos circuitos³⁷ tendo em vista que as concepções dualistas, apesar de seu anacronismo e equívocos teóricos, costumam reaparecer de forma sub-reptícia nos debates atuais sobre a formalização dos informais, sobre empreendedorismo e outros dessa natureza (OLIVEIRA, 2009, p.5).

De maneira geral as abordagens mais comprometidas com demandas de intervenção prática na realidade social abordam a informalidade e o setor informal a partir de categorias de alcance médio, o que significa dizer que por si só não permitem compreender os movimentos mais amplos que contribuem para a dinâmica da relação entre as atividades formais e as informais.

Partindo, geralmente, de uma perspectiva que privilegia a integração social, tais esforços de compreensão avançam por criar instrumentos capazes de auxiliar, através de dados estatísticos e material documental, o monitoramento das atividades econômicas,

³⁷ No bojo do debate sobre o desenvolvimento do capitalismo no país – debate este que envolve diretamente análises sobre a formação do mercado de trabalho urbano – a teoria dos circuitos (superior/inferior) pode ser considerada uma expressão, na Geografia, do esforço realizado por pensadores das Ciências Sociais de analisar o processo de consolidação do capitalismo no Brasil a partir da relação de dependência. Assim, de maneira aproximada, as noções de circuito superior e de circuito inferior da economia remetem diretamente à problemática deste trabalho.

geralmente atrelados a programas de governo e a políticas públicas específicas. Por outro lado, perdem em generalização e, assim, acabam por não revelar certos aspectos, tais como o debate e as orientações ideológicas presentes na construção dos seus elementos teórico-metodológicos. Também não se propõem a desenvolver teorias, nem tampouco destacam uma ou mais críticas da sociedade capitalista como um todo.

Segundo o modo como Kowarick (1977) caracteriza tais aspectos do debate sobre as atividades informais, podemos perceber que os muitos materiais produzidos deram um volume tal para o tema que, pouco a pouco, este foi ganhando autonomia e se tornando uma área específica tanto da Sociologia, como da Economia, da Geografia, e demais áreas. Entretanto, a divisão das atividades informais como objeto de subáreas acaba por isolar suas análises, afastando-as de um contexto mais amplo. Desta forma, as atividades informais são analisadas em si e, portanto, não operacionalizam com aspectos *históricos* da dinâmica capitalista.

Destacando a crítica marxista a fragmentação do conhecimento e, ao mesmo tempo, tratando do alcance teórico de algumas categorias do pensamento marxista, afirma Osório (2012, p.37):

Os procedimentos de separar e dividir, inerentes ao processo de fragmentação, trazem consigo, ao mesmo tempo, a perda de compreensão da atividade unificadora presente na vida em sociedade, aquela que confere sentido aos múltiplos processos, os quais são apresentados assim de maneira dispersa, desconectados.

No que tange aos nossos objetivos é necessário sublinhar que ao falar de atividades informais estamos nos referindo a características específicas de um modo de produção e suas contradições históricas. É, assim, que autores clássicos para a tradição marxista e, de maneira geral, para as Ciências Sociais, na tentativa de aplicar elementos da teoria marxiana nas suas realidades específicas, contribuíram de forma substancial para a atualização desta tradição do pensamento social. É o caso de Gramsci na Itália, de Trotsky e Lênin na Rússia, de Florestan Fernandes no Brasil, e das apropriações feitas por autores latino-americanos que buscaram compreender a forma assumida pelo desenvolvimento do capitalismo na realidade da região.

Mais uma vez recobrando os trabalhos de Bensaid (2008), mas também de Bianchi (2008) em sua análise da obra de Gramsci, o ponto-chave nestes termos da teoria marxista não indica um processo linear, mas justamente um processo de *não-contemporaneidade* entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. No Brasil, a chamada *teoria da dependência* é, entre outros, um esforço dessa natureza.

Para Florestan (2006, p.261)

A indirect rule não se configura como uma realidade histórica passageira: ela surge como uma condição estrutural permanente, que iria assumir feições históricas mutáveis de acordo com a evolução do capitalismo nas nações que exerceram algum tipo de dominação imperialista sobre a América Latina. Por isso, considerado em termos das motivações e dos alvos coletivos dos estamentos dominantes (sob o regime do trabalho escravo), ou das classes dominantes (sob o regime do trabalho livre), em nenhuma das três fases o desenvolvimento capitalista chegou a impor: 1º a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2º a desagregação completa do *antigo regime* e de suas seqüelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3º a superação de estados relativos de subdesenvolvimento inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza.

Não vemos motivos para não creditar atualidade à análise de Florestan (2006), sobretudo pelo fato de que nenhum destes aspectos parecem ter sido superados – quando não até reforçados – durante a período neoliberal no país.

No interior destas análises é possível resgatar – muito embora elas não tratem das atividades informais especificamente – que a existência do setor informal e da informalidade é uma contradição da dinâmica capitalista em sua relação entre as diversas frações de classe e estratos sociais e sua integração conjunta na economia internacional. Neste sentido, nossa abordagem buscou romper com a concepção da informalidade enquanto momento de transição a uma condição capitalista “pura”, muitas vezes associada a noções que a concebiam como “atraso”.

Diversos textos de Marx apontam para esses momentos históricos da combinação, maior ou menor, de formas próprias de outros modos de produção. Assim, muito embora seja evidente o caráter hegemônico do modo de produção capitalista, o modo de combinação (relação de complementaridade, muitas vezes) entre atividades diferentes depende mais de uma série de outros fatores do que de uma relação de causalidade entre o desenvolvimento das forças produtivas de um lado e, de outro, a consequência necessária de uma forma jurídica específica.

O fenômeno da informalidade é desta perspectiva, um duplo problema: no âmbito do mercado de trabalho significa ausência de proteção e formas de não cumprimento da legislação trabalhista, isto é, a elementos de superexploração; na esfera do auto-emprego e da produção de bens e serviços representa a persistência e funcionalidade da heterogeneidade da inserção da força de trabalho enquanto mecanismo de barateamento dos seus custos de

reprodução e achatamento dos salários, como também estratégias de sobrevivência e alternativas ao desemprego.

Em ambos os casos as expressões jurídicas que lhes dão forma, isto é, autônomo, PJ, assalariados *com/sem* carteira, formal, informal, micro-empendedor individual, etc., apresentam apenas um parte do problema. Este é um dos limites de tais conceitos, isto é, eles restringem a compreensão da dinâmica entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção a uma dimensão dela, neste caso, jurídica.

A condição hegemônica das formas capitalistas de organização da produção não permite afirmar que junto a elas não (co) exista, a partir do momento em que se estabelece o sistema de fábricas e as indústrias de bens de capital, outros modos de produzir e formas de inserção da força de trabalho distintas do assalariamento. Cabe a ressalva, contudo, de que modos de produção diferentes cumprem funções diferentes em momentos históricos diversos.

A partir disto podemos compreender as formulações de Osório (2012, p.39) ao afirmar que, “nesse nível situam-se problemas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capital, com suas ondas longas e suas fases de ascenso e descenso”.

Tais elementos apontam para a compreensão de como o setor informal e, desta forma, parte das atividades informais, acabam sendo criadas, recriadas e até destruídas pela dinâmica da produção capitalista. Assim, remetendo tais pressupostos a análise das atividades informais, cabe recobrar que, segundo Kowarick (1977, p.83),

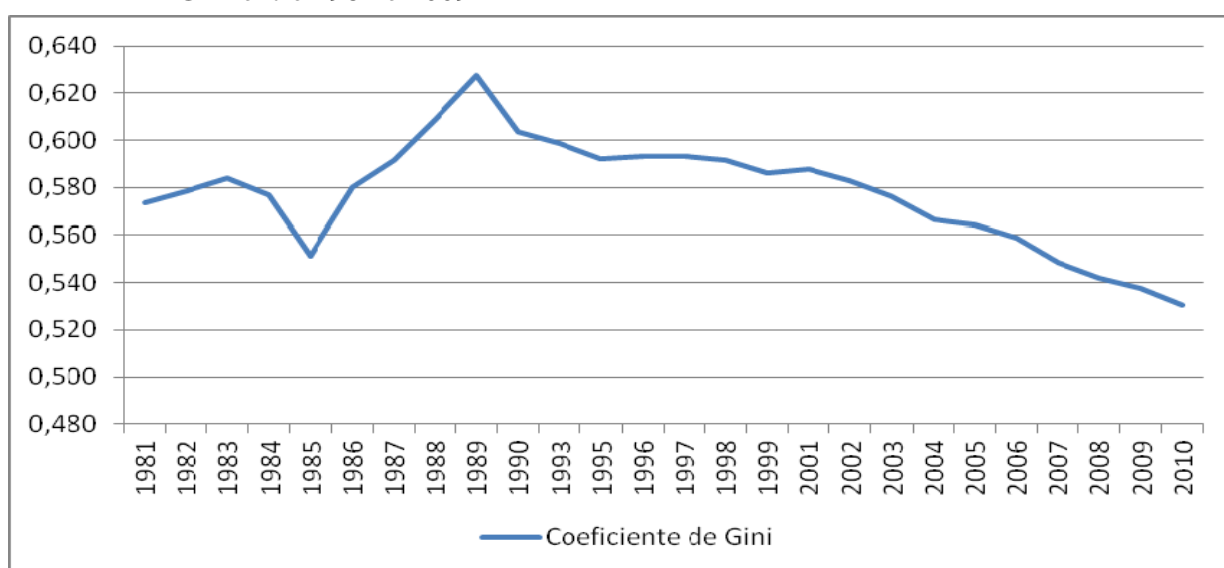
[...] trata-se de uma lógica estrutural, de tipo capitalista, que reúne formas desiguais e combinadas, e que, ao se expandir, recria as modalidades produtivas ‘arcaicas’ (principalmente o *artesanato* e a indústria a domicílio), criando também ‘novas’ formas ‘tradicionais’ na divisão social do trabalho (notadamente o trabalho autônomo no setor terciário da economia: vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos ligados aos serviços de reparação e conservação, vigilância, limpeza e carga, [...]).

Nesta mesma linha de raciocínio, afirma Oliveira (2009, p.3):

As condições geográficas, econômicas e políticas próprias às formas da divisão do trabalho, social e territorial, nos países subdesenvolvidos foram transformadas de maneira específica pelos processos de modernização. Como consequência o processo de urbanização se acelera, reforçando a concentração de renda e gerando a segmentação da produção e do consumo, que está na base da existência dos circuitos [superior/inferior]. A presença dessa segmentação é estrutural e funcional ao próprio desenvolvimento do capitalismo nos países de Terceiro Mundo. [grifo nosso]

A segmentação da produção e do consumo – enquanto fatores da inserção do país nos padrões de modernização³⁸ – podem também ser pensados a partir dos índices de concentração de renda. No Brasil, os índices de concentração de renda sempre foram elevados. Assim, pelo coeficiente de Gini³⁹, para a década de 1960 seu índice era de 0,5367, em 1970 de 0,5828, e 1979 de 0,5902. Durante os últimos anos, mais precisamente os anos entre 2001 e 2010, o índice apresentou tendência de queda. Esta tendência foi mais expressiva durante o período entre 2000 e 2005, com uma queda de 0,7 ponto/ano⁴⁰.

Gráfico 1 – Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil: Coeficiente de Gini entre 1981 e 2009



Fonte: Sócio-economic Database for Latin American and the Caribbean –SEDLAC
<http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/esp/index.php> Acesso em 29/01/2013

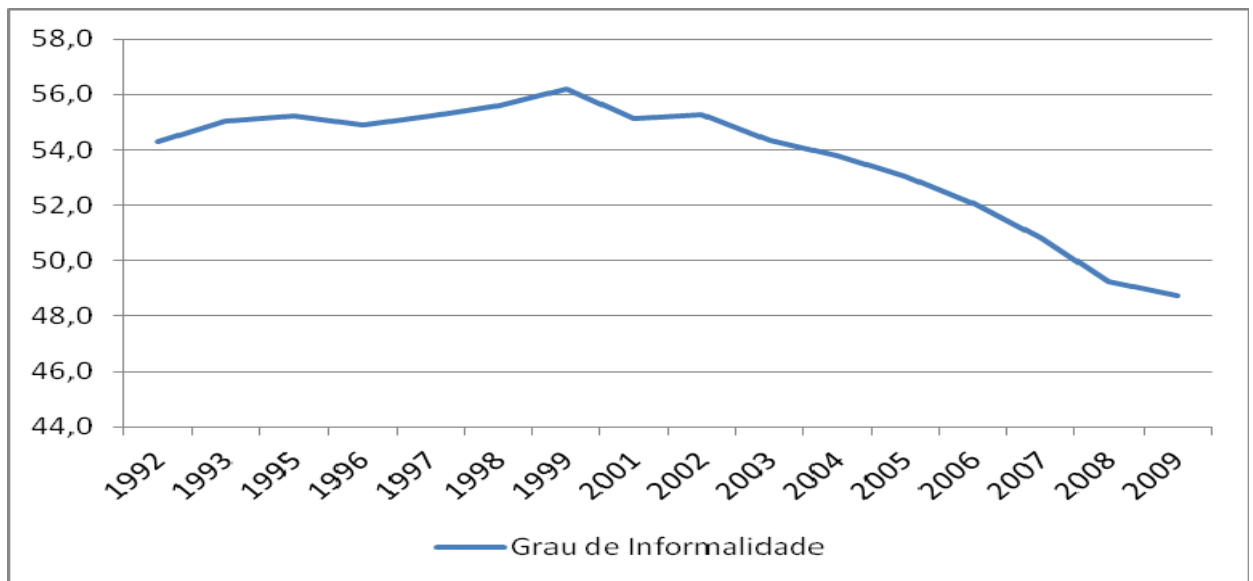
Acompanhando tal comportamento da distribuição de renda, o cálculo do grau de informalidade⁴¹ também apresentou tendência de queda no mesmo período.

³⁸ Ferreira e Luce (2012, p.18) explicam como Marini discute o problema da cisão entre as fases do ciclo do capital, demonstrando como a dependência nas esferas tecnológica e financeira, assim como a persistência da superexploração da força de trabalho, fazem com que se perpetue a subordinação dos países dependentes à divisão internacional do trabalho, inclusive após a transição de economias agro-exportadoras para economias com mercado de consumo de massas em países latino-americanos de maior desenvolvimento relativo.

³⁹ O Coeficiente de Gini é uma referência mundial para as análises de distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde a completa igualdade de renda (onde todos tem a mesma renda) e 1 corresponde a completa desigualdade de renda (onde uma pessoa tem toda a renda e as demais não tem).

⁴⁰ Ver Soares (2010).

⁴¹ O cálculo do Grau de Informalidade utilizado para a construção do gráfico 2 tem por base a definição I do IPEA. Assim, “uma das três diferentes definições do grau de informalidade oferecidas no Ipeadata com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria)”. Elaboração: Disoc/Ipea.

Gráfico 2 – Grau de Informalidade no Brasil entre 1992 e 2009

Fonte: IPEADATA/IBGE/PNAD

A preservação de um mercado de trabalho heterogêneo parece sugerir mais de uma funcionalidade para o processo de acumulação capitalista. Tal aspecto de *funcionalidade* diz respeito ao barateamento do custo de reprodução da força de trabalho, podendo assim oferecer mercadorias e serviços a custo baixo para o conjunto dos assalariados do mercado formal. É, também, importante destacar, que estes últimos compõem a maioria da clientela das diversas categorias profissionais marcadamente informais, tais como o vendedor ambulante e o trabalho autônomo no comércio e serviços, a indústria a domicílio e o artesanato na produção de bens de consumo. Também cumpre uma função fundamental na medida em que contribui para o achatamento dos salários, isto é, mantém uma superpopulação relativa aos movimentos da acumulação e que quando *supérflua* exerce pressão para a queda dos salários.

Neste sentido, afirma Prandi (1978, p.39):

Quando o trabalho por conta própria permite a existência de pequenas oficinas de reparação – sapateiro, encanador, electricista, costureira etc. – ele nada mais faz que recuperar a baixo custo certas mercadorias de consumo que não necessitam assim ser repostas integralmente. Acrescente-se que tudo isto se passa sem que haja necessidade de inversão de capital social no processo. Não há ‘desvio’ de capital. Isso contribui para o rebaixamento do salário necessário à reprodução do trabalhador assalariado, o que, sem mistério nenhum, vem mostrar como o trabalho autônomo pode ser pensado como mecanismo capaz de fazer aumentar a taxa de exploração relativa do trabalho assalariado, sem que se façam necessárias grandes ‘revoluções’ nas condições técnicas e sociais do processo capitalista de trabalho.

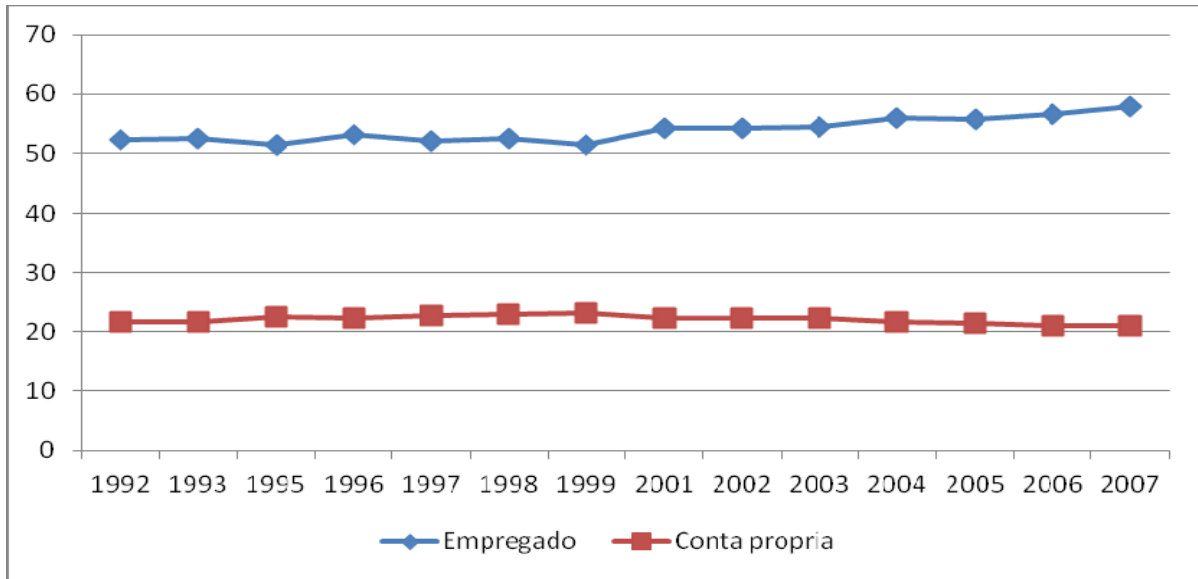
Seus efeitos para a estruturação do mercado de trabalho urbano e, de maneira geral, para a ocupação do espaço urbano também refletem tais elementos de *funcionalidade*.

De fato, nos países subdesenvolvidos, a magnitude do crescimento demográfico urbano tem um papel relevante para o mercado. Se os pobres, pela precariedade de suas rendas, tem uma demanda menos freqüente, o seu número sempre crescente, traz consigo um efeito de compensação. Se estivessem espalhados pelo território ou, mesmo, subdivididos em pequenas aglomerações, os custos da distribuição da produção do que consomem seriam muito mais elevados. As maiores cidades reduzem esses custos para todas as firmas e esse fato é mais relevante para as empresas não-hegemônicas (SANTOS, 1994, p.103 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 84).

Para os contratantes que empregam sem registro e, assim, no nível de cada unidade de produção, a funcionalidade é direta, diminuem os custos com a contratação e, ao mesmo tempo, criam um ambiente pessoalista de contratação, uma vez que não há amparo contra os desusos cometidos pelo empregador. Todavia, se isto não corresponde ao conjunto das atividades informais, pode-se arriscar que a chave explicativa para a análise da chamada nova informalidade e, também, para alguns dos elementos de precarização do trabalho, remete não a singularidade do aumento da informalidade durante a década de 1990 e quase toda a primeira década dos anos 2000, ou seja, o período neoliberal, e as transformações dele decorrentes; ao contrário, porém de maneira complementar, a chamada “cultura da informalidade” (IPEA, 2006, p.471) parece estar referida a convivência de formas heterogêneas de inserção da força de trabalho no Brasil.

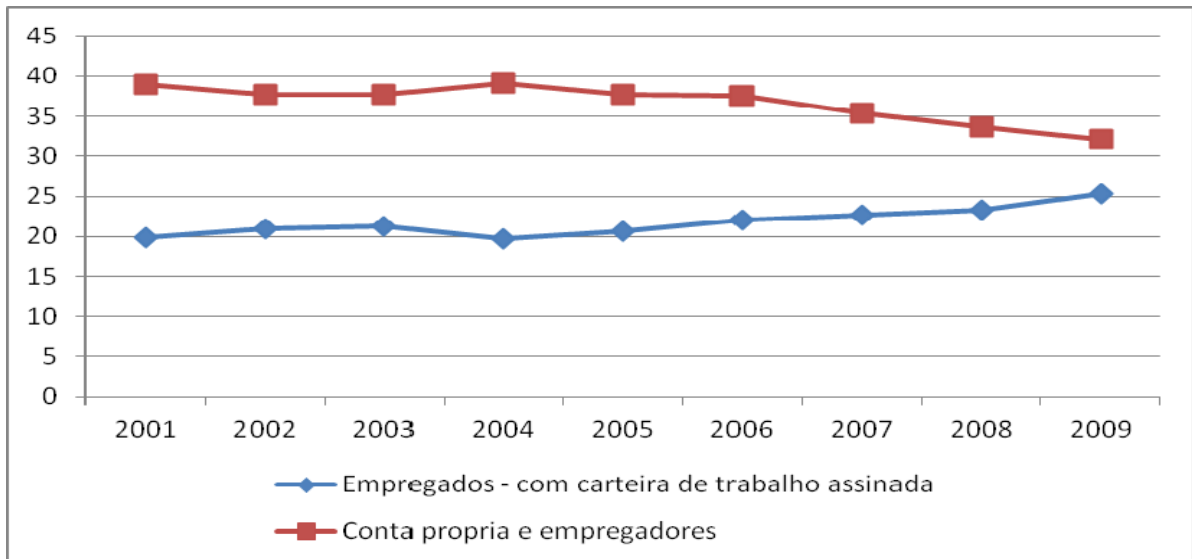
Vale lembrar que no Brasil os índices de informalidade estiveram sempre bastante altos, com destaque para a participação do trabalhador por conta própria, do trabalho autônomo, mas também de combinações entre o trabalho livre assalariado e o trabalho escravo, infantil, etc.

Gráfico 3 – Percentual de pessoas empregadas e por conta própria no Brasil entre 1992 e 2007



Fonte: IBGE

Gráfico 4 – Percentual de pessoas empregadas e por conta própria no Brasil entre 2001 e 2009



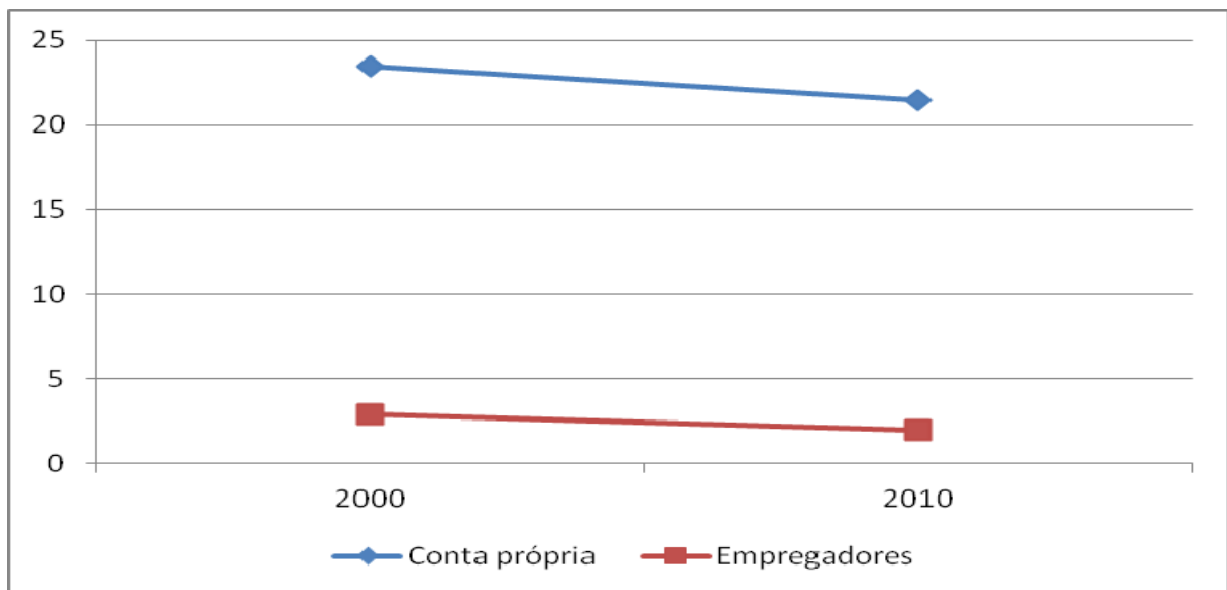
Fonte: IBGE

Obs: A categoria trabalhador por conta própria nesta série inclui também os empregadores

Para o ano de 2010 os dados do Censo permitem afirmar que embora haja queda (como se pode identificar no gráfico acima) no período entre 2001 e 2009, a categoria conta própria permaneceu acima dos 20%, um índice praticamente constante desde a década de 70⁴².

⁴² Segundo Prandi (1979, p. 66) para o total de ocupados em atividades não-agrícolas em 1940, 36,4% era de trabalhador por conta própria. Na década seguinte, 1950, este número cai para 22,6%, e se mantém em 20,6%

Gráfico 5 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria e empregadores no Brasil entre 2000 e 2010



Fonte: IBGE

Na análise da relação de *complementaridade*, isto é, no aspecto *desigual e combinado* da manutenção de estruturas (produtiva e do mercado de força de trabalho) heterogêneas, Beloque (2007) critica as teses de Cacciamalli (1983) sobre o setor informal urbano de São Paulo e, por conseguinte, nega o pressuposto da subordinação.

Para Beloque (2007), ao defender a tese de que o setor informal⁴³, entre outras características, tem sua composição, seu conjunto de atividades, seu mercado e seus níveis de renda determinados pelos movimentos da estrutura de produção capitalista, Cacciamalli estaria reproduzindo a herança dual estruturalista dos estudos cepalinos. Nessa perspectiva, segundo a crítica de Beloque (2007), o setor informal e suas atividades acabam sendo identificados num espaço “fora” da estrutura econômica capitalista, assim como um conjunto de atividades que não atua de forma combinada com a produção capitalista e que só pode manter com estas relações do tipo intersticial.

A categoria *trabalhador por conta própria* compreende boa parte dos exemplos de atividades com estas características, seja na esfera da produção propriamente

em 1970. Esses números não incluem os empregadores e os trabalhadores não-remunerados (em ajuda a membro do domicílio).

⁴³ A noção de Setor Informal apresentada por Cacciamalli em sua tese de doutoramento é permeada pelas formulações marxianas acerca das tendências históricas de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Fundamentalmente, essas formulações dizem respeito à dinâmica da produção capitalista, seus movimentos de expansão e contração e seus desdobramentos sobre o “espaço econômico”. Nessa perspectiva Cacciamalli argumenta que o Setor Informal é concebido como um “conjunto de formas de organizar a produção que não se baseiam, para seu funcionamento, no trabalho assalariado” Cacciamalli (1983, p. 26).

dita, tais como os sapateiros, carpinteiros, costureiras, etc., mas também na circulação de mercadorias, isto é, no setor do comércio e de alguns serviços através da figura do vendedor ambulante.

No trabalho por conta própria o pequeno produtor de serviços e/ou mercadorias é ao mesmo tempo patrão e empregado. Ele se auto-emprega e/ou lança mão da ajuda de membros da sua família. A operacionalização da produção não se dá, nestes casos, a partir de uma nítida oposição entre capital e trabalho assalariado, nem tampouco sua organização é operacionalizada tal qual nas grandes empresas capitalistas, isto é, ele não possui um setor administrativo, outro responsável pelos cálculos de investimento e rentabilidade, um setor de logística, etc.

Em Londrina, o acelerado processo de urbanização, dinamizado pela modernização da agricultura, pelo êxodo rural, pela industrialização, unidos aos reflexos da inserção da economia do município nas escalas nacionais e internacionais, demonstram concretamente tal relação de complementaridade. Assim, mesmo antes da maioria da PEA estar ocupada em atividades urbanas, ou seja, quando ainda o meio urbano se desenvolvia em função das atividades rurais, a presença de grandes empresas exportadoras (capital mercantil), de um lado, trazia investimentos modernos de telecomunicações, sistemas de crédito bancário, instalação de agências e salões de chá voltados ao consumo suntuoso; de outro lado, como uma contra-face deste processo, desenvolvia-se as vilas com seus núcleos de comércio voltado para o atendimento das necessidades locais, o comércio de mercadorias realizado por ambulantes, imigrantes mascates, carroceiros, etc⁴⁴.

Parece bastante evidente, contudo, que outros fatores contribuem também para a articulação de elementos na definição do conjunto de atividades que em determinado contexto será tido como “informal”. Significa que o modo como as empresas capitalistas penetram em determinados ramos de atividades, deslocando outras e estruturando novas, não diz respeito a um determinismo das forças produtivas. As expressões de resistência aos momentos de penetração da estrutura de produção *especificamente* capitalista no espaço econômico constituem uma possível abordagem das atividades informais, o que, por conseguinte demandaria outro trabalho com este viés.

Para nós, é importante reter que a correlação de forças estabelecidas entre as diversas frações da classe trabalhadora na definição das normas de regulação do trabalho e, de

⁴⁴ Ver Oliveira (2009) e Arias Neto (2007).

maneira geral, das atividades econômicas, depende, também, da correlação de forças (políticas em sentido restrito) nos momentos construídos para agir e colocar em base jurídico-legal às demandas específicas dos grupos de interesses. Um exemplo concreto disso foi o já citado período *neoliberal* no Brasil.

O impacto de uma ofensiva capitalista sobre a classe trabalhadora, tanto no terreno estritamente econômico, mas também no plano ideológico, incidiu sobre a estrutura jurídica da regulação do trabalho e das atividades econômicas em um momento de crise do estado e instabilidade política, e tornou-se – não à toa – matéria-prima para quase duas décadas de produção acadêmica e jornalística – além de muitas outras – sobre a flexibilização e precarização do trabalho e do emprego no Brasil.

Nestes âmbitos situam-se as discussões, as disputas, debates e polêmicas entre o entendimento da *subordinação* do trabalho ao capital, das terceirizações, do que vem a ser atividade fim e atividade meio, da possibilidade do trabalhador autônomo e do empregador informal se *formalizar* por meio da instituição de pessoa jurídica (mesmo que seja uma única pessoa física), do micro-empendedor individual se tornar uma *empresa* onde a figura do patrão e do empregado se conformam em uma mesma pessoa, etc.

Ao encaminhar o problema para um plano epistemológico, podemos notar que nos exemplos acima as unidades produtivas especificamente capitalistas, e aquelas não especificamente capitalistas, assim como a condição de assalariado *com* ou *sem* carteira não ocupam estruturas de produção diferentes, não estão separadas pela “pureza” abstrata das características da produção capitalista, pelo contrário, guardam suas especificidades históricas nas relações estabelecidas entre um conjunto de atividades e outro, por isso não são categorias fixas, dependem do movimento de recíproca determinação no curso do desenvolvimento histórico⁴⁵.

Como exemplo, a especificidade desta relação entre um conjunto de atividades e outro, pode em dado momento do desenvolvimento histórico não considerar os indivíduos que atuam sem as bases do trabalho assalariado como informais, mesmo eles desenvolvendo sua organização e produção de maneira muito diferente daquela utilizada pelas empresas capitalistas. No mesmo sentido, é possível que um trabalhador mantenha na prática uma relação de assalariado, mas na qual sua condição jurídica de prestador de serviço possibilite sua atuação sem os direitos galgados pelos assalariados com carteira. A despeito

⁴⁵ Ver Marx (1988:76).

disso, neste caso, a atividade é exercida de maneira regulamentada juridicamente - como é o caso de algumas atividades do trabalho autônomo.

Significa dizer que o capital lança mão das mais diversas combinações entre as formas da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, embora as definições jurídicas busquem escamotear os mecanismos de exploração. Em outro momento, assim que os direitos do trabalho são instituídos formalmente, exercendo força de impulso na desagregação das bases de outros modos de organizar a produção – afinal a “exploração ilimitada de forças de trabalho baratas constitui o único fundamento de sua capacidade de concorrência” (Marx, 1988:79) -, passam a ser considerados informais.

Tão logo os efeitos da concorrência sobre a superfície econômica mostram que em determinado momento, diante dos processos de concentração de capital, ou mesmo por meio das crises de acumulação em que a lei da queda tendencial da taxa de lucro impõe seus efeitos aos diversos capitais, vem à tona os discursos sobre a necessidade de alterar o ordenamento jurídico e, assim, impulsionar “a metamorfose de processos de trabalho esparsos realizados em pequena escala em processos de trabalho combinados e em larga escala social, portanto a concentração do capital e o domínio exclusivo do regime de fábrica” (Marx, 1988, p.98). Aquelas formas outrora destruídas ressurgem, reinventadas, sob formas “legais” novamente. O debate sobre a industrialização dos serviços, por exemplo, indica este a existência desta dinâmica e de sua ampliação.

Acompanhem o caso, por exemplo, da contratação por PJ (Pessoa Jurídica). A possibilidade de uma pessoa física estabelecer relação contratual enquanto PJ parece não ser outra coisa senão reinventar, em bases legais, atividades onde muitas vezes o “prestador de serviço” é um trabalhador por conta própria, autônomo, mas mesmo a despeito de não gozar de direitos trabalhistas, opera de forma regulamentada. Sua função na cadeia produtiva é semelhante ou a mesma do trabalhador por conta própria.

É neste sentido que afirma Bernardo (2009, p.153):

Os trabalhadores não lutam todos ao mesmo tempo, nem da mesma maneira e com igual vigor; quanto aos capitalistas, a desigualdade na repartição da mais-valia permite a uns desencadear plenamente os mecanismos de assimilação e recuperação das lutas, enquanto a outros não deixa qualquer recurso senão o da repressão sistemática.

Assim, se a investigação permanece “presa” ao mercado, isto é, se não busca compreender a dinâmica das atividades informais a partir dos movimentos da acumulação capitalista, ela adquire aspectos *individualizantes*, reiterando pressupostos

meritocráticos em relação à(s) condição(ões) em que determinadas frações da classe trabalhadora realizam sua participação na produção e na circulação de mercadorias. Isto se torna mais evidente ao observarmos como vem sendo operacionalizado, nos dias atuais, o processo de acumulação do capital, principalmente nos seus processos de mundialização e de reestruturação produtiva.

Antunes (2006) nos dá exemplos do modo como o capital operacionaliza seu processo de acumulação reinventando, por exemplo, através da terceirização, o trabalho a domicílio no setor calçadista de Franca, SP. Ainda sobre outros setores e processos semelhantes, diz o autor:

A externalização do trabalho, o retorno a práticas pretéritas, como o *putting out*, ampliou-se enormemente nos setores têxtil e de confecções, acentuando as formas e os mecanismos que configuram uma ainda maior precarização do trabalho e o descumprimento dos direitos trabalhistas. [...] Na década de 1990, por exemplo, a Hering, em Santa Catarina, terceirizou mais de 50% da sua produção, acarretando o desemprego de cerca de 70% da sua força de trabalho [...] Processo similar ocorreu com a Levi Strauss do Brasil, que, na mesma década, criou uma 'cooperativa', eliminando praticamente todos os seus postos de trabalho. (ANTUNES, 2006, p.23).

A não compreensão dos elementos relacionais e dos aspectos de subordinação das atividades informais com a dinâmica da expansão e acumulação capitalista torna difícil o entendimento das formas de combinação entre os momentos da subsunção formal e da subsunção real do trabalho no capital e, por conseguinte, processos de trabalho especificamente capitalistas e outros tais como o artesanato, a indústria familiar, as cooperativas, etc. Assim, o Direito em um primeiro momento, enquanto expressão das relações sociais de produção, passa à condição de determinante delas.

No esforço de incorporação de elementos teóricos da tradição marxista para a análise do setor informal e da informalidade, podemos notar que as tentativas de compreensão destes fenômenos, imbuídas da missão de resolver e/ou diminuir, dentro de uma proposta e plano de governo, o problema da existência do setor informal e da informalidade, também apresentam dificuldades em realizar a crítica aos pressupostos – muitas vezes implícitos – das abordagens propostas.

A combinação entre as formas de organização e participação na produção não são uma característica do momento de transição de um modo de produção a outro. Mais do que isto, elas estão relacionadas às condições de realização do trabalho, o que torna suas diferentes formas de combinação algo diretamente relacionado à historicidade do desenvolvimento capitalista da região e/ou país onde estão localizadas.

É, neste sentido, que deve ser encaminhado o entendimento e a compreensão da persistência do quadro de heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho nos países onde o processo de industrialização – e a situação de dependência – marcam o desenvolvimento capitalista. Para evitar, por exemplo, interpretar as combinações entre a *subsunção formal* e *subsunção real* do trabalho no capital a partir de uma perspectiva etapista, é preciso considerar, assim, que elas estão sempre circunscritas à história do desenvolvimento econômico que se quer analisar.

Acerca dos processos de modernização, algumas interpretações sugerem certa linearidade, como se fosse apenas uma questão de tempo a total desaparecimento de outros modos de organizar a produção, e de outras formas de inserção da força de trabalho, distintos do modelo especificamente capitalista, isto é, baseado na oposição capital/trabalho assalariado. Essa impressão pode ser situada em um debate amplo sobre a forma como Marx realiza a análise do modo de produção capitalista. Nossa interpretação ou posicionamento dentro dele caminha no mesmo sentido daquele apresentado por Silveira (1978)⁴⁶.

Apenas para fazer menção a esse debate, cabe aqui ressaltar que a ênfase dada por Marx ao modo “especificamente” capitalista de produção não diz respeito a uma separação entre os seus elementos históricos de formação e sua estrutura já consolidada, ou em outros termos, o que seria por um lado a análise do objeto real-concreto (diacronia) e, por outro, do objeto abstrato-formal (sincronia). Essa proposição epistemológica tem raízes no estruturalismo marxista francês de matriz althusseriana.

Para a compreensão do processo, vejamos, então, do que se trata a ênfase de Marx no modo *especificamente* capitalista de produção, segundo a interpretação de Silveira (1978, p.51)

Esta distinção que Marx faz entre os *pressupostos históricos* (a história de sua formação) e as *condições ‘atuais’ de realização* (a história contemporânea) do capital – e por extensão do MPC [modo de produção capitalista] –, não pode, em absoluto, autorizar a oposição entre a análise das formas históricas de um modo de produção e a análise ‘abstrata da essência’, ou, como em Althusser, entre diacronia e sincronia (respectivamente, objeto real-concreto e objeto abstrato-formal).

E mais,

A oposição aqui é entre a análise da formação do capital – momento de transição entre um modo de produção e outro – e a análise das condições de realização do capital no modo de produção capitalista. Não se trata, portanto, da oposição entre diacronia e sincronia, nem entre um ‘plano histórico’ e um ‘plano sistemático’, mas da distinção entre dois momentos *históricos*. (SILVEIRA, 1978, p.52)

⁴⁶ Capítulo I e II - “Objeto do conhecimento e objeto real” e “Ciência e Ideologia”.

A análise de Harvey (2005) indica, por sua vez, mais alguns elementos para o entendimento da combinação de modalidades produtivas distintas. Baseado nos pressupostos desenvolvidos por Arent (2000), o autor busca compreender como o capital lança mão de outros mecanismos, além do exército industrial de reserva, para solucionar seus problemas de sobreacumulação em nível global e a partir da manutenção de escalas de desenvolvimento desiguais e combinadas.

Deste modo, se por um lado podemos compreender a *funcionalidade* da preservação da estrutura produtiva e de mercado de trabalho heterogêneas a partir do conceito de exército industrial de reserva, as transformações pelas quais passaram quase todo o mundo capitalista a partir da crise de sobreacumulação iniciada em 1973 também indicam outro modo de solucionar o problema em âmbito internacional.

Segundo Harvey (2005, p.124),

A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo.

A análise do autor permite pensar o comportamento da economia internacional no período pós-1973, avaliar os programas de ajustes impostos pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e, por conseguinte, as medidas econômicas neoliberais baseadas na aposta nas privatizações. Mas, se por um lado é certo que as privatizações sugeridas pelo discurso neoliberal fazem sentido quando pensadas a partir do problema da sobreacumulação, por outro também se deve colocar em plano que a resolução do problema pode ser dada através de diversos mecanismos. Neste sentido,

A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água, etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a ser apropriados pelo capital sobreacumulado. () Outro modo seria injetar matérias-primas baratas (como o petróleo) no sistema. Os custos de insumos seriam reduzidos e os lucros, por esse meio, aumentados. (HARVEY, 2005, p.124)

E mais,

O mesmo objetivo pode no entanto ser alcançado pela desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preços de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado. Mas isso requer uma onda anterior de desvalorização, o que significa uma crise de algum tipo. As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. () O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, e em muitos casos subvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares. (HARVEY, 2005, p.124-125).

Não à toa, este parece ser o mote do papel de importância assumido pelo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no período pós-1973, e enquanto locais com grandes potencialidades de investimentos lucrativos.

Parece-nos profícuo pensar, ainda, mais uma *funcionalidade* da manutenção da estrutura heterogênea do mercado de trabalho brasileiro, como sugere boa parte dos trabalhos dedicados a análise das atividades informais, a partir do uso destes mecanismos em escala internacional. Assim, podemos arriscar o esboço de uma divisão internacional do trabalho onde os países que apresentam um quadro muito diversificado de modalidades produtivas e formas de inserção da força de trabalho, como é o caso do Brasil, atuam como estoque de ativos de força de trabalho, passíveis de serem desvalorizados e utilizados pelo capital excedente dos países centrais.

Este também pode ser considerado um indicativo para se equacionar o caráter “nada novo” da *nova informalidade* quando pensada a partir da relação de dependência dos países em desenvolvimento. O contexto internacional somado às características históricas do processo de industrialização tardia, da relação de dependência, e da estrutura heterogênea do mercado de trabalho permite que *novas* formas arcaicas sejam permanentemente ensejadas, tanto através da oferta de produtos no comércio e nos serviços – e a isto corresponde boa parte do trabalho por conta própria –, como por meio do incentivo a transformação do trabalhador autônomo em Pessoa Jurídica – PJ e dos discursos direcionados aos micro-empresendedores individuais, a microempresa, etc.

Buscamos, assim, compreender como os aspectos estruturais da formação do mercado de trabalho no Brasil oferecem elementos para o entendimento e análise dos discursos sobre a formalização, o fomento ao micro-empresendedorismo individual, o desenvolvimento local, o pejetismo, etc. Assim, intentamos ir além das categorias jurídicas que definem as diferentes formas de inserção da força de trabalho.

No que tange a identificação do perfil dos trabalhadores em situação de informalidade, mais especificamente, do *trabalhador por conta própria*, a análise do processo

de formação do setor informal do município de São Paulo realizada por Cacciamalli (1982, p. 28) nos indica que,

Nas regiões mais atrasadas do ponto de vista da consolidação da estrutura de produção capitalista, existe, em geral, maior espaço econômico para trabalhadores autônomos dedicados à manufatura de bens de consumo, tais como alimentos, calçados, móveis e utilidades domésticas. Já nas regiões mais desenvolvidas, os produtores informais concentram-se relativamente mais em atividades do setor terciário.

Buscando aplicar tais pressupostos no entendimento da dinâmica econômica de Londrina e, assim, tendo como base teórica e empírica os trabalhos de Bragueto (1996 e 2007), Arias Neto (2007), Oliveira (2009), Pereira (2006) e Ragio (1985), através dos quais pudemos reconstruir de maneira aproximada os processos de modernização do campo, de industrialização e de urbanização de Londrina, trabalhamos com a hipótese de que apesar do município reunir características de uma economia de potencial agrícola (em termos de PIB), tal desenvolvimento e suas particularidades não indicam o predomínio das atividades informais na manufatura de bens de consumo, tais como alimentos, calçados, móveis e utilidades domésticas, mas sim no comércio e nos serviços.

Nas conclusões de Bragueto (2007) a partir da análise da formação do “aglomerado urbano-industrial de Londrina” podemos compreender este processo através do modo como o país havia colocado em marcha seu projeto de industrialização e, por conseguinte, seus desdobramentos nas articulações entre agricultura e indústria. Sendo a região de Londrina dedicada, em seus princípios de desenvolvimento urbano, às atividades agrícolas, principalmente aquelas ligadas ao café, o impacto de uma política nacional e, posteriormente, estadual de industrialização, alterou substancialmente o perfil da região.

As conclusões do autor acerca desse processo indicam não apenas certa e dada divisão social do trabalho, mas também – e para nós o mais importante – uma divisão territorial do trabalho. Este fato levou algumas regiões do estado do Paraná a se especializarem na produção daqueles produtos mais adequados a política de industrialização posta em marcha no país neste período.

Neste sentido, e segundo afirma Oliveira (2009:02):

A formação e a reestruturação dos circuitos se fazem em sintonia com as transformações na divisão territorial do trabalho. No Norte do Paraná a dinâmica e a sucessão da inserção regional na divisão do trabalho na escala nacional e na escala mundial foram decisivas para a formação e a transformação da economia urbana londrinense.

Não apenas isso, mas por motivos de política estadual, algumas regiões do estado (Curitiba e seu entorno) acabaram por concentrar atividades de uma indústria com maior aplicação tecnológica, enquanto que para outras, como Londrina e região, restou a conservação de atividades de indústrias mais tradicionais⁴⁷.

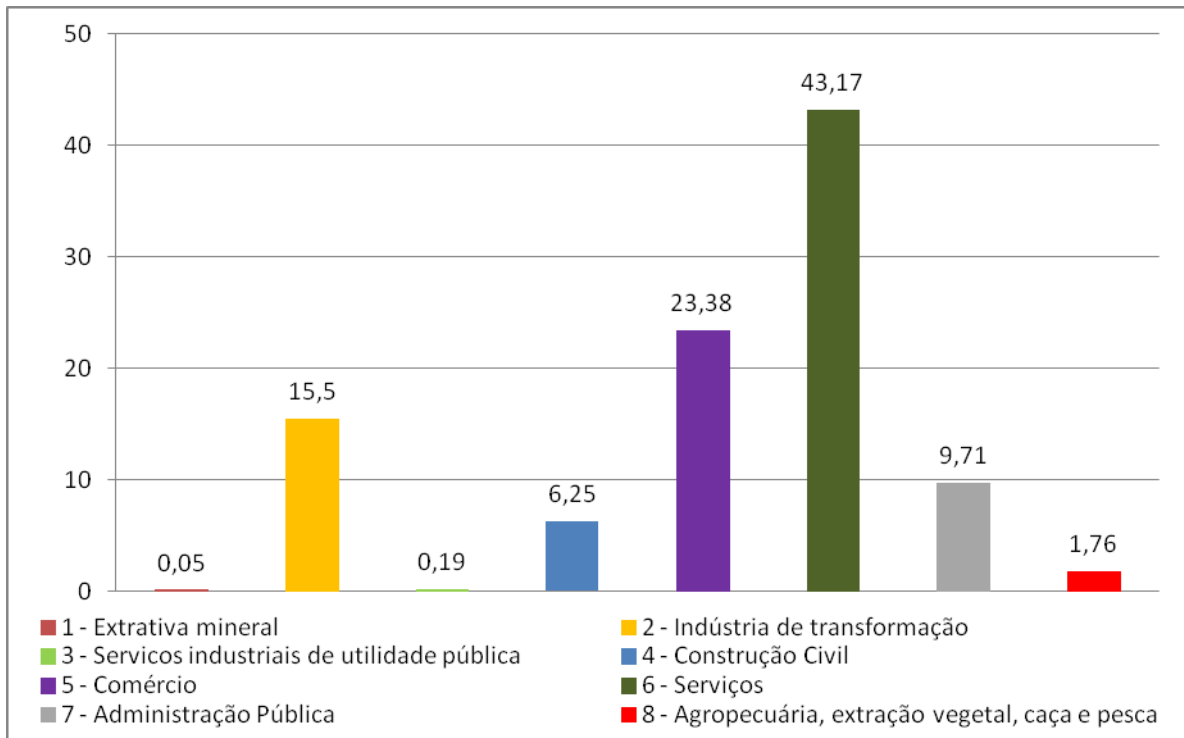
A indicação de Bragueto, C. R. e Cunha, F. C. A. (2002) aponta que alguns dos elementos nesse processo de transformações na relação entre agricultura e indústria, tais como a industrialização do campo, o êxodo rural, o crescimento da população urbana, a proletarianização do trabalhador rural, entre outras, deu forma ao modo como recentemente se conformaram os setores da economia da microrregião de Londrina. Essa conformação da economia londrinense pode ser compreendida se lançarmos um olhar mais atento para o modo como se desenvolveu o processo de industrialização do município.

Assim, a conformação da indústria no município veio caracterizar sua economia como voltada para o comércio e os serviços, como também o planejamento histórico da cidade já indicava, segundo a prática e o discurso da CTNP, que Londrina teria inclusive sua localização pensada enquanto potencial de oferta de serviços e atividades ligadas ao comércio da região. É neste sentido que o setor de serviços, juntamente com o comércio, se sobressai aos demais em termos de vínculos ativos de emprego formais.

O gráfico a seguir demonstra esse aspecto em um primeiro plano empírico e descritivo.

⁴⁷ Bragueto (2007) realiza um trabalho exaustivo para comparar as diferentes conceituações que caracterizam os diferentes ramos industriais. No interior do seu trabalho o autor, ao tratar dos ramos ligados ao que poderíamos chamar de indústria tradicional, os tem como aqueles onde há pouca intensidade tecnológica, isto é, baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento e, por conseguinte, pouca inovação.

Gráfico 6 – Percentual de vínculos ativos em 31/12 por setor de atividades (IBGE) em Londrina no ano de 2010



Fonte: MTE-RAIS

Neste sentido, os trabalhos de Bragueto, C. R e Cunha, F. A. (2002), Bragueto (2007) e Raggio (1985) são os fios condutores na compreensão do processo de industrialização do município realizado no capítulo a seguir – o que nos permitiu incorporar à análise elementos dos processos de articulação entre agricultura e indústria e seus corolários na urbanização, na informalidade e na conformação das atividades econômicas.

2 O DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL DE LONDRINA: CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS NA CONFORMAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.

A análise do processo histórico de formação do espaço urbano da cidade de Londrina buscou orientar nosso trabalho de compreensão da dinâmica econômica do município, destacando o processo de conformação da indústria e, por conseguinte, o comportamento das atividades informais. A partir da hipótese de que o conjunto das atividades informais variou em termos de composição e perfil, em função do processo de capitalização da agricultura e, também, da divisão territorial do trabalho vivida pelo estado do Paraná como um todo, procuramos ilustrar através de dados estatísticos e de pesquisa bibliográfica, as particularidades de tal desenvolvimento.

Neste capítulo buscamos estabelecer as possíveis conexões entre o desenvolvimento histórico da economia de Londrina, as mudanças nas diferentes fases dos processos de industrialização e urbanização no país, e as transformações do padrão internacional de acumulação.

O fio condutor deste capítulo é a síntese dos trabalhos de Bragueto (2002; 2007), Arias Neto (2008), Oliveira (2009), e Raggio (1985), que de maneira bastante ampla, embora com focos diferentes, abordaram o desenvolvimento das atividades econômicas do município. Assim, os subitens buscam, de uma maneira resumida, apresentar as particularidades do desenvolvimento da economia na cidade de Londrina e, por conseguinte, da dinâmica do trabalho informal.

2.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DO PERFIL ECONÔMICO DE MUNICÍPIO DE LONDRINA

Para os nossos propósitos, primeiramente, é importante recordar que o desenvolvimento de Londrina enquanto um núcleo urbano pode ser considerado o resultado de um investimento capitalista planejado. Por outro lado, significa dizer que a história não é um processo teleológico, isto é, com um fim pré-estabelecido, de modo que o projeto não esteve isento dos determinantes não previstos, ao *acaso*, no planejamento.

Arias Neto (2008) destaca como os documentos e os cartazes de propaganda da CTNP desvelam os interesses capitalistas no projeto imobiliário de ocupação do espaço em Londrina. O autor põe em evidência, através da análise de um conjunto de outros autores que

se debruçaram sobre aspectos da formação urbana de Londrina, a noção de *plano racional de colonização*.

Assim, mesmo considerando as particularidades e diferenças entre os muitos trabalhos,

Pouco a pouco, construiu-se a representação de um plano racional de colonização, que se tornou uma das mais importantes explicações para o fantástico progresso da região, ou seja, um dos principais mecanismos de legitimação da expansão capitalista no Norte do Paraná. (ARIAS NETO, 2008, p.11) [grifo nosso]

Torna-se muito relevante considerar os impulsos de urbanização e do desenvolvimento urbano da cidade a partir da sua caracterização como um *empreendimento capitalista*. Isto porque a organização da empresa capitalista requer todo um amplo processo de racionalização do espaço, das técnicas de produção, de adaptação cultural, e de instalação das condições gerais de produção: infra-estrutura de energia, rodovias, ferrovias, telecomunicações, etc.

Para Arias Neto (2008, p.41), “de uma só vez, portanto, a CTNP identifica-se com interesses paranistas e, ao mesmo tempo, legitima sua atuação no norte do Estado no que diz respeito ao monopólio político e ao controle da organização espacial rural e urbana.

O fator *racionalidade* no processo de desenvolvimento de Londrina, além de um importante instrumento de legitimação ideológica utilizado pela CTNP, também possui relevância enquanto fator da estruturação urbana e econômica do município seja no campo ou na cidade. No mesmo sentido, afirma Bragueto (2007. p.):

[...] a ideia central era de instalar, entre várias cidades pequenas, distanciadas mais ou menos 15 quilômetros uma da outra, um centro de atração econômica – especialmente comercial e de serviços – e assim surgiram Londrina (1934), Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955), mais ou menos equidistantes entre si. Em torno desses centros urbanos bem dotados de atividades do setor terciário – surgiu mais de uma centena de cidades.

A viabilização da colonização, e venda das terras em propriedade da CTNP, assim como a compra da estrada de ferro da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná no fim da década de 20, mais precisamente em 1928, demandou investimentos em ferrovias e rodovias. Desse modo, a companhia atuava em duas frentes: investia em rodovias em direção ao estado de São Paulo, e se lançou na construção da estrada de ferro, fazendo surgir diversos núcleos urbanos ao longo do trecho.

Pode-se dizer que a partir da atuação da CTNP, o surgimento e desenvolvimento dos núcleos urbanos acompanharam, sobretudo, as demandas oriundas da natureza da produção agrícola local, ou seja, à medida que a Companhia avançava com a colonização também contribuía, diretamente, para que fossem surgindo na extensão das vias (rodoviária e ferroviária) núcleos urbanos dedicados não apenas ao escoamento da produção, mas também ao processamento e armazenamento dos produtos agrícolas.

O fato dos núcleos urbanos se desenvolverem ao longo da estrada de ferro e das rodovias pode ser explicado através da estrutura agrícola, isto é, pelo modo como esta estrutura esteve comprometida com o cultivo de um produto de exportação que mantinha relações comerciais fora da região. Assim, na década de 50, boa parte das estradas que ligavam os municípios do aglomerado urbano-industrial de Londrina já estavam pavimentadas, condição diferenciada em relação às outras regiões do estado.

Conforme Oliveira (2009, p.14)

A ascensão do novo padrão de acumulação centrado na produção industrial e no trabalho assalariado urbano passou a exigir um novo papel para as exportações do café, que deveriam gerar divisas e sustentar a capacidade importadora necessária ao esforço de industrialização.

Este é um ponto, aliás, de enorme peso ideológico durante o processo de alteração da relação entre agricultura e indústria no país e, especificamente, no estado. Na década de 60, sob um discurso político-ideológico que sustentava a necessidade de industrialização do estado e da região para evitar a fuga das receitas, muito se fez, através da intervenção direta do estado, financiando e promovendo a instalação de infra-estrutura.

Bragueto (2007), porém, ao analisar o desenvolvimento das condições gerais de produção (infra-estrutura de energia elétrica, comunicação, rodovias e ferrovias), instaladas no aglomerado urbano-industrial de Londrina, nega a idéia presente nos discursos oficiais nos quais a economia paranaense acabava representada como um pólo explorado pelo centro dinâmico da economia nacional, no caso o estado de São Paulo.

Para o autor e um conjunto de outros citados por ele, embora houvesse mecanismos de transferência de renda de uma unidade da federação para outra, não é possível falar de relação de exploração no seu sentido mais estrito. O aspecto desigual e combinado do desenvolvimento capitalista pode ser verificado não apenas no âmbito da divisão internacional do trabalho, mas também nos processos de integração do mercado e do território nacional.

No Brasil, ele realizava uma integração que direcionava os recursos de exportação dos produtos agrícolas para os investimentos em infra-estrutura e expansão do setor industrial, unindo regiões em diferentes patamares tecnológicos.

Assim, ao mesmo tempo em que o entendimento da particularidade do desenvolvimento capitalista no país demanda atenção para a configuração interna dos agentes econômicos, destacando as diferenças entre regiões, as ações *modernizantes* dos estamentos, das classes dominantes, ou seja, de uma heterogênea composição do poder, por outro lado ela indica a necessidade de compreensão da situação econômica internacional, fator que toca diretamente as questões do subdesenvolvimento e da relação de dependência.

É importante destacar, deste fato, que não apenas o fenômeno da expansão da frente pioneira, mas também o (re) arranjo das especializações produtivas regionais no período mais recente apontam para explicações que somente podem ser desenvolvidas em outras escalas de análise. Isto por que, historicamente, a formação capitalista e, por conseguinte, os impulsos urbano-industriais, assim como

A reorganização do Estado, a contração e a militarização do poder político estatal, bem como a reorientação da política econômica sob a égide do Estado foram a mola mestra de todo o progresso de “recuperação” e de volta a “normalidade”. Todavia, nada foi posto a serviço de uma transição independente e não ocorreu nenhuma ruptura nas relações de dependência: ao contrário atrás da crise política (a partir de dentro) havia uma crise econômica (de fora para dentro), e esta se resolveu através da reorganização do padrão de dominação externa (que é o que significou a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista: uma nova forma de submissão ao imperialismo). (FERNANDES, 2006, p.257).

Desta maneira, “em nome do ‘desenvolvimento econômico acelerado’, ampliou-se e aprofundou-se, portanto, a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas internacionais de poder” (FERNANDES, 2006, p.257).

Neste sentido e em escala regional e municipal, em substituição a ideia de exploração ou mesmo de periferia, Augusto *apud* Bragueto (2007, p.44) sugere que [...] a integração do estado do Paraná na ‘economia nacional’, que se dá basicamente através do café, indica não uma situação ‘periférica’ do estado, mas pelo contrário aponta para uma expansão do ‘pólo’ dinâmico capitalista”.

A chamada “nova urbanização” (Oliveira, 2009, p.14), vivenciada pelo país no período pós-2ª Guerra Mundial, e marcada pela integração do território e do mercado, refletia, desta forma, as demandas do núcleo urbano-industrial paulista.

A nova urbanização, cuja expressão mais destacada é a formação dessa rede urbana nacional unificada, comandada pelas necessidades de reprodução do núcleo urbano-industrial paulista enseja o nascimento de novas especializações produtivas regionais e a redefinição do papel das já existentes, com forte impacto nos conjuntos urbanos mais antigos e também sobre as redes urbanas regionais em formação. (OLIVEIRA, 2009, p. 14)

A formação e reestruturação urbana do Norte do Paraná estão intrinsecamente ligadas a este processo⁴⁸.

Um exemplo concreto da ação do governo estadual nesta direção foi a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR). Já pré-definida por estudos realizados por órgãos do governo do estado, a função da CODEPAR baseava-se na instalação da infra-estrutura necessária à industrialização do estado. Desta forma, apesar do projeto de criação da CODEPAR e, posteriormente, do BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná)⁴⁹ se basear, em termos discursivos, em uma política de industrialização para o estado, na prática a preocupação com a industrialização era pensada a médio e longo prazo, pois o estado ainda necessitava da instalação e ampliação da infra-estrutura de energia e transportes.

Como consequência desta preocupação, destaca Bragueto (2007), uma boa parte dos recursos da CODEPAR foi destinada ao DER (Departamento de Estradas e Rodagens) durante a década de 1960 em uma preocupação diretamente voltada para a pavimentação da Rodovia do Café (PR 376). Além de outros fatores, a PR-376 encurtava a distância entre a região do norte paranaense com o porto de Paranaguá. Este itinerário era feito através da Estrada do Cerne (década de 40), um trecho mais longo em 142 km e qualitativamente inferior.

A energia elétrica, também enquanto um fator de infra-estrutura teve, através de recursos da CODEPAR, bastante investimento durante a década de 1960. Deste modo, criada em 1954, surge a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). Segundo os dados apresentados por Bragueto (2007:53), durante os primeiros anos de 1960 a CODEPAR chegou a destinar mais de 30% de seus recursos para o setor de energia elétrica,

⁴⁸ Segundo Oliveira (2009) e Bragueto (2007), no que diz respeito a ação do Estado no financiamento e instalação das condições gerais de produção, convém destacar que foi por meio disto que Londrina na década de 1950 chegou a concentrar mais de 50% dos depósitos de todo o estado, e a possuir o quarto maior fluxo de crédito das agências do Banco do Brasil no país. Em 1970 era a segunda cidade do estado em número de agências bancárias e a quarta cidade do Brasil a contar com o sistema de Discagem Direta a Distância – DDD, além de possuir uma malha rodoviária e ferroviária bastante desenvolvida em relação às outras regiões do estado. Na década de 1990, os investimentos públicos em telecomunicações transformam a cidade na única cidade do país, não-capital, a possuir sistema de telefonia móvel.

⁴⁹ Bragueto (2007:47) explica que a CODEPAR foi transformada, em 1968, em BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná).

uma atitude tomada no sentido de sanar os problemas de infra-estrutura, isto é, de suprimento das condições gerais de produção e reprodução do capital.

Segundo Oliveira (2009, p.45):

No final dos anos 60 a cidade contava com 25 filiais de grandes empresas exportadoras. A presença dessas empresas, associada à importância dos fluxos inerentes à cafeicultura, suscitou a constituição de novas infraestruturas, a expansão das já existentes e ampliação das atividades econômicas de um modo geral.

É preciso salientar, sobretudo, que “grandes empresas exportadoras” é um eufemismo para a política de rapina que orientava a ação de algumas dessas empresas. O que ocorria, na prática, era a especulação sobre as possibilidades de antecipar seu grande volume de capital na compra dos produtos agrícolas, armazená-los e comercializá-los em outras partes do mundo.

A partir da desagregação das atividades cafeeiras, a economia do município passa por um incremento da pecuária e, posteriormente, das lavouras temporárias. Também é um traço desse período o incentivo, gerado pelas políticas agrícolas a partir de 1975, às lavouras modernas. O resultado do processo de desagregação das atividades cafeeiras, “a geada negra” e o incentivo às lavouras mecanizadas (trigo/soja) fizeram se sentir na composição da estrutura fundiária da região. Assim, afirma o autor:

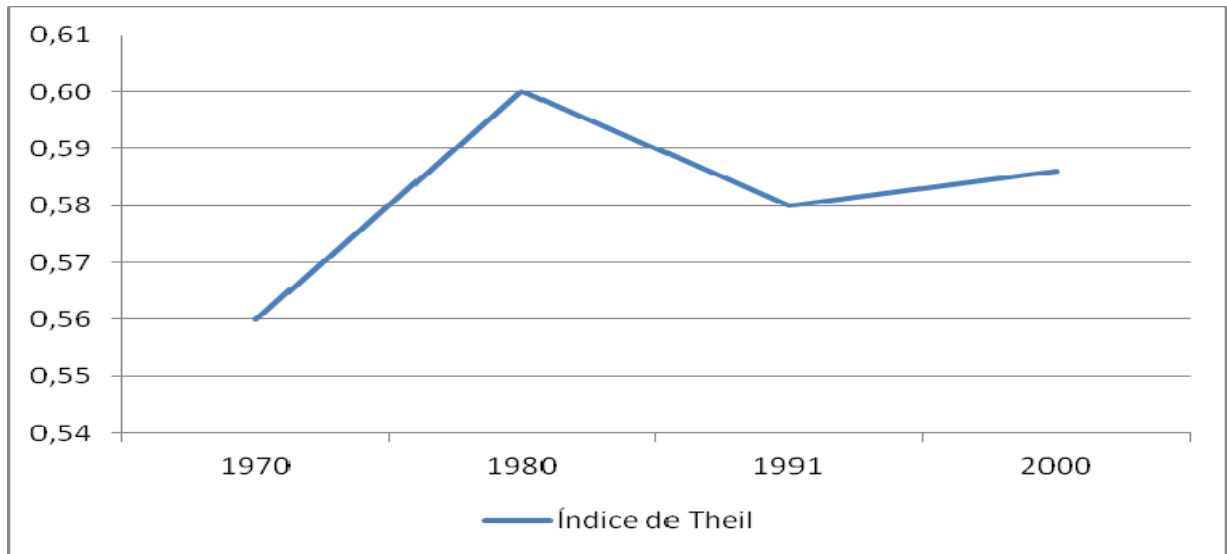
Em 1975 esses produtos entram em franca decadência, ocorrendo um grande incremento das lavouras mecanizadas, em especial o binômio soja/trigo. As consequências desse processo sobre a estrutura fundiária, com uma concentração de terras sem precedentes e alterações nas relações de trabalho, que resultaram na expulsão da população rural começam a se fazer presentes na região. (Bragueto, 2007: 79)

E mais,

A partir de 1975 as transformações, iniciadas no período anterior, vão se consolidar, com a cafeicultura entrando em decadência, se deslocando quase que inteiramente para as pequenas propriedades e com o crescimento vertiginoso das culturas mecanizadas, essencialmente poupadoras de mão-de-obra. (Bragueto, 2007:80)

O gráfico a seguir, através do índice de Theil⁵⁰, aponta para a tendência de aumento da concentração de renda no município de Londrina a partir de 1970.

⁵⁰ O Índice de Theil é uma medida estatística da distribuição de renda, onde 0 corresponde a uma distribuição uniforme, enquanto que 1 representa uma distribuição concentrada.

Gráfico 7 – Índice de Theil para Londrina entre 1970 e 2000

Fonte: IPEA

Para Bragueto (2007), o período que vai da metade da década de 1960 até o fim de 1970 possui como característica a alteração nas relações entre agricultura e indústria na microrregião de Londrina. O forte incremento industrial à produção agrícola coloca sua realização em outras bases.

Diz o autor:

Em síntese, no que se refere ao Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina, podemos dizer que, de meados da década de sessenta até aproximadamente metade da década de setenta, assistimos a redefinição da forma agrícola de produzir; o final dos anos setenta e os anos oitenta marcam o período de consolidação da produção agrícola em base material industrial (BRAGUETO, 2007:80).

Ainda,

Resumindo, no período em análise, a cafeicultura que passa a ser incentivada está inserida no projeto de modernização tecnológica da agricultura, conseqüentemente, há uma elevação nos seus custos de produção, os quais foram particularmente afetados pelas constantes geadas ocorridas no período, assim como pela perda de fertilidade do solo. Associado a isto, os incentivos às culturas mecanizadas, também de custos de produção elevados, porém apresentando riscos bem menores, fizeram com que os agricultores tendessem a optar por tais culturas (onde as condições físicas das propriedades o permitissem), ou pela pecuária quando as terras não eram adequadas à mecanização (BRAGUETO, 1996, p.180).

O comportamento da economia de Londrina em função das mudanças ocorridas no país é notável.

Portanto, [...], além das profundas alterações a nível do desenvolvimento capitalista no Brasil, que traz consigo alterações na divisão territorial do trabalho, as particularidades da Microrregião Geográfica de Londrina vão orientar a maneira como a região vai redefinir o seu papel neste novo contexto (BRAGUETO, 1996, p.180).

Dois elementos são sublinhados pelo autor como traços indicativos dessa transformação: a alteração da base técnica da produção agrícola e o êxodo rural.

Segundo Bragueto (2007), nas cidades pequenas parte deste contingente pôde ser incorporada, embora esse aumento da população urbana não deixasse de influenciar na diminuição do total de suas populações. Por outro lado, boa parte – senão a maioria dessa população migrante – foi somada às populações urbanas de cidades maiores, como Maringá e Londrina.

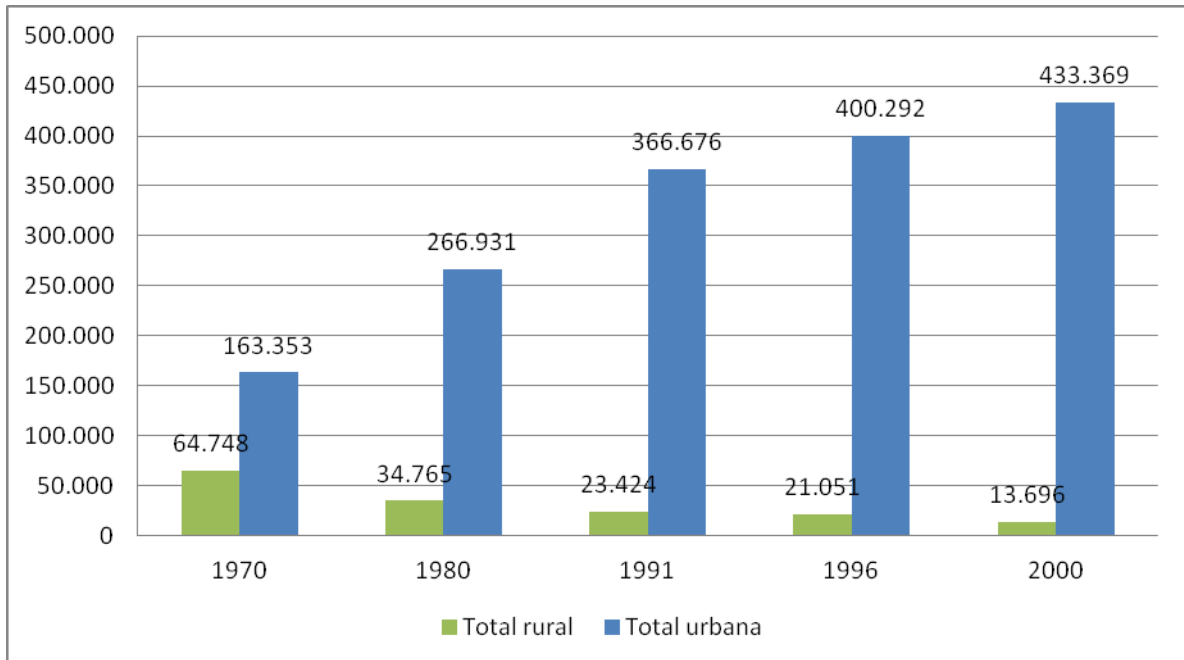
Tais elementos são importantes para a compreensão do processo de formação do espaço urbano da cidade, bem como para o entendimento das condições de formação do mercado de trabalho urbano e da composição das atividades econômicas e informais.

Eles marcam o desenvolvimento da região, tanto nos seus anos iniciais como no período mais recente, e indicam uma forte dinâmica de transformações. Estas transformações, isto é, a frente pioneira e a expansão da cafeicultura, a posterior alteração da relação entre agricultura e indústria, o êxodo rural, os incentivos públicos (estaduais e federais) que viabilizaram projetos de fortalecimento da indústria no estado do Paraná, etc., se realizaram em intervalos de tempo bastante curtos⁵¹.

Significa dizer que toda essa complexidade de fatores na formação do espaço urbano de Londrina e na configuração das suas atividades econômicas ocorreu dentro de um período curto de tempo, o que sugere processos intensos (temporalmente) de penetração da indústria nas atividades econômicas.

A intensidade do êxodo rural pode ser constatada quando observamos o gráfico a seguir:

⁵¹ A periodização realizada por Bragueto (1996) abrange praticamente toda a existência da cidade de Londrina e de muitas cidades do seu entorno. Porém, é preciso destacar que Londrina é uma cidade bastante jovem, com 78 anos.

Gráfico 8 – População residente urbana e rural em Londrina entre 1970 e 2000

Fonte: IPEADATA/IBGE

Org: Aceilton L. Ganzert Filho

Bragueto (2007) afirma que somente no período entre as décadas de 1970 e 1980 a região do Norte Central paranaense computou uma diminuição da população rural de quase meio milhão de pessoas.

Ao analisar o mesmo processo, Raggio (1985, p.104) afirma:

Entre 1977-78, estima-se um contingente de 800 mil trabalhadores rurais procurando emprego nas periferias das cidades do interior do Paraná. Uma cifra alarmante, considerando-se que representava praticamente 40% do pessoal ocupado na agricultura em 1980. Mas provavelmente não era tão irreal levando-se em conta que esse movimento estava acontecendo após uma grande geada (1975-76) que dizimou praticamente o parque cafeeiro. A produção de café caiu de 11,7 milhões de sacas em 75/76 para quase nada em 76/77, atingindo apenas 1,8 milhões em 77/78 e recuperando-se gradativamente a partir daí.

E mais,

Esse processo foi necessário para que se cristalizasse o mercado de trabalho com características muito próprias, quais sejam a oferta abundante e barata do trabalhador assalariado.

Torna-se abundante porque o processo de modernização foi muito rápido e violento, impedindo a população expulsa de encontrar seja na zona rural, seja na urbana novas frentes de emprego. (RAGGIO, 1985, p.105-106).

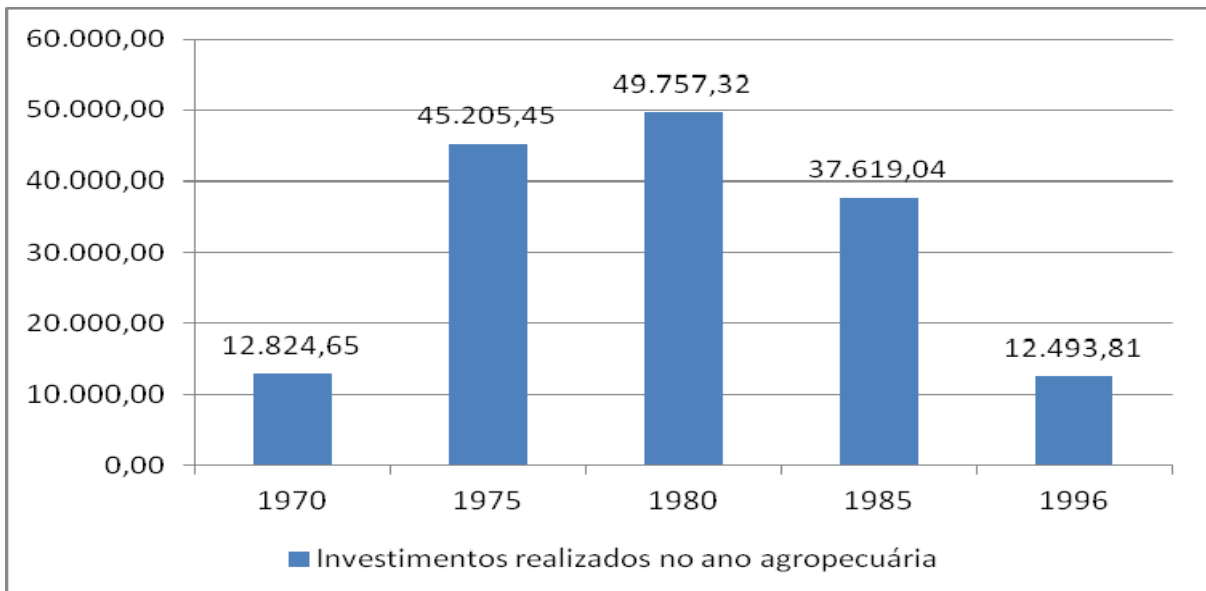
Tais elementos nos auxiliam na compreensão de como Londrina e a sua jovem história reúne diversas características dos processos de urbanização e industrialização

de alguns países latino-americanos, impulsionados pela idéia de progresso via industrialização e viabilizado por ações do estado. A especificidade deste processo é que a integração da cidade ao pólo dinâmico da economia nacional não garantiu que sua industrialização fosse estritamente urbana e com a atuação protagonista das indústrias de maior intensidade tecnológica.

Retomando os principais aspectos e problemas abordados pelas *teorias da marginalidade*, isto é, a industrialização tardia, o êxodo rural, a informalidade urbana, e o crescimento do setor de comércio e de serviços, etc., somos levados a acreditar que a natureza do processo de industrialização, pode ser considerada a chave explicativa para as questões ligadas ao processo de informalidade, seja este processo marcadamente fabril ou mesmo agrícola.

Observando os dados sobre investimentos anuais na agropecuária de Londrina, é possível perceber que o período caracterizado por Bragueto (2007) como o marco da consolidação da base técnica industrial na agricultura, isto é, o ano de 1975, representa também o início de um aumento dos investimentos em bens de produção, pesquisa e desenvolvimento, apesar da tendência de queda a partir de 1980.

Gráfico 9 – Investimentos realizados no ano na agropecuária em Londrina entre 1970 e 1996



Fonte: IPEADATA/IBGE

Org: Aceilton L. Ganzert Filho

Ao analisar a alteração da estrutura fundiária de Londrina, Bragueto (1996, p.197) afirma que “o crescimento da sojicultura, exigindo um maior emprego de capital, na

forma de máquinas e insumos, inviabilizam a parceria, que fundamenta-se na utilização da força de trabalho”.

Até então e, como sugere Oliveira (2009), a configuração dos lotes agrícolas em pequenas propriedades e seu uso sob um baixo grau de desenvolvimento tecnológico contribuíram para a “[...] densidade de relações entre pequenos produtores mercantis e uma verdadeira rede de intermediários urbanos.” (OLIVEIRA, 2009, p.42).

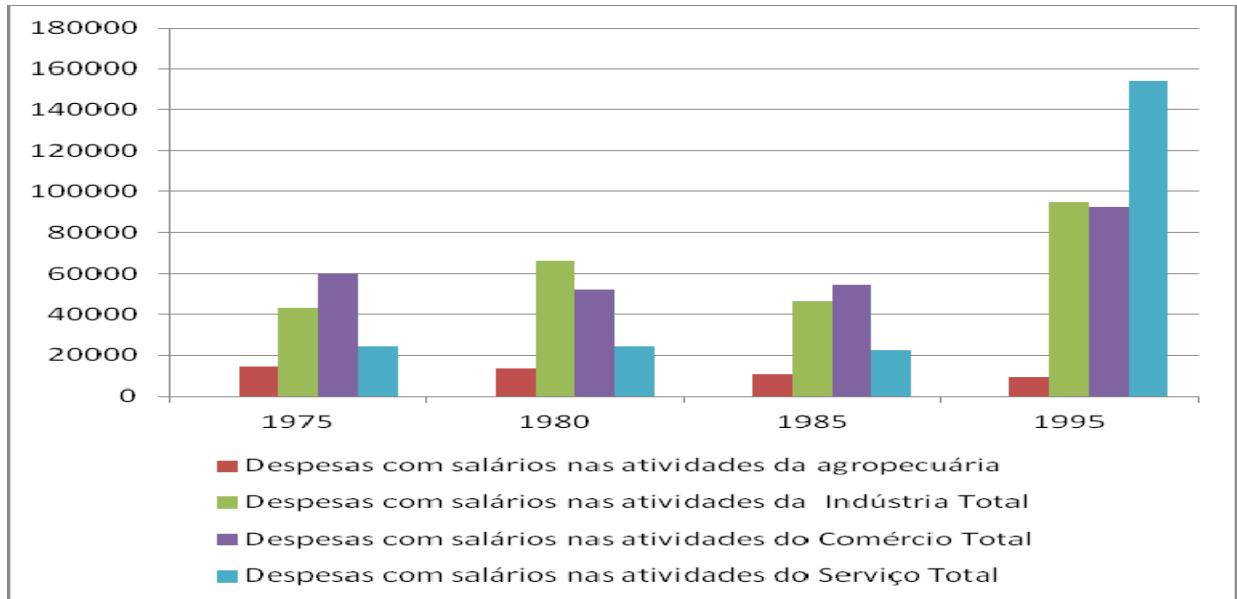
No mesmo sentido, afirma o autor:

Do ponto de vista da circulação do excedente econômico gerado pela produção agrícola, as cidades, em especial Londrina, abrigavam várias ações inerentes ao processo de valorização do café e assim realizavam a captura urbana da renda agrícola (OLIVEIRA, 2009, p.43). [grifo nosso]

Conforme Bragueto (1996), a política de recuperação da lavoura cafeeira se dá por meio do incentivo ao consumo de insumos, como adubos, fungicidas, inseticidas e outros. Novas lavouras são implantadas por meio de controle tecnológico enquanto condição para a aprovação dos projetos e liberação de crédito. Deste modo, a modernização da cafeicultura é parte de um movimento mais geral da agricultura brasileira, com profundas transformações tecnológicas, e impactos sociais.

O gráfico a seguir busca ilustrar uma possível correlação entre o processo de modernização da produção agrícola e desagregação das atividades cafeeiras, e os gastos com salários por setor de atividades entre os anos de 1975 a 1995.

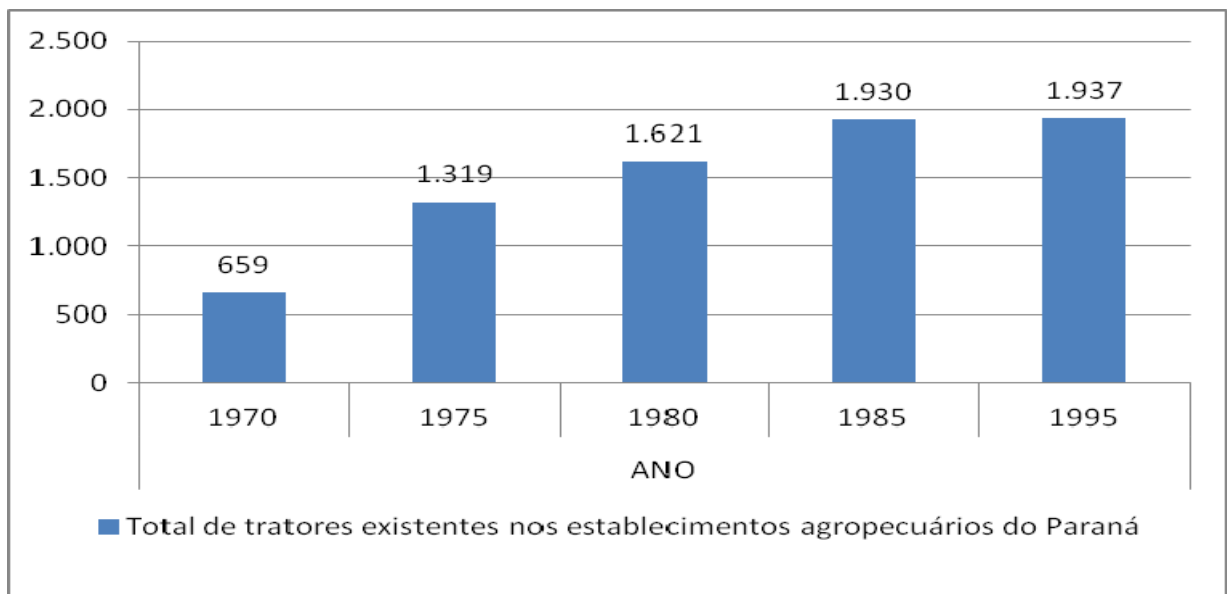
Gráfico 10 – Despesas com salários por setor de atividades em Londrina entre os anos de 1975 a 1995



Fonte: IPEADATA/IBGE
Org: Aceilton L. Ganzert Filho

Os investimentos com maquinário, isto é, elementos do capital fixo, ficam um pouco mais evidentes se observarmos o aumento do número de tratores nos estabelecimentos agropecuários em Londrina entre os anos de 1975 e 1995, onde no mesmo período as despesas com salários nas atividades agropecuárias apresentaram tendência de queda.

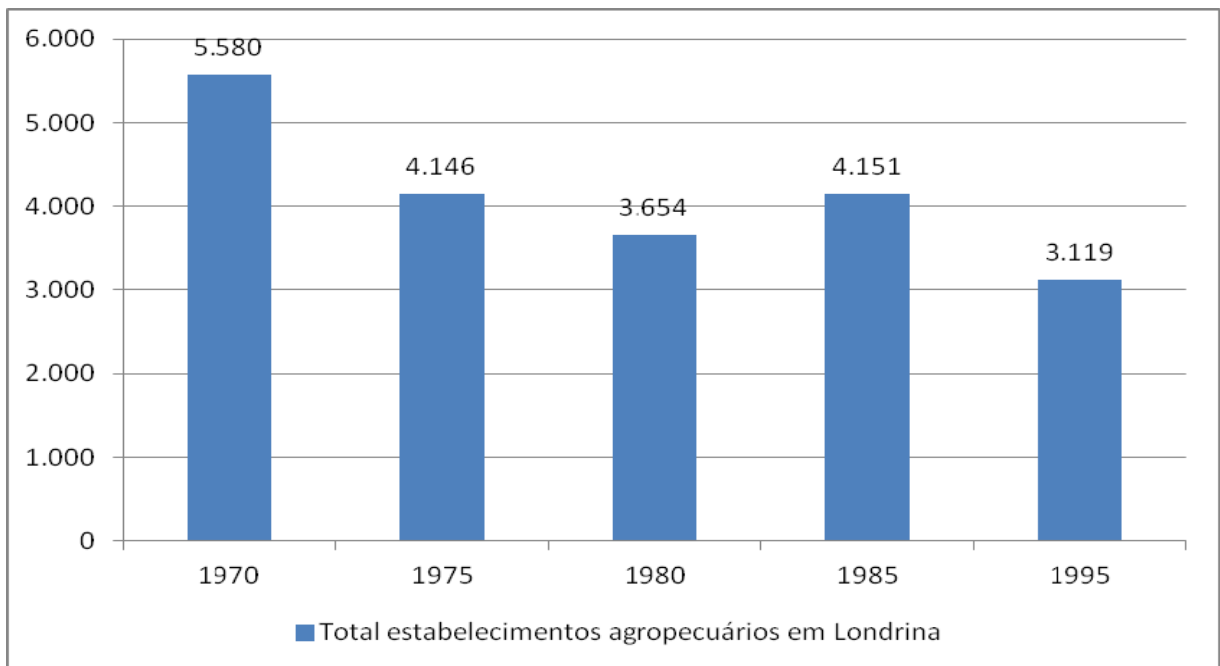
Gráfico 11 – Total de tratores nos estabelecimentos agropecuários em Londrina entre 1970 e 1995



Fonte: IPEADATA/IBGE
Org: Aceilton L. Ganzert Filho

Como já mencionado, este processo representa, também, um movimento de concentração fundiária, o que pode ser verificado, entre outros fatores, pelo número de estabelecimentos agropecuários.

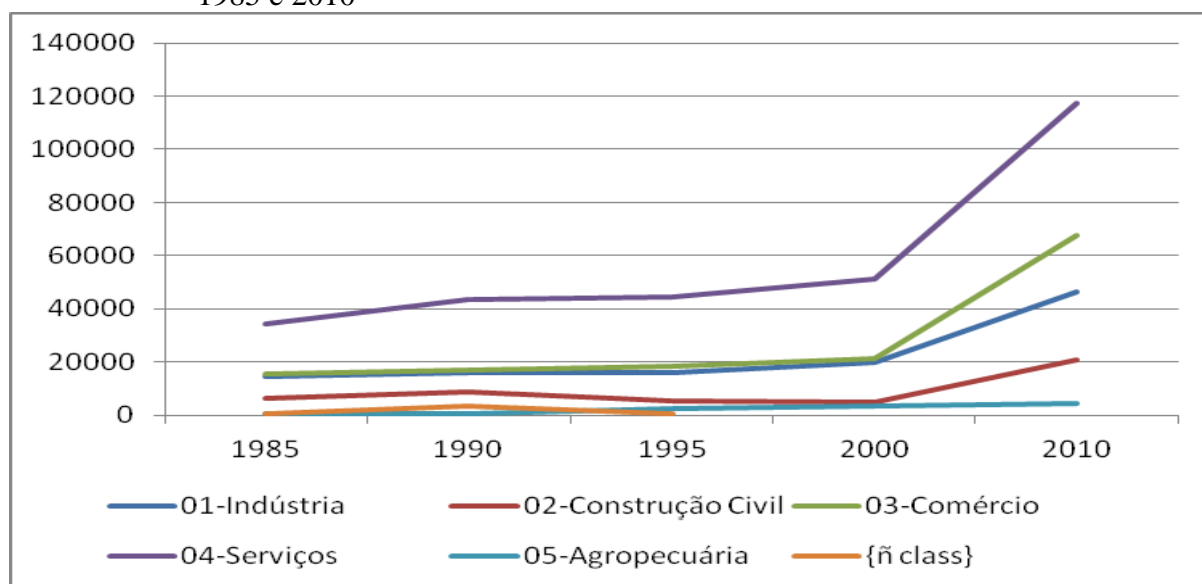
Gráfico 12 – Total de estabelecimentos agropecuários em Londrina entre os anos de 1970 e 1995



Fonte: IPARDES

No período que se segue a 1985, o setor agropecuário apresenta estabilização no que diz respeito aos vínculos empregatícios, com destaque para o crescimento de todos os grandes setores e, em especial, o comércio e os serviços.

Gráfico 13 – RAIS Vínculos ativos 31/12 por Grande Setor de Atividades em Londrina entre 1985 e 2010



Fonte: MTE/RAIS

De maneira mais ampla e ao tratar deste fenômeno na América Latina, afirma Kowarick (1977, p.129):

Cumprir analisar com relativo detalhe o significado desta crescente presença urbana. Neste particular, é preciso por em evidência que o intenso incremento dos trabalhadores urbanos não se deu de forma homogênea em todos os setores e ramos da economia. Ao contrário, concomitante a uma perda percentual da população ativa rural, verificou-se um ponderável aumento de empregos nos “serviços”, enquanto a mão-de-obra incorporada nos demais setores, de modo geral, permaneceu relativamente a mesma.

Mas, se é certo que a cidade sofreu um *boom* demográfico a partir da industrialização do campo e da desagregação das atividades cafeeiras, por outro lado, outro fator pode ser incorporado na abordagem da formação do mercado de trabalho urbano, a saber: a instalação da indústria enquanto setor fabril. Em sua análise do processo de formação do aparato urbano-industrial de Londrina, Bragueto (2007) nos fornece alguns importantes detalhes para a compreensão deste processo.

Neste sentido, a análise da formação do mercado de trabalho de Londrina pode ser dividida em duas fases: 1) A cafeicultura paranaense, inserida na dinâmica da industrialização tardia em um país subdesenvolvido, propiciou uma intensa acumulação e concentração de riquezas e recursos em Londrina. No contexto desta primeira modernização, o berço da economia urbana era o meio rural (OLIVEIRA, 2009, p.94); 2) No período

subseqüente a passagem dos anos 1970, há uma sobreposição dos processos de modernização. Estes novos elementos trazem consigo outras tantas formas de repartir o trabalho.

Constituídas no período da cafeicultura, entre as décadas de 1940 e 1960, a cidade e sua economia urbana incorporaram, a partir dos anos 1970, novas bases e novos conteúdos. As modernizações do período técnico científico pós 1970 redefiniram a produção em Londrina e no seu entorno regional. As novas especializações produtivas trouxeram para a economia urbana londrinense as agroindústrias, as cooperativas e outras manifestações da divisão do trabalho hegemônica (OLIVEIRA, 2009, p.95).

Como já afirmamos, em Londrina, o caráter *desigual e combinado* da sua integração esteve diretamente ligado às conjunturas da economia nacional e internacional, tanto nos primórdios de seu desenvolvimento a partir do projeto imobiliário da CTNP, como nos períodos subseqüentes. Contudo, segundo Oliveira (2009), tratando-se do desenvolvimento de um circuito inferior da economia da cidade, propriamente dito, somente pode ser verificado a partir do momento em que os trabalhadores passaram a estar ocupados em atividades marcadamente urbanas.

O autor argumenta que,

A hipótese de que as condições para a formação do circuito inferior em Londrina ainda não estavam plenamente atuantes até os anos 60 pode ser fundamentada não pela ausência de pessoas com carecimentos, mas pela dispersão a que estavam submetidos os pobres, que ainda não eram marcadamente urbanos (OLIVEIRA, 2009, p.56).

O aumento dos fluxos de capitais, de infraestrutura, e das atividades econômicas no município e na região a partir da atuação destes agentes influi diretamente na estruturação das atividades formais e informais em meados de 1970.

Neste sentido, afirma Oliveira (2009, p.51):

Analisada do observatório particular da estruturação dos circuitos da economia urbana, fica patente que Londrina viabilizou a reunião e a combinação de diferentes tipos de trabalho e de trabalhadores: da sofisticação da doceira alemã e do sorveteiro italiano à simplicidade dos entregadores com carroças, dos ajudantes de cozinha e de limpeza, dos vendedores e vendedoras, entre outras. Todas essas formas de trabalho foram diretamente subordinadas à reprodução de capitais, nesse caso de tipo mercantil, que encontram na cidade e na região oportunidades de valorizarem-se.

Segundo Oliveira (2009), os dados da velocidade da expansão urbana “refletem” a nova inserção de Londrina na divisão territorial do trabalho e a reestruturação da divisão local do trabalho a partir da década de 1970. Os dados sobre a evolução da PEA a

partir dos anos 1970 apresentados pelo autor demonstram este aspecto empiricamente. Assim, o período entre 1970 e 2000 representou uma multiplicação de quatro vezes o tamanho da PEA urbana, passando de um total de 54 mil para 224 mil pessoas.

Bragueto (2007) desvela algumas contradições do desenvolvimento capitalista, sobretudo ao demonstrar como a indústria paranaense, seguindo os movimentos de relativa descentralização da indústria nacional, produz contradições ao operar de maneira desigual, porém, complementar, combinada.

Deste modo, pode-se compreender a indústria paranaense a partir de uma dada divisão territorial do trabalho, expressa no estado do Paraná, de pelo menos duas maneiras. A primeira diz respeito ao crescimento da participação da indústria do estado em relação à produção da indústria nacional, sobretudo pela implantação de um pólo petroquímico. A segunda, a despeito, indica um processo de concentração no interior do próprio estado e demonstra como o pólo mais dinâmico da indústria no Paraná, ao menos em termos de tecnologia utilizada, se concentrou no município de Curitiba e sua região metropolitana.

Afirma Bragueto (2002, p.36):

Isto ocorre principalmente em função de que, no processo recente de industrialização paranaense, se configurou uma clara divisão do trabalho, em que a Região Metropolitana de Curitiba concentra as indústrias de bens intermediários e a indústria tecnológica, enquanto no interior continua a predominar a indústria tradicional.

Em Londrina até meados da década de 1990 a industrialização marcadamente urbana compreendia o predomínio das indústrias tradicionais. Segundo o autor,

A dinâmica industrial do Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina, em especial a partir do início da década de 1990, e mais precisamente a partir de 1992, apresenta dois processos distintos: o primeiro está relacionado ao desenvolvimento de setores industriais tradicionais na região, intensivos em mão de obra e diretamente relacionados a empresas de pequeno (principalmente) e médio portes, cuja origem do capital é local/regional, além os ramos industriais diretamente vinculados a forte base agropecuária da região, ou seja, produtos alimentares e bebidas. O segundo está relacionado ao processo de concentração e centralização social e espacial da reprodução do capital, vinculando-se ao processo de transferências industriais, em geral da região metropolitana de São Paulo, e que ocorreram no final dos anos 1990. Na maioria dos casos as empresas foram beneficiadas pelos incentivos fiscais do governo do estado, por intermédio do Programa Paraná Mais-Empregos e invariavelmente receberam incentivos municipais (BRAGUETO, 2007, p.236).

Este quadro pouco se altera nas décadas seguintes, apesar da chegada de grandes empresas no setor químico e informacional, assim como, com a formação do Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação/APL – TI.

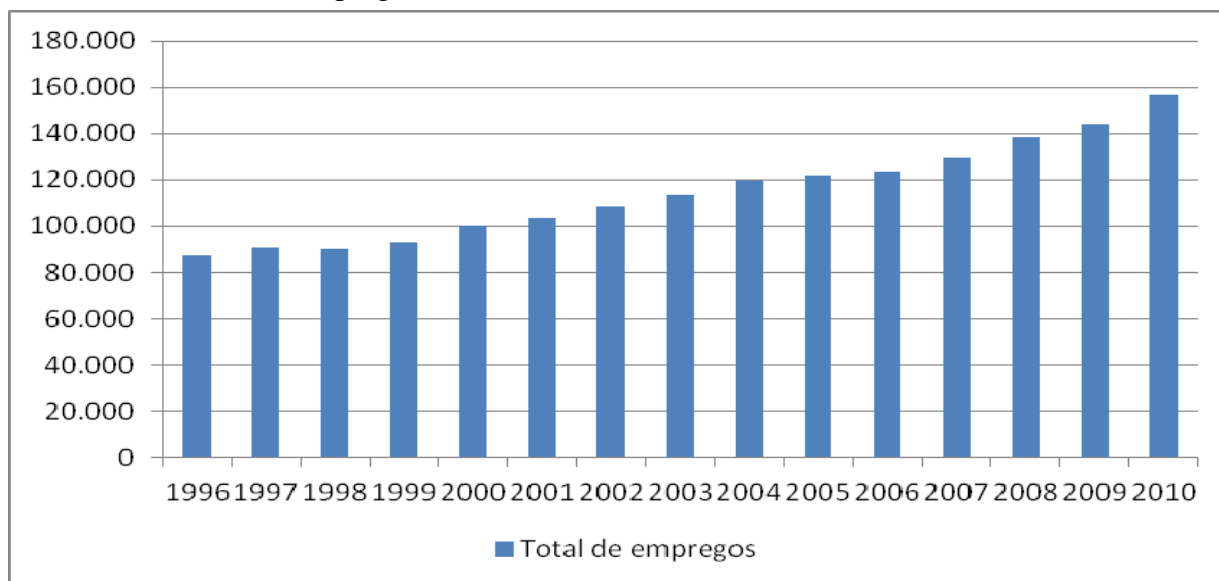
Também neste aspecto Londrina reflete um movimento mais amplo por meio do qual as localidades concorrem na chamada “guerra fiscal”. Muitas vezes ocorre que a “modernização” das técnicas de gerenciamento preconizada pelas políticas de incentivo fiscal possui uma dimensão puramente ideológica, na medida em que não revelam os aspectos negativos destas ações e operam sob o pressuposto de que é o capital que gera riquezas e não o trabalho.

Deste modo, a reestruturação produtiva “envolve mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre os ramos industriais, por exemplo, como entre regiões geográficas” (BRAGUETO, 2007, p. 237).

Mesmo os dados apresentados por Bernardo (2004) defendendo a idéia de que no âmbito da divisão internacional do trabalho não é muito rentável para o capital permanecer estritamente sob o regime da mais valia absoluta, o que, por conseguinte, leva a concentração dos fluxos de investimentos externos diretos no “triângulo formado pela Europa ocidental, os Estados Unidos e o Japão, onde a mais valia relativa se concentra” (p.105), demonstram que durante os anos 1990 houve aumento dos índices de fluxo de tais investimentos nos países em desenvolvimento, ainda que seguido por um período de queda.

Há todo um debate sobre o papel das cidades médias nesse processo que coincide com impulsos de descentralização da indústria nacional. Para a esfera da reestruturação do mercado de trabalho urbano de Londrina e, por conseguinte, das atividades informais, vale destacar que “a partir dos anos 1990 multiplica-se na cidade o número de pessoas que trabalham como camelôs, cabeleireiros, manicures e mototaxistas” (OLIVEIRA, 2009, p.121).

No mesmo período, entretanto, houve também crescimento do emprego formal, conforme podemos verificar no gráfico a seguir.

Gráfico 14 – Total de empregos formais em Londrina entre 1996 e 2010

Fonte: IPARDES

Uma observação, entretanto, deve ser feita na apresentação e interpretação destes dados sobre a evolução dos empregos formais em Londrina. Ela leva em conta os vínculos empregatícios em 31/12 do ano de referência. Deste modo, não correspondem ao total de pessoas empregadas por dois motivos principais: o primeiro deles porque uma mesma pessoa pode ter dois vínculos ou mais na mesma data; o segundo porque há pessoas empregadas sem carteira de trabalho assinada, outros que se inserem por conta própria e, ainda, os não remunerados em ajuda a membro da família. Considerando este aspecto, buscamos relacionar os dados do MTE – RAIS com aqueles dos Censos Demográficos do IBGE através do número de pessoas economicamente ativas (ocupados e desocupados). Assim, para o ano de 2000 de um total de 229.792 pessoas economicamente ativas em Londrina, 100.270 estavam no mercado formal. Isto nos sugere um contingente de 129.522 da PEA ocupada por conta própria ou em unidade de produção sem nenhum empregado (RAIS negativa).

A partir de 2002, os dados disponíveis na base de dados da RAIS permitem separar os vínculos ativos em 31/12 em “sim” e “não”, a visualização permite um pouco mais de precisão. Assim, para o total da PEA de 275.978, 99.871 correspondiam a vínculos não ativos, enquanto que 156.875 eram de vínculos ativos. Confrontando os dados do Censo 2010 com o número total de vínculos em 31/12 para o mesmo ano, temos um total de 116.103 pessoas em situação de informalidade e/ou desocupado na semana de referência.

Quadro 2 - Vínculo ativo em 31/12 por grande setor de atividade (IBGE) em Londrina no ano de 2010

RAIS Vínculo Id			
	Vínculo Ativo 31/12		
IBGE Gr Setor	Não	Sim	Total
1 - Indústria	17.772	28.529	46.301
2 - Construção Civil	11.274	9.673	20.947
3 - Comércio	27.563	40.107	67.670
4 - Serviços	41.868	75.589	117.457
5 - Agropecuária	1.394	2.977	4.371
Total	99.871	156.875	256.746

Fonte: MTE

Podemos reter desta apresentação que as atividades informais em Londrina variaram em função dos processos de modernização e das novas especializações produtivas oriundas da divisão territorial do trabalho a nível estadual, e da inserção da economia do município nas esferas nacional e internacional.

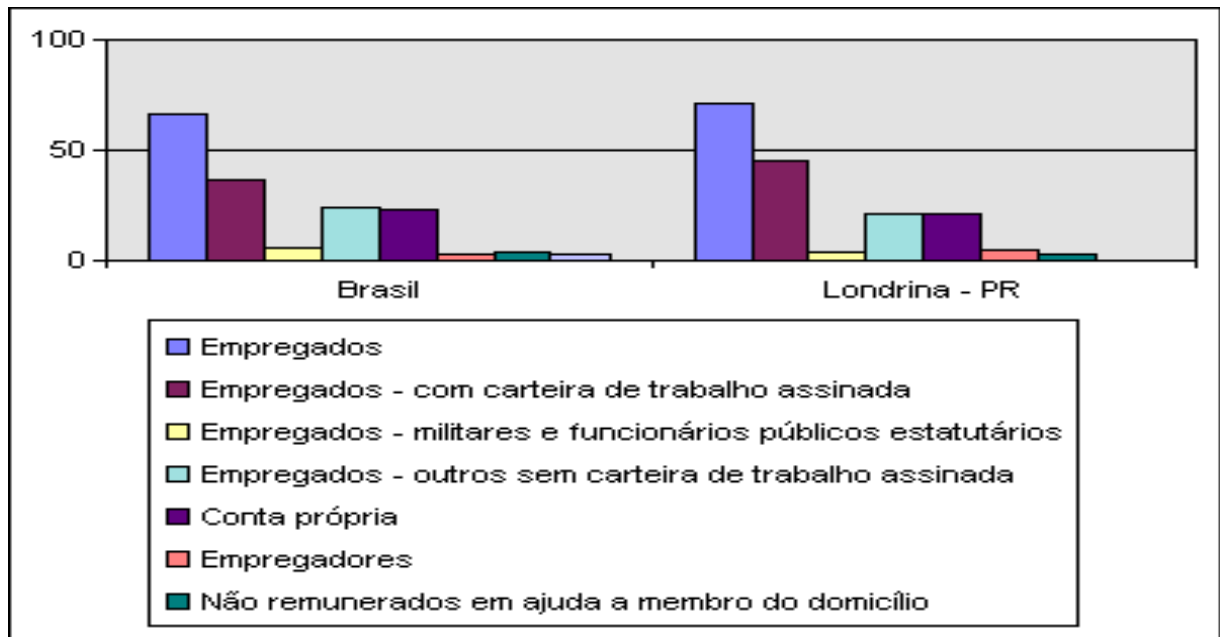
3 A INFORMALIDADE E O SETOR INFORMAL EM LONDRINA: OS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA E OS ASSALARIADOS SEM REGISTRO.

Neste capítulo apresentamos, para o município de Londrina, as características das duas principais categorias do processo de informalidade: o trabalhador por conta própria e os assalariados sem registro. Os dados são dos Censos 2000 e 2010, da Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR e do sítio do Simples Nacional – SIMEI, e se referem às categorias acima citadas desagregadas por sexo, faixa etária, grupos de horas trabalhadas, nível de instrução, forma de atuação e seção de atividade no trabalho principal.

3.1 TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA E ASSALARIADOS SEM REGISTRO EM LONDRINA EM 2000 E 2010

Em Londrina o comportamento do trabalho por conta própria e dos assalariados sem registro é mais modesto do que a média nacional. Assim, enquanto para o Brasil temos um total de 23,46% dos ocupados inserindo-se a partir da modalidade conta-própria, para Londrina este índice é de 21,34%. No que diz respeito aos assalariados sem registro e no mesmo ano, para um total de 24,09% no Brasil, Londrina apresentava 21,15%.

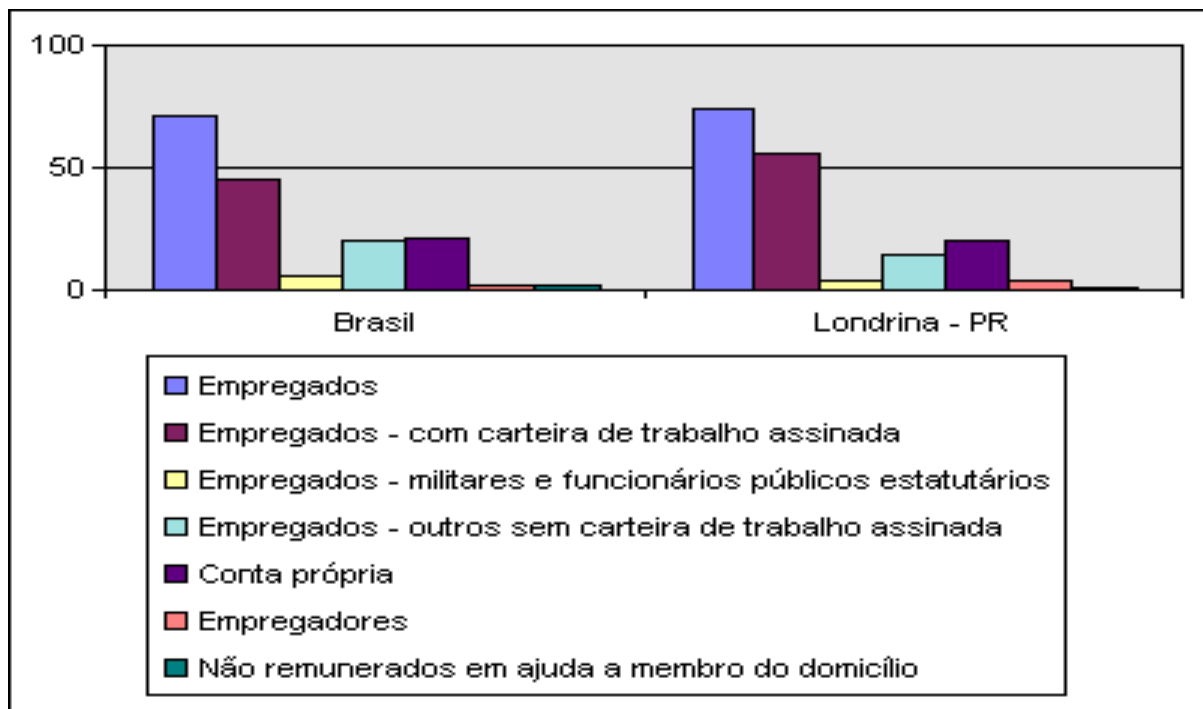
Gráfico 15 – Percentual de pessoas por categorias de ocupação em Londrina no ano 2000



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000

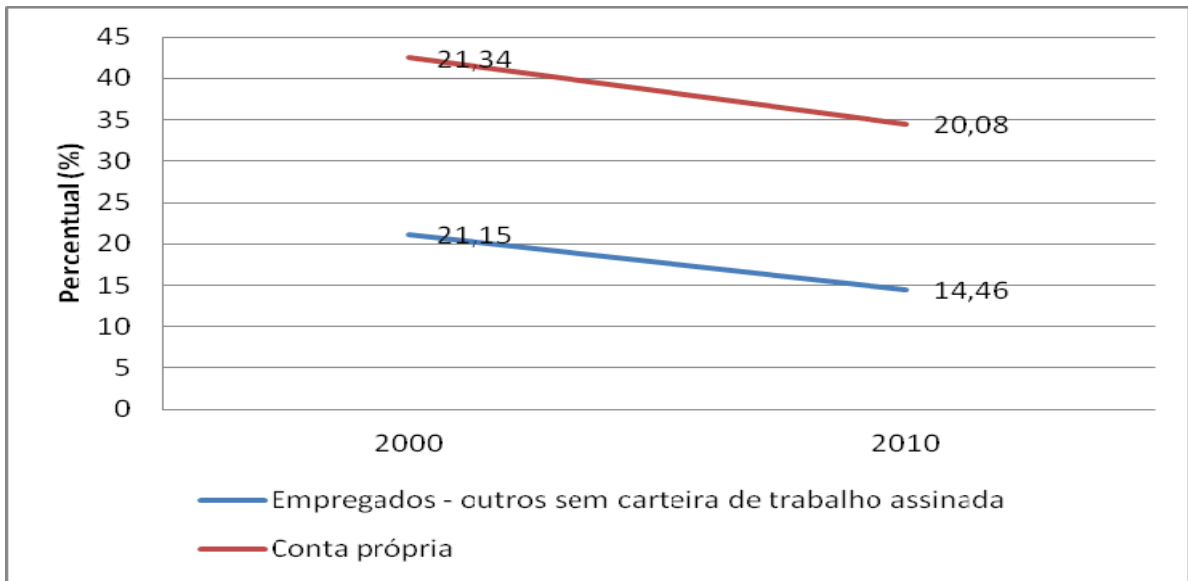
Para o ano de 2010 e especificamente se tratando das categorias da informalidade, o município teve uma diminuição do número de assalariados sem registro de 6,69%, passando de 21,15% em 2000 para 14,46% em 2010. No que diz respeito ao trabalhador por conta própria os índices apresentam queda de 1,26%, passando de 21,34% em 2000, para 20,08% em 2010.

Gráfico 16 – Percentual de pessoas por categorias de ocupação no Brasil e em Londrina no ano de 2010



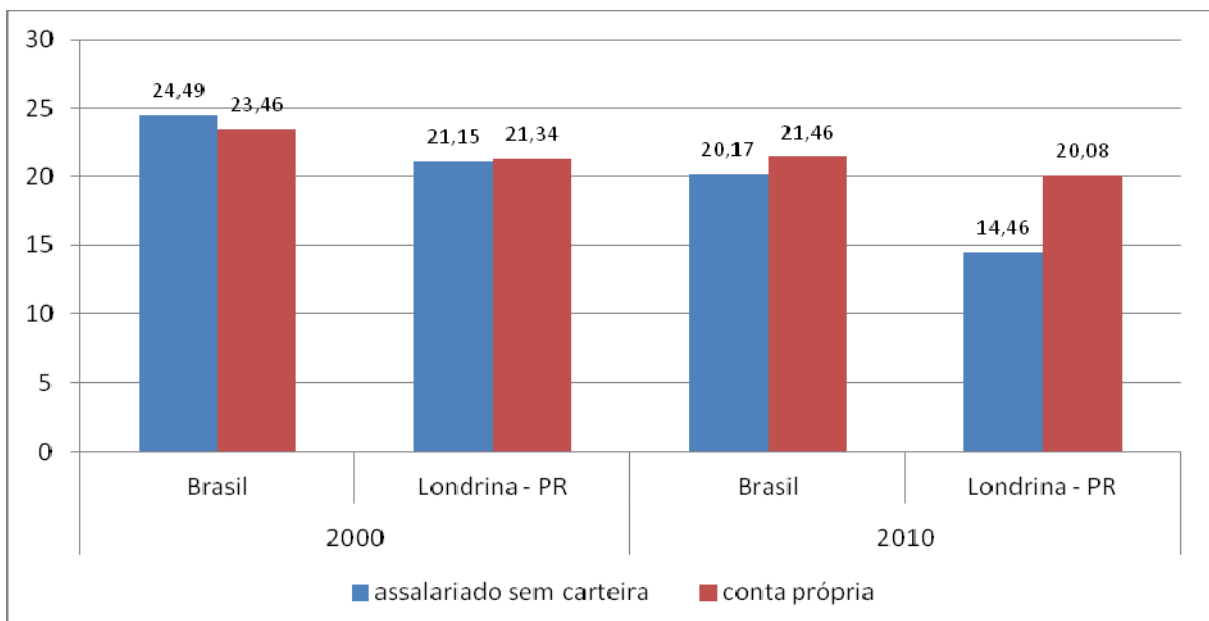
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

O gráfico 17 permite uma melhor visualização destas tendências de quedas das categorias do processo de informalidade em Londrina entre os anos de 2000 e 2010.

Gráfico 17 – Categorias de ocupação do processo de informalidade em Londrina 2000 - 2010

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

O gráfico 18 permite a visualização da síntese destas diferenças entre os índices das duas categorias em Londrina e no Brasil entre os anos de 2000 e 2010.

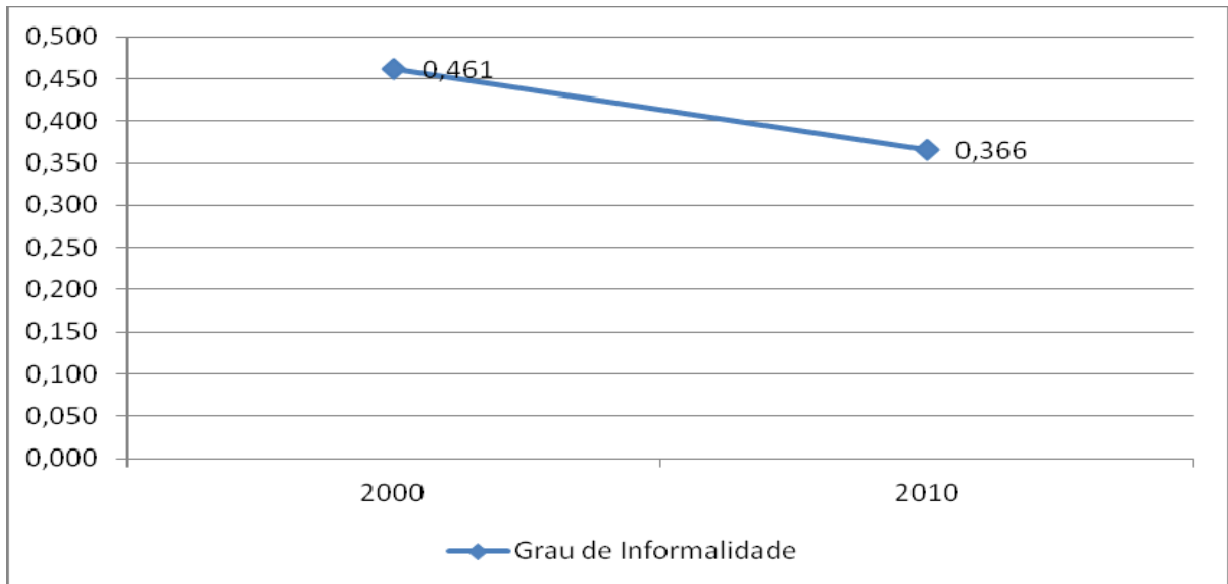
Gráfico 18 – Percentual de pessoas por categorias de ocupação do processo de informalidade em Londrina entre 2000 e 2010

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Os dados no SIMEI nos auxiliam na identificação dos grupos que saíram da informalidade. Contudo, pelo modo como os dados estão disponíveis, isto é, somente com os

valores acumulados para o dia/mês/ano da consulta, não nos é possível fazer comparações entre os anos. Para o mesmo fim temos o cálculo do grau de informalidade⁵², este sim com dados para os anos 2000 e 2010.

Gráfico 19 – Grau de Informalidade em Londrina para os anos 2000 e 2010



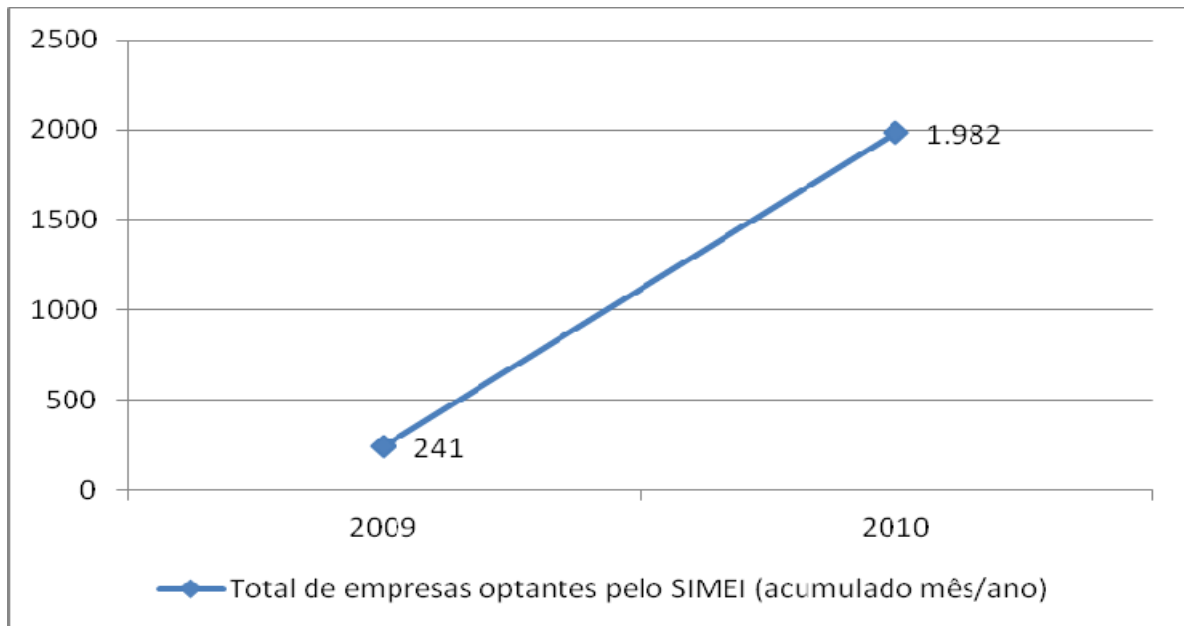
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000/2010

A diferença de praticamente 0,1 pontos no grau de informalidade entre os anos 2000 e 2010 é significativa como retrato do mercado de trabalho urbano da cidade. Porém, foram nos últimos anos da década que os índices de formalização através do SIMEI subiram 822,41%, saindo de 241 em 2009 para 1.982 em 2010⁵³.

⁵² O cálculo do Grau de Informalidade utilizado para a construção do gráfico 19 tem por base a definição I do IPEA. Assim, “uma das três diferentes definições do grau de informalidade oferecidas no Ipeadata com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria)”. Elaboração: Disoc/Ipea.

⁵³ Esta tendência ainda pode ser verificada até o período mais recente do ano de 2013, onde o número total de registro de empresas optantes pelo SIMEI em Londrina já ultrapassa a marca de 6.500.

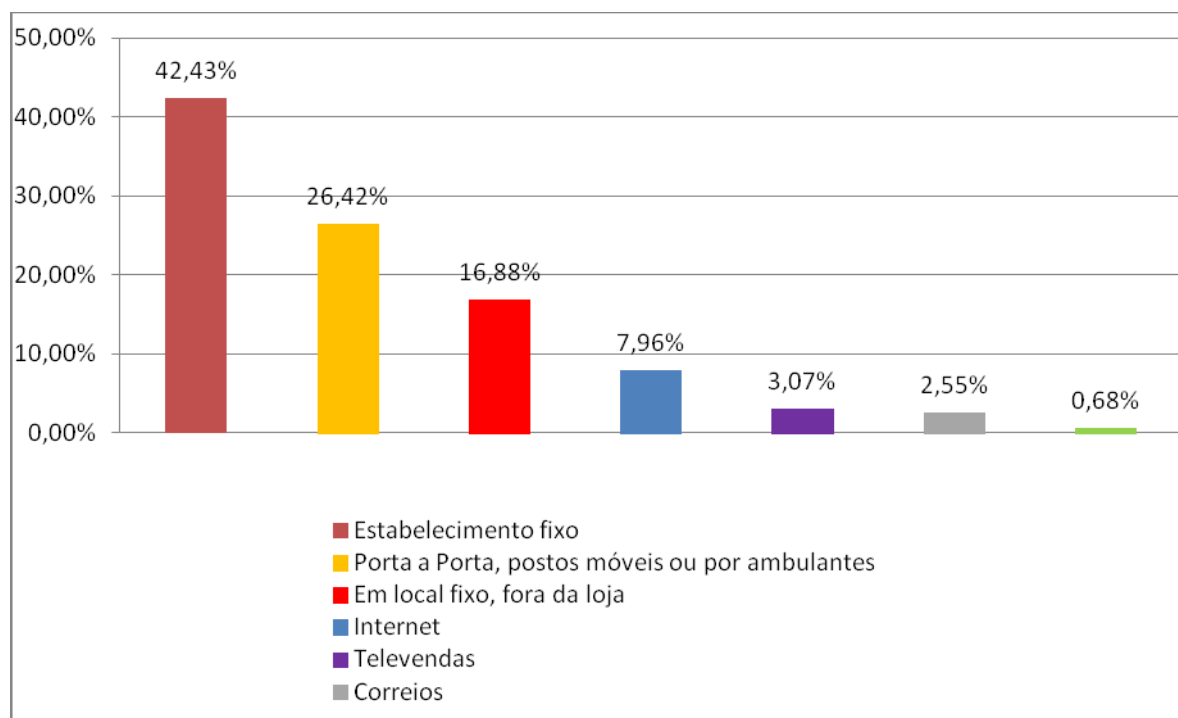
Gráfico 20 – Total de empresas optantes pelo SIMEI para os anos de 2009 e 2010 em Londrina



Fonte: Portal do Empreendedor/SIMEI

Os dados do SIMEI para o ano de 2013 permitem também uma comparação entre os grupos que mais se formalizaram por forma de atuação. A categoria *estabelecimento fixo* é a que tem mais participação, com 42,43%, seguida dos *porta a porta, postos móveis ou ambulantes*, com 26,42%, e dos *em local fixo, fora da loja*, com 16,88%.

Gráfico 21 – Percentual de empresas optantes no SIMEI por forma de atuação em Londrina no ano de 2013



Fonte: Portal do Empreendedor/SIMEI

Para o mesmo ano e de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, os grupos que mais se formalizaram estão alocados no *comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios*, seguidos dos *cabeleireiros, obras de alvenaria, instalação e manutenção elétrica, serviços de pintura de edifícios em geral, outras atividades de tratamento de beleza em geral, lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, reparação e manutenção de computadores e equipamentos, comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina, serviços de entrega rápida*.

Se analisarmos os dados do IBGE para as categorias *conta própria e sem registro* desagregados por setor de atividade econômica e, de maneira aproximada, compararmos com os dados do SIMEI, podemos perceber de onde e para onde estão indo essas duas principais categorias do processo de informalidade na cidade.

Assim, de acordo com as tabelas 1 e 2, notamos que os assalariados sem carteira estavam concentrados até o ano de 2010 principalmente no setor de serviços e no comércio, seguidos da construção, da indústria e da agricultura. O trabalho por conta própria possui uma composição semelhante, com o comércio e serviços de reparação automotiva, a construção, seguidos da indústria, atividades mal especificadas e outras atividades de serviços como maiores seções alojadoras da força de trabalho informal.

Quadro 3 – Percentual de assalariados sem carteira assinada por seção de atividade econômica em Londrina no ano de 2010

#	Seção de atividade do trabalho principal	
1	Serviços domésticos	3,36
2	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2,23
3	Construção	1,21
4	Indústrias de transformação	0,96
5	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	0,79
6	Alojamento e alimentação	0,76
7	Atividades mal especificadas	0,71
8	Outras atividades de serviços	0,70
9	Educação	0,67
10	Atividades profissionais, científicas e técnicas	0,60
11	Saúde humana e serviços sociais	0,55
12	Transporte, armazenagem e correio	0,48
13	Atividades administrativas e serviços complementares	0,35
14	Administração pública, defesa e seguridade social	0,24
15	Artes, cultura, esporte e recreação	0,22
16	Informação e comunicação	0,20
17	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,15
18	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,14
19	Atividades imobiliárias	0,13
20	Indústrias extrativas	0,01

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Quadro 4 – Percentual de trabalhadores por conta própria por setor de atividade econômica em Londrina para o ano de 2010

#	Seção de atividade do trabalho principal	
1	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	4,88
2	Construção	2,85
3	Indústrias de transformação	2,14
4	Atividades mal especificadas	1,53
5	Outras atividades de serviços	1,45
6	Atividades profissionais, científicas e técnicas	1,30
7	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1,21
8	Transporte, armazenagem e correio	1,04
9	Saúde humana e serviços sociais	0,86
10	Alojamento e alimentação	0,80
11	Atividades administrativas e serviços complementares	0,52
12	Artes, cultura, esporte e recreação	0,39
13	Educação	0,23
14	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,23
15	Informação e comunicação	0,22
16	Atividades imobiliárias	0,19
17	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,15
18	Administração pública, defesa e seguridade social	0,08
19	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,01
20	Indústrias extrativas	0,01

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

É importante destacar aqui a alocação destas atividades para a problematização proposta por Kowarick (1977), Prandi (1978) e Oliveira (1972). Para esses autores há além do plano jurídico/legal, uma funcionalidade na manutenção dessas formas de inserção para o barateamento dos custos de produção e reprodução da força de trabalho nas economias dependentes.

Acreditamos aqui que isto se aplica a realidade da formação e da dinâmica do mercado de trabalho em Londrina. Dois dados reforçam esta hipótese: o primeiro é a

predominância dos setores e seções dos serviços e do comércio como principais alocadores da força de trabalho informal; o segundo está relacionado com o fato de que a tendência de queda do grau de informalidade parece ter sido impulsionada muito mais pela diminuição dos índices de ocupação sem carteira do que por redução do trabalho por conta própria.

Vale recordar a afirmação de Cacciamalli (2000) de que a maioria da clientela do trabalho por conta própria é composta de assalariados do mercado formal. Assim, mesmo no período de tendência de queda do grau de informalidade e também do aumento vertiginoso dos processos de formalização através do micro empreendedorismo individual (SIMEI), a análise não deve permanecer na esfera da questão legal. Isto porque no que diz respeito aos trabalhadores por conta própria, o micro-empendedorismo possui uma dupla dimensão, se apresentado como capitalismo sustentável de um lado e, de outro, como manutenção das taxas de ocupação nesta modalidade, o que representa a estratégia de barateamento dos custos de reprodução da força de trabalho.

Isto lança luz sobre o inchaço dos serviços e do comércio enquanto maiores empregadores do mercado formal e do mercado informal, haja visto os processos de industrialização do campo e êxodo rural, a industrialização baseada em unidades pouco intensivas em tecnologia e o recente processo de industrialização intensiva em tecnologia, mas baseada nas pequenas e médias empresas, como é o caso do APL de TI no município, ou empresas com composição orgânica de capital mais elevada e que, deste ponto de vista, “não foram suficientes para sequer minimizar o problema do desemprego” (OLIVEIRA, 2009, p.127) a partir de 1990.

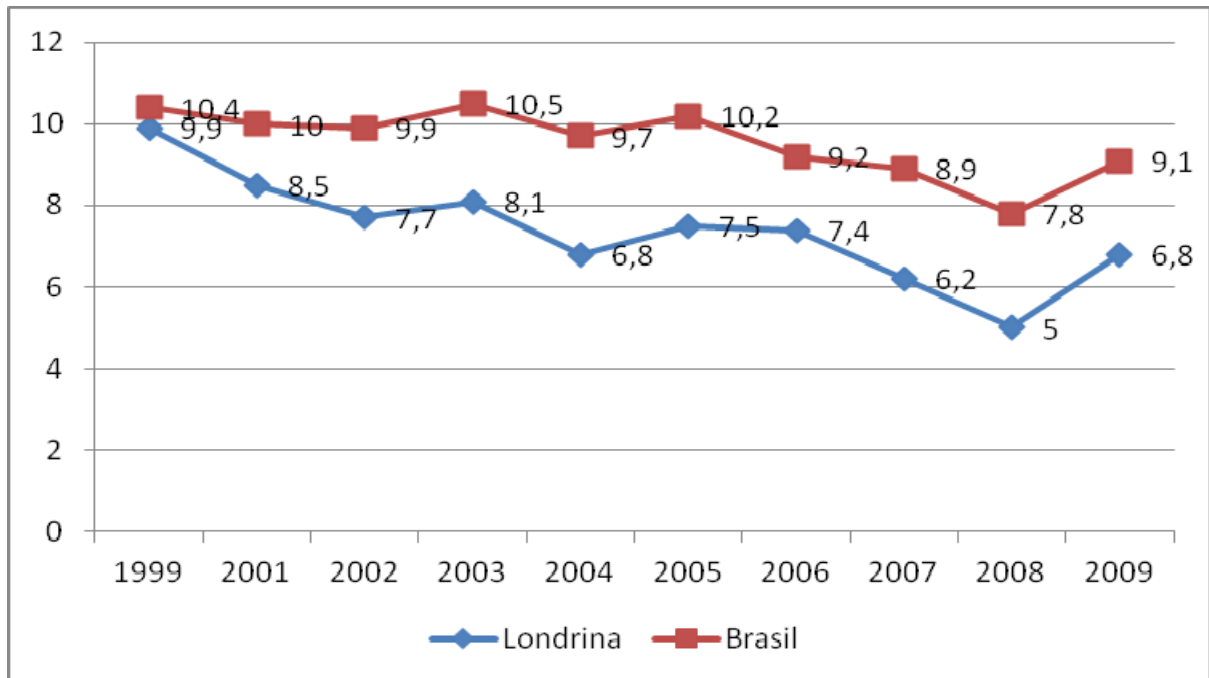
Oliveira (2009), ainda sobre o período recente, sublinha o comportamento da economia de Londrina em termos gerais e, particularmente, do mercado de trabalho sob as mudanças de política econômica no país a partir dos anos 1990. Segundo ele, “em Londrina o projeto neoliberal provocou uma crise de grandes proporções que se manifestou em diversas frentes” (OLIVEIRA, 2009, p.125).

Uma das expressões deste processo foi o crescimento das áreas de ocupação irregular em Londrina a partir de 1990. O autor destaca que, “ao longo dos anos 1990 surgiram mais de 40 ocupações irregulares, abrangendo cerca de 50 mil pessoas, ou seja, 10% da população urbana (OLIVEIRA e FRESCA *apud* OLIVEIRA, 2009, p.126).

O autor também sublinha o crescimento do desemprego, mas achamos esta colocação um tanto problemática, tendo em vista que as taxas de desemprego para o estado do Paraná e para o país apresentam tendência de queda entre os anos de 1999 e 2009, embora com oscilações nos anos de 2003, 2005 e 2009. Para uma melhor visualização acompanhe o

gráfico 22. Como também já afirmamos, os empregos formais em Londrina apresentam tendência de crescimento a partir de 1996 e de acordo com o gráfico 14.

Gráfico 22 – Taxa de Desemprego no Paraná e no Brasil entre 1999 e 2009.

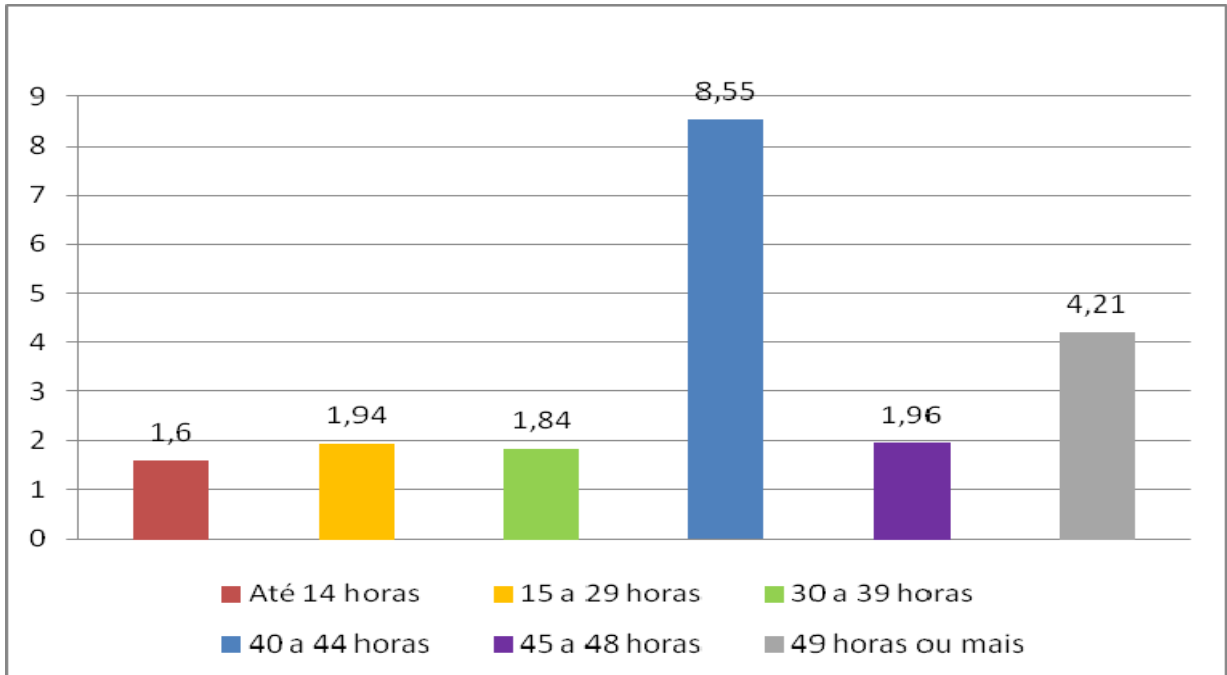


Fonte: IPEADATA/IBGE

Deste modo, e seguindo o comportamento das categorias de ocupação da informalidade, a redução da ocupação sem carteira é significativa e não deve ser ignorada. Considerando as diferenças entre o comportamento dos assalariados sem registro e dos trabalhadores por conta própria, temos um duplo movimento: de um lado uma relativa inflexão da precarização do mercado de trabalho na cidade a partir da redução dos assalariados sem carteira e, ao mesmo tempo, de precarização legalizada, o que acontece pela formalização via micro-empendedorismo individual.

Ainda na busca por um maior detalhamento deste processo e, assim, na observação das horas trabalhadas, o gráfico 23 permite dizer que as maiores parcelas dos trabalhadores por conta própria estão nos grupos que trabalham acima de 40 horas semanais. Destaque para o grupo entre 49 horas ou mais que atinge 4,21% do total dos 20,08% de trabalhadores por conta própria em 2010.

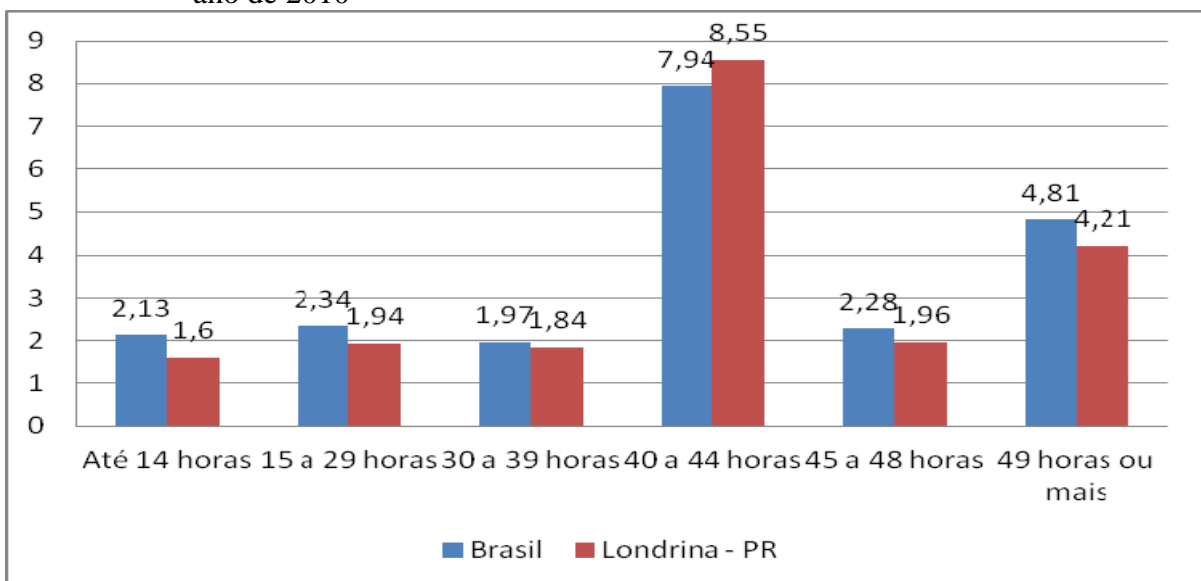
Gráfico 23 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria e por grupo de horas trabalhadas em Londrina 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Em comparação com o país, Londrina apresenta maior índice de trabalhadores por conta própria no grupo entre 40 e 44 horas (trabalhadas na semana de referência), superando os índices nacionais em 0,61%.

Gráfico 24 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria no Brasil e em Londrina no ano de 2010

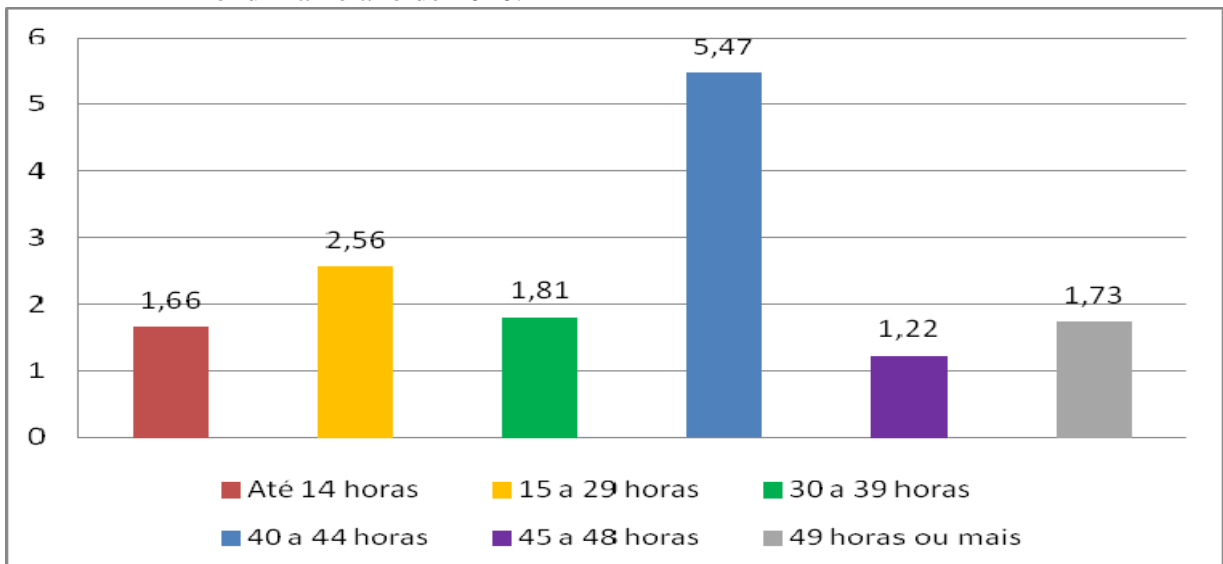


Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Analisados por sexo, as duas categorias de ocupação, isto é, o trabalhador por conta própria, assim como os assalariados sem registro apresentam índices menores que o nacional. Desta forma, enquanto para o total de homens ocupados por conta própria no Brasil temos o índice de 14,16%, Londrina possui o patamar de 13,1%, uma diferença de 1,15%. No que diz respeito as mulheres a diferença é menor, ficando na casa dos 7,3% no Brasil e em 6,99% em Londrina.

Para os assalariados sem registro, há uma maior distribuição entre os grupos de horas trabalhadas, desconcentrando os grupos acima de 40 horas.

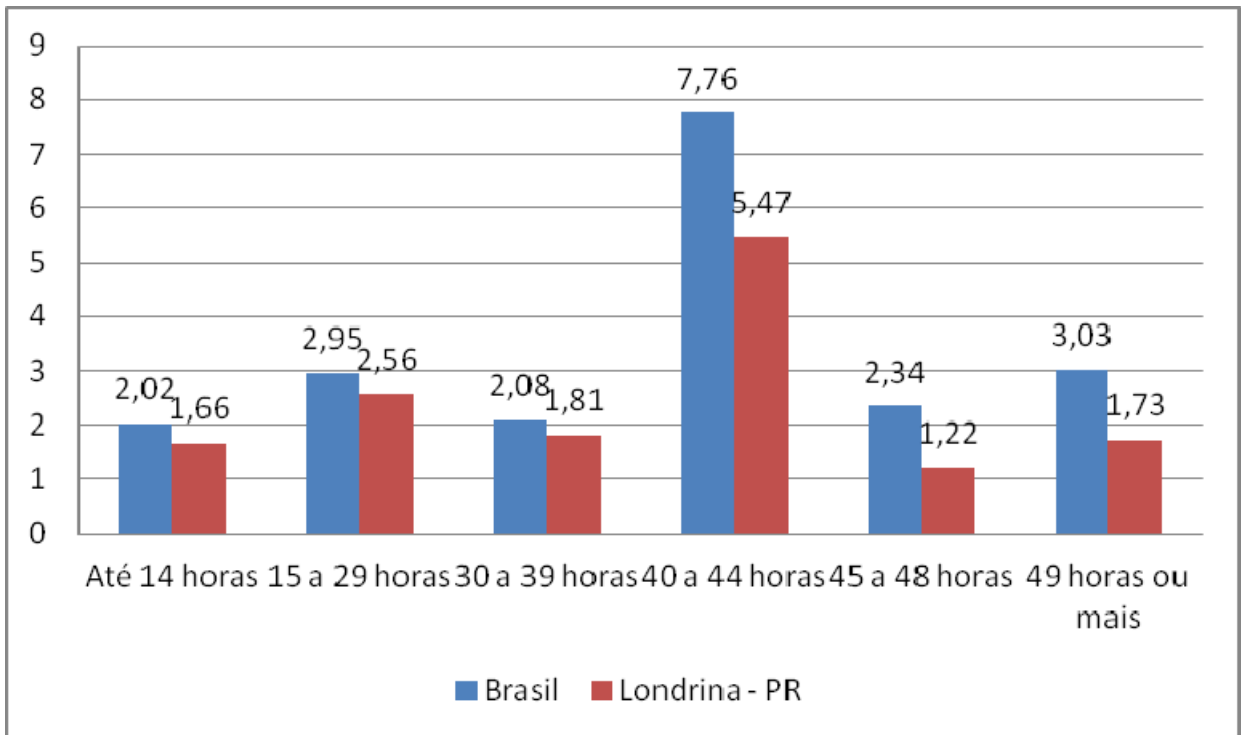
Gráfico 25 – Percentual de assalariados sem carteira por grupo de horas trabalhadas em Londrina no ano de 2010.



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Em comparação com os mesmos índices para o Brasil, em todos os grupos de horas trabalhadas Londrina apresenta menores valores.

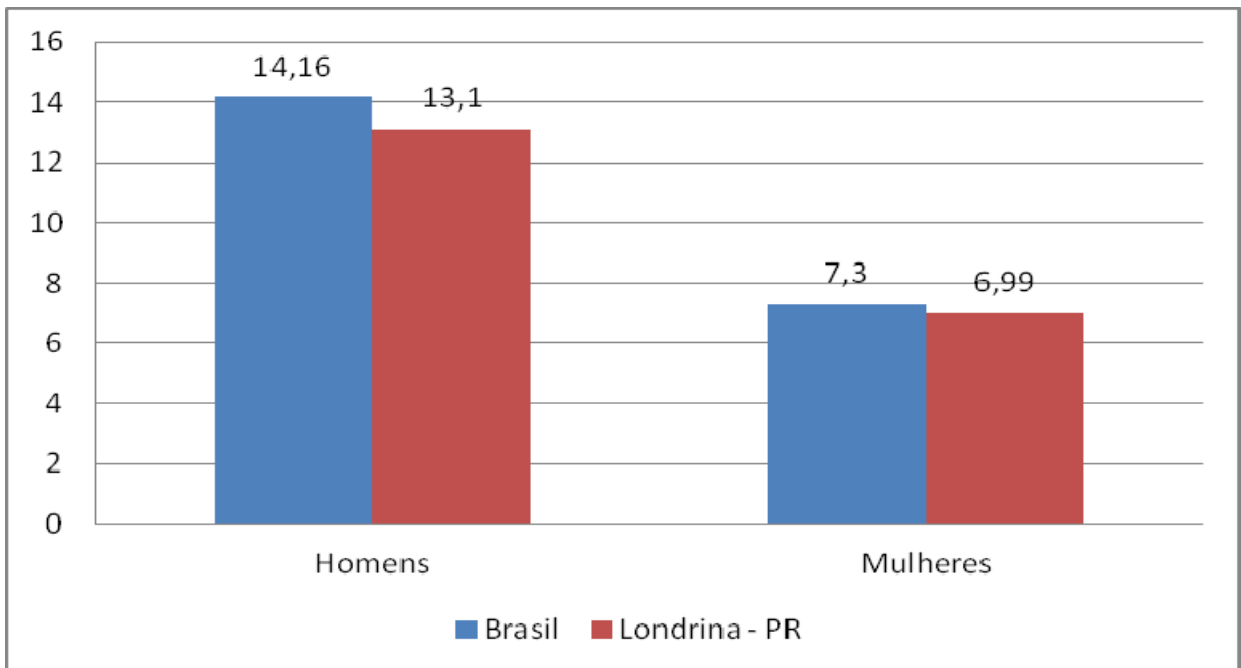
Gráfico 26 – Percentual de assalariados sem registro por grupo de horas trabalhadas no Brasil e em Londrina no ano de 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

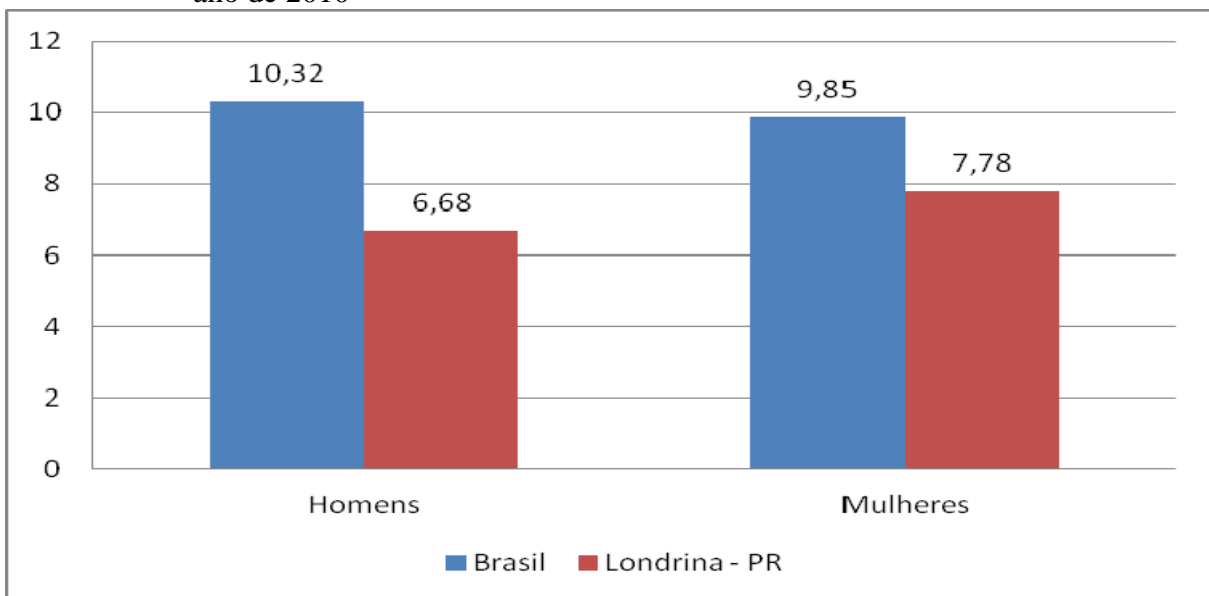
O mesmo acontece quando analisamos estas categorias desagregadas por sexo no Brasil e em Londrina, com o município apresentando índices abaixo daqueles encontrados no país no ano de 2010. Destaque para as diferenças maiores na análise dos assalariados sem registro, onde a diferença entre os índices do Brasil e de Londrina é mais saliente.

Gráfico 27 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria e por sexo no Brasil e em Londrina no ano de 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Gráfico 28 – Percentual de assalariados sem carteira, por sexo no Brasil e em Londrina no ano de 2010

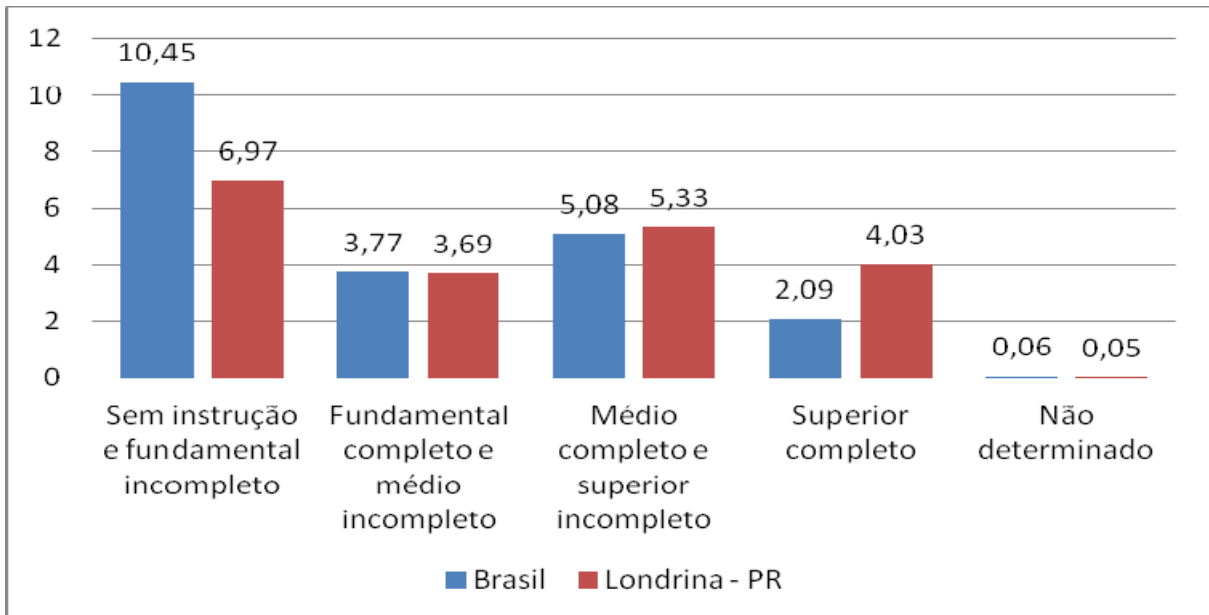


Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Quando analisamos as mesmas categorias por nível de instrução (gráficos 25, 26, 27 e 28) e comparamos os dados do Brasil e do município, podemos perceber que Londrina apresenta índices mais altos do que o país no trabalho por conta própria e nos

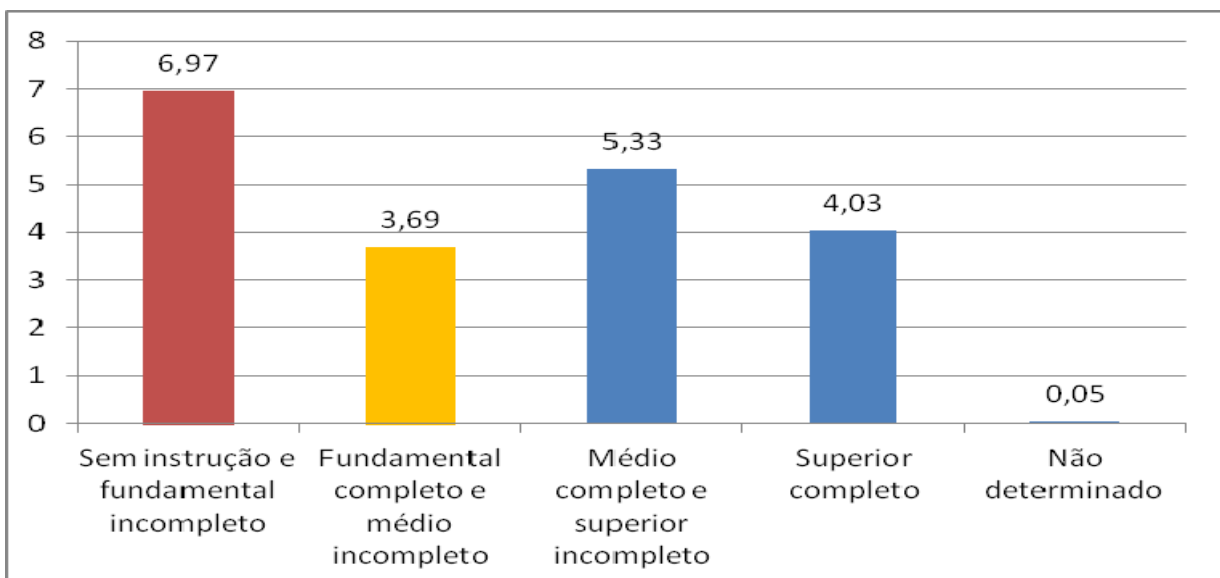
grupos com maior qualificação. O mesmo não ocorre com os assalariados sem registro, onde os índices nacionais apresentam maiores valores em comparação com o município.

Gráfico 29 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria por nível de instrução no Brasil e em Londrina no ano de 2010



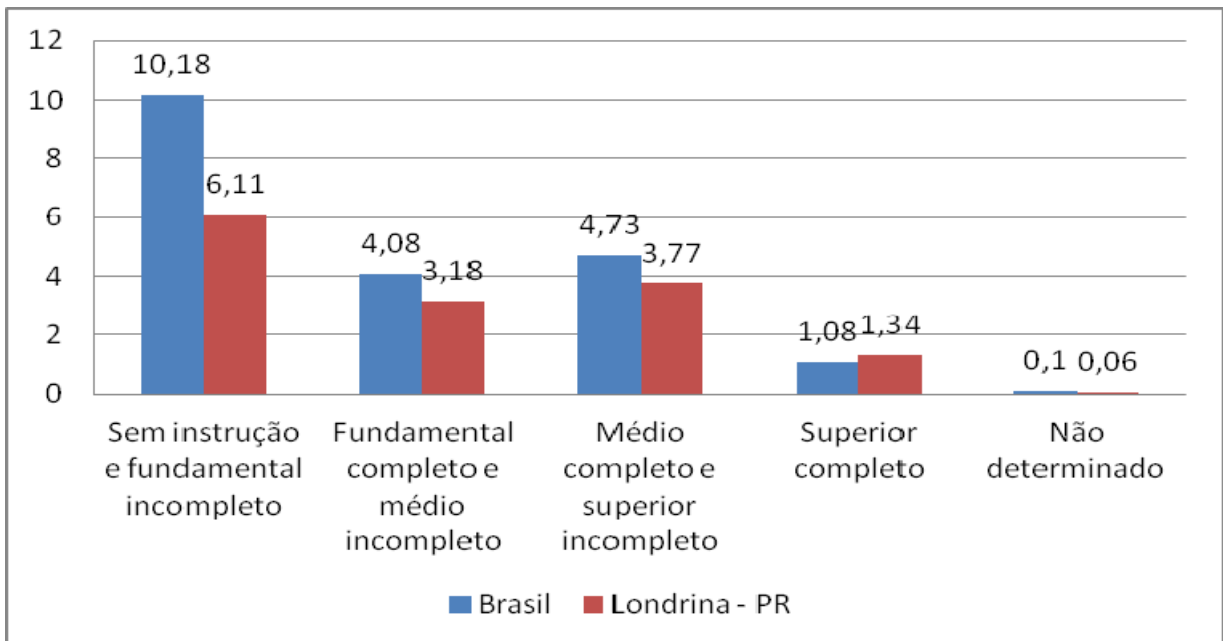
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Gráfico 30 – Percentual de pessoas ocupadas por conta própria e por nível de instrução em Londrina no ano de 2010



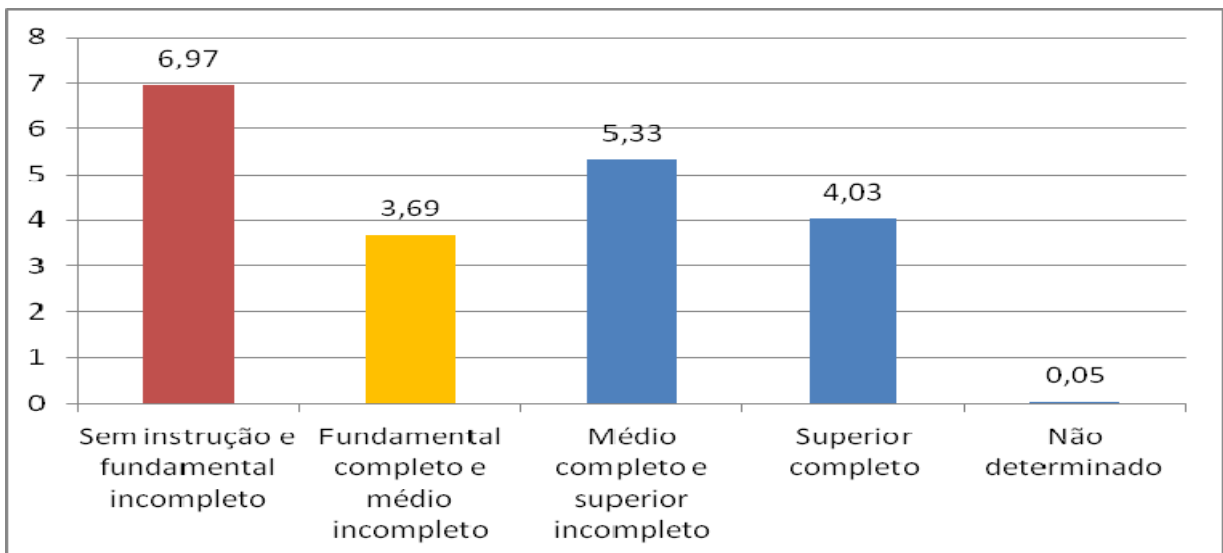
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Gráfico 31 – Percentual de assalariados sem carteira por nível de instrução no Brasil e em Londrina no ano de 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

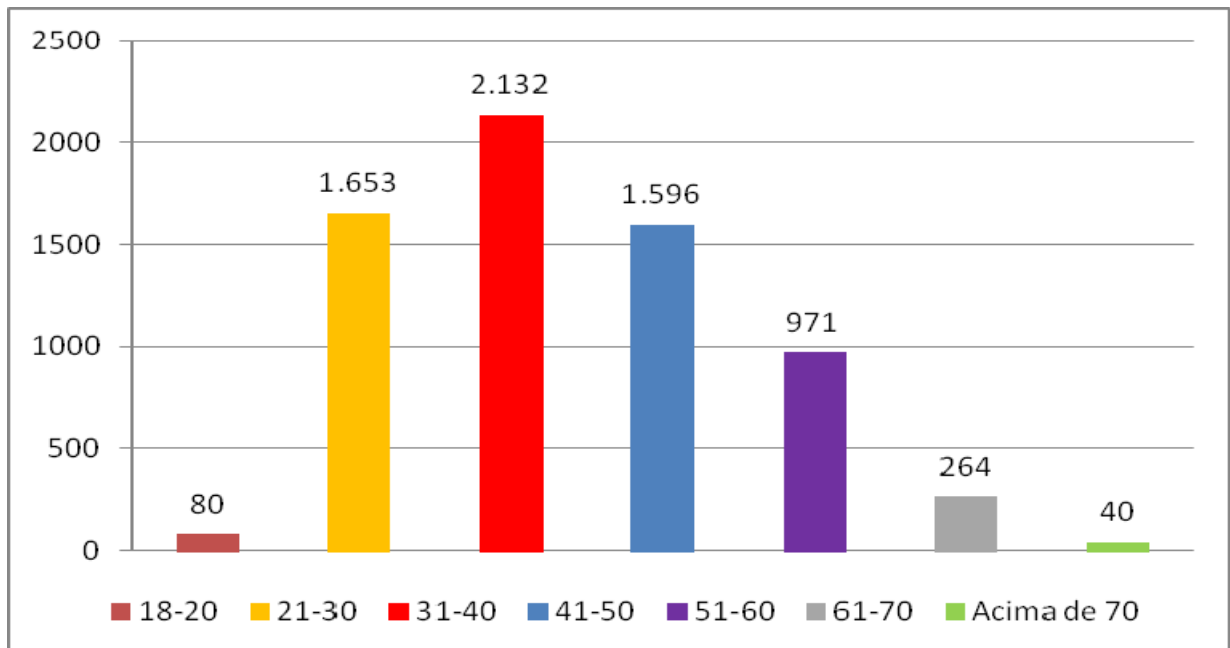
Gráfico 32 – Percentual de assalariados sem carteira por nível de instrução em Londrina no ano de 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Os dados do SIMEI para o ano de 2013 permitem verificar a alocação etárias dos grupos que mais se formalizaram.

Gráfico 33 – Total de empresas optantes no SIMEI por faixa etária em Londrina no ano de 2013



Fonte: SIMEI

Neste gráfico percebemos que o grupo etário com maiores valores de optantes do SIMEI é o que abrange os 31-40 anos, seguidos daqueles entre 21-30 anos e 51-60 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o resgate de elementos e o esforço de conectar os determinantes de um processo histórico devem levar em consideração a não possibilidade de haver uma única voz sobre determinado objeto. Isto sugere que aqui devemos recobrar aspectos metodológicos na ordenação da análise.

Assim, ainda que haja um amparo empírico e estatístico, muitas variáveis poderiam ter sido acrescentadas a análise, mas por diferentes motivos não foram aqui dimensionadas. A finitude da apreensão do conhecimento frente à complexidade da dinâmica concreta da vida social é, neste sentido, um dado com o qual o pesquisador tem que lidar.

Há, por exemplo, elementos importantes do debate sobre a informalidade – problematizados no interior da chamada *nova informalidade* –, e que fazem parte da literatura mais recente. Este conceito expressa, como já citamos em outra parte do trabalho, a situação de informalidade de novos estratos do conjunto da classe trabalhadora. Mesmo considerando a importância destes trabalhos, buscamos realizar um trabalho que pudesse recuperar aspectos do debate sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois acreditamos que ele permite apontar elementos de continuidade no padrão de desenvolvimento capitalista.

No Brasil, a continuidade da existência do trabalho por conta própria em patamares elevados – acima dos 20% desde a década de 1970 –, permite afirmar que a diminuição dos índices de informalidade está circunscrita aos assalariados sem registro, embora este não seja um processo homogêneo, apresentando diferenças entre as regiões metropolitanas e as demais cidades. De todo modo, ainda que reconheçamos a necessidade de desenvolver análises que captem as particularidades da atual conjuntura, o que nos faria dialogar diretamente com a *nova informalidade*, nossa pesquisa possibilitou a percepção de elementos estruturantes do mercado de trabalho no Brasil.

Este dado de pesquisa permite esboçar os limites dos modelos teóricos que, no anseio de problematizar as muitas transformações do mundo capitalista, deixam escapar incongruências entre a realidade dos países de capitalismo avançado e os países de capitalismo dependente.

Entre muitos fatores, podemos destacar que a manutenção de índices elevados de informais na condição de trabalhador por conta própria indica a diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho, uma vez que a maioria de suas clientelas é composta de assalariados com postos de trabalho formais. Se ao trabalhador é possível

reproduzir o volume de suas necessidades a baixo custo, o capital opera com um mecanismo altamente eficiente de exploração. Desta forma, reduz-se o custo com a reprodução da força de trabalho assalariada, o volume de trabalhadores por conta própria achata os salários, pois a oferta de força de trabalho é abundante, podendo, assim, o sistema capitalista contar com uma superpopulação relativa aos seus movimentos de expansão e retração.

O incentivo à formalização via SIMEI, por sua vez, indica não um momento de avanço no sentido de minimizar as mazelas do desenvolvimento, permitindo uma às ocupações informais. Na maior parte das vezes, indica apenas o veículo ideológico de propagação dos discursos voltados ao empreendedorismo e que, na prática, transferem o ônus da reprodução da força de trabalho para o trabalhador, admitindo-o no patamar de micro-empendedor individual.

Caberia, assim, correlacionar os índices de rendimento do mercado formal e compará-los com aqueles encontrados nas categorias de ocupação da informalidade. Isto nos permitiria verificar outro aspecto qualitativo do recente momento de ascenso da formalização via SIMEI. Os dados do SIMEI também poderiam fornecer informações importantes em uma série histórica, caso estivessem disponíveis para outros anos e não somente para o dia/mês/ano da consulta⁵⁴.

De maneira irrestrita às variáveis estatísticas, outra possibilidade de análise constituiria um recorte da luta política das frações de classe no jogo de definições e apropriações de termos e conceitos e, também, do aparato jurídico da regulação das atividades econômicas e do emprego. Todavia, embora haja indicação desta possibilidade, isto não foi aqui dimensionado.

Outros exemplos, mais pontuais, podem nos auxiliar a pensar tais momentos de disputa de forças em Londrina. Uma situação que ilustra isto foi relatada, entre outros, pelo jornal Gazeta do Povo e ocorreu no campus da Universidade Estadual de Londrina em meados do ano 2008⁵⁵, quando um pedido encaminhado pela empresa JPM & Lopes, detentora da permissão para explorar os quiosques permanentes na universidade, determinou a retirada e a total proibição do comércio de alimentos realizado por vendedores ambulantes. Nesta ocasião, mesmo com o apoio de uma parte do movimento estudantil da universidade, não foi possível impedir que a determinação se cumprisse.

⁵⁴ Mesmo entrando em contato com a ouvidoria do Portal do Empreendedor não foi possível ter acesso a estes dados.

⁵⁵ Decisão Judicial Retira Vendedores Ambulantes da UEL. Gazeta do Povo, Curitiba, 27 de agosto de 2008. Justiça determina retirada de ambulantes da UEL. Bondenews, Londrina, 27 de agosto de 2008.

No ano seguinte, em 2009, Londrina viveu alguns momentos de tensão entre os trabalhadores por conta própria ocupados na produção e venda de lanches, alguns instalados a aproximadamente duas décadas no terminal de ônibus urbano da cidade, e o governo municipal. Em meio a um discurso pautado por laudos da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU, o prefeito do município retirou – bastante a contragosto destes trabalhadores, obviamente – todos os que ali desenvolviam alguma atividade desta natureza. O jornal local Londrixnews (08/09/2009)⁵⁶, na ocasião, informava que “nas 19 barraquinhas, atuam em sistema de turnos pelo menos 30 famílias de trabalhadores informais, que se dizem sem alternativa de renda a partir de agora”.

Estes trabalhadores buscaram se organizar e impedir que fossem retirados dali, mas muito embora tenham tido alguma repercussão na mídia local e, mesmo com o apoio de alguns movimentos sociais e de parte da população da cidade, a resistência esboçada por eles não foi suficiente para impedir a ação.

Os casos que envolvem disputas em torno da ampliação ou redução da regulamentação das atividades econômicas são farto campo para ilustrar as tensões para estabelecer parâmetros daquilo que será considerado “formal” ou “informal”. Assim, nem sempre atuando passivamente, os trabalhadores manifestam sua insatisfação e, em alguns casos, conseguem retardar estes processos.

A situação do comércio de rua e do camelódromo de Londrina também é emblemática e ilustra o processo de disputa por espaços econômicos permissíveis de atuação. Confrontados pelos interesses da Associação Comercial e Industrial de Londrina – ACIL, os pequenos comerciantes do camelódromo e, também, os ambulantes que atuam no centro da cidade se vêem diante de muitas exigências *formalizantes* para que possam continuar a desenvolver suas atividades.

Uma notícia publicada no jornal Folha de Londrina (14/062007, p.3 *apud* Leibante 2010, p.55) traz a seguinte mensagem:

O presidente da associação comercial e Industrial de Londrina [...] diz que ‘a entidade toda vida se posicionou contra as irregularidades no comércio’[...] O empresário classifica o comércio ambulante como ‘concorrência desleal’ por trabalhar com produtos pirateados e contrabandeados’, especialmente CDs e DVDs [...]. Augusto [presidente da ACIL em 2007] faz questão de informar que ‘o comércio ambulante é ruim para o comércio (formal) e a economia da cidade como um todo’ porque reduz a arrecadação de impostos e aumenta o desemprego [...]. O presidente da ACIL lamenta que em Londrina ‘o comércio ambulante está livre, enquanto outras cidades tomam providência contra este tipo de atividade’.

⁵⁶ Ambulantes “acampam” diante do terminal; Juiz nega liminar. Londrixnotícias, Londrina, 08 de setembro de 2009.

Diante disto, poderíamos recobrar, também, enquanto possibilidade de análise, a teoria dos intelectuais de Gramsci (2006 e 2008), por meio da qual seria possível analisar os processos de reprodução da formação das diversas camadas intelectuais em Londrina. Isto permitiria identificarmos aspectos estruturais da formação da força de trabalho, trazendo à luz a história das elites locais, sua ligação com os processos de concentração de renda, e os impactos destas variáveis na estruturação do mercado de trabalho urbano da cidade.

Outra possibilidade de análise ainda consistiria em unir métodos distintos e, neste caso, trabalhar além dos dados estatísticos, com entrevistas, o que permitiria uma aproximação maior com o objeto e, certamente, daria voz a ele.

Nosso trabalho, por sua vez, esboçou um mapeamento do perfil das atividades informais em Londrina através de dados estatísticos e de pesquisa bibliográfica, demonstrando como a análise das categorias de ocupação informal não se restringe a uma única dimensão, legal, mas sim a diversos processos que somente podem ser compreendidos em outras escalas de análise. A tentativa de reconstrução histórica da formação do mercado de trabalho urbano de Londrina a partir da compreensão da sua inserção na economia nacional e internacional e, também, dos momentos de desenvolvimento e formação do capitalismo no Brasil não eliminou (e nem seria possível) as limitações inerentes as categorias de dimensão empírico-descritiva, nem tampouco, o limite de um trabalho ensaístico.

Contudo, foi por meio do esforço em unir estes dois aspectos que acreditamos ter contribuído para o entendimento da concreta síntese dialética correspondente as atividades informais, isto é, o modo como elas compreendem movimentos contraditórios, ora como questão legal, de cumprimento ou não-cumprimento da legislação trabalhista e de manutenção de formas distintas do assalariamento padrão no quadro da força de trabalho, ora se apresentando como capitalismo sustentável, processo amplo de formalização, de moderno empreendedorismo, e de modernização das relações de emprego.

Dizer o que este processo é, apresentando apenas uma de suas dimensões, certamente não corresponde ao objetivo de compreendê-lo, haja visto que sua aparência revela apenas uma de suas faces. Foi neste sentido que buscamos correlacionar estas duas dimensões.

Buscamos, assim, não restringir a análise à busca de conceitos que servissem de substitutivos para o par conceitual *formal/informal*, mas de compreendê-los dentro do conjunto de relações onde estas noções estão inseridas, isto é, de analisá-lo a partir

de um referencial teórico-metodológico que encontra nos movimentos da acumulação capitalista a explicação para a formação do fenômeno *informalidade*.

É este o sentido de se extrapolar os limites dos critérios individualizantes que caracterizam as atividades informais a partir do mercado de trabalho. Presa ao mercado de trabalho, isto é, presa a condição legal de contratação da força de trabalho ou de não pagamento de impostos, corre-se o risco de realizarmos juízos de valor sobre as categorias de ocupação do processo de informalidade. É este o terreno dos discursos funcionalistas onde as atividades informais passam a ser caracterizadas como funcionais ou marginais, umas mais capazes de resistir a concorrência capitalista e, por isto, devendo ser incentivadas, e, outras marginais, lançadas à própria sorte.

Certamente que há diferenças que possibilitam a uma ou a outra categoria melhores condições de inserção, todavia ambas são produtos dos processos de acumulação capitalista, uns no sentido direto de reduzir custos com a contratação e outro de maneira indireta como reprodução da pobreza e estratégias ao desemprego. O fomento às formalizações via SIMEI, os processos de desenvolvimento de cooperativas de reciclagem, entre outros, revestem de cinismo o conjunto de intencionalidades dos grupos e das elites na manutenção da concentração de renda, dos fatores excludentes dos processos de urbanização, de formação educacional, de grupos de status, etc. São apropriados pelos discursos modernizantes, baseados na idéia de empreendedorismo, e se apresentam como a integração destes grupos na sociedade, como signos de consciência social e ambiental das empresas, dos governos, etc.

Deste modo, se por um lado as explicações a partir de elementos da história do desenvolvimento econômico da cidade, o que recobra um debate amplo sobre a formação do capitalismo no Brasil, na América Latina, seus processos de urbanização e industrialização, etc, não autorizam a afirmação do *mais do mesmo*. Ou seja, a recente tendência de queda dos índices de informalidade nas regiões não-metropolitanas é considerável. Por outro lado, e tão marcadamente novo, a ideologia do *moderno* via MEI, terceirizações, parcialização do trabalho, etc. é também algo marcadamente conjuntural.

Contudo, fato inegável é que os índices de informalidade no Brasil rondam os 50% da força de trabalho, o que também demanda ir além dos discursos recentes. Neste sentido, cabe identificar as continuidades e rupturas na configuração das atividades informais. Diante das pesquisas realizadas pelo IBGE, isto é, as duas EcinF (1997 e 2003), também recobrando os dados apresentados por Prandi (1978), Kowarick (1977), os dados de Ramos e Ferreira (2006) podemos afirmar com clareza a continuidade da preservação da

heterogeneidade das formas de inserção da força de trabalho no Brasil, não apenas nas regiões metropolitanas, mas também no interior.

Assim, embora Ramos e Ferreira (2006) afirmem a tendência de queda da informalidade à medida que nos afastamos das regiões metropolitanas, o caso de Londrina ilustra dois aspectos deste processo.

O primeiro e mais marcadamente novo diz respeito aos processos de formalização via SIMEI e a queda dos índices de assalariados sem registro. O segundo, quando comparamos estes dados com os dados de outras décadas, sobretudo aqueles mais restritos ao trabalho por conta própria, identificamos sua continuidade e sua quase estabilização no patamar acima dos 20%.

Certamente que este é apenas um dos possíveis ângulos de problematização das atividades informais. Nosso trabalho não teve, assim, a intenção de esgotar a discussão – isto nem seria possível –, mas tão somente de lançar luz sobre este problema a partir da sua localização em outras dimensões analíticas.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs) **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.
- ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARAÚJO, A. AMORIM, E. R. A. **Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 17/18, p. 267-310, 2001.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)**. Londrina: EDUEL, 2008.
- BALTAR, Ronaldo. **O ponto morto**. Londrina: EDUEL, 2000.
- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington. In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs) **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BRAGUETO, C. R. e CUNHA, F. C. A. **A Divisão Territorial do Trabalho e o Processo de Industrialização da Microrregião Geográfica de Londrina**. Revista de Geografia da UEL, Volume 11 - Número 1 - jan./jun. 2002.
- BRAGUETO, C. R. **O Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial**. Tese de doutorado, UEL – PR, 2007.
- BELOQUE, Leslie Denise. **A Cor do trabalho informal**. Tese de doutorado, PUC – SP, 2007.
- BERNARDO, João. **Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**. São Paulo: Alameda, 2008.
- CACCIAMALLI, Maria. **Um estudo do setor informal urbano e formas de participação na produção**. Tese de doutorado. USP, 1982.
- _____. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e Sociedade, Campinas, (14): 153-174, junho. 2000.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Nota técnica: **A Informalidade e o Movimento Sindical**: uma agenda para o século XXI. n. 99, maio de 2011.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

RAMOS, L. e FERREIRA, V. Padrões espacial e territorial da evolução da informalidade no período 1991-2005. **Revista Pesquisa e planejamento econômico do IPEA**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KREIN, José Dari; **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil**: 1990-2005. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 2007.

LEIBANTE, Thiago. **Trabalho Informal e Capitalismo**: um estudo sobre os trabalhadores do comércio de rua de Londrina. Dissertação de mestrado, UEL, 2010.

LIMA, J. C., Soares, M. J. B. **Trabalho flexível e o novo informal**. Caderno CRH, Salvador, 2002; 15(37):163-180.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro I, v. I: O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro I, vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

_____. **O Capital** – Para Crítica à Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Capítulo VI Inédito**. São Paulo: Moraes, 1985.

MARCELINO, Paula Regina P. **Terceirização e Ação Sindical**: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2008.

OLIVEIRA, Edilson Luis de. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina –PR**. Tese de Doutorado, USP, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica a razão dualista. Estudos CEBRAP, n. 02, 1972.

PEREIRA, C. A. **Análise do processo de trabalho das indústrias de confecções da região de Londrina-PR**. Dissertação de mestrado, UEL, 2006.

PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

RAGGIO, N. Zaiczuk. **O Norte Novo do Paraná**: transformações no campo e a questão do acesso a terra. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1985.

SILVEIRA, Paulo. **Do lado da História** (Uma leitura crítica da obra de ALTHUSSER). São Paulo: Pólis, 1978.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?. **Revista de Economia Política**, v. 30, n.3, julho-setembro/2010, p. 364-380.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Tese de doutorado, UFRJ, 2002a.

_____. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, n. 7, 2002b.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Metamorfoses no mundo do trabalho**: revisão de algumas linhas de análise. *Educ. Soc.* [online]. 1997, v.18, n.59, pp. 333-350. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301997000200006>>.